

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Biociências
Departamento de Botânica
Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal

RICARDO ALEXANDRE DE ARAUJO MONTEIRO LOBO

**ESTUDO ETNOBOTÂNICO DE FAMÍLIAS CIGANAS NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

RECIFE

2018

RICARDO ALEXANDRE DE ARAUJO MONTEIRO LOBO

**ESTUDO ETNOBOTÂNICO DE FAMÍLIAS CIGANAS NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Área de Concentração Sistemática e Evolução, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Biologia Vegetal.

Orientadora: Profa. Dra. Laise de Holanda Cavalcanti Andrade

Coorientador: Antônio Fernando Morais de Oliveira

RECIFE

2018

Catálogo na Fonte:
Bibliotecário Bruno Márcio Gouveia, CRB-4/1788

Lobo, Ricardo Alexandre de Araújo Monteiro
Estudo etnobotânico de famílias ciganas no Estado de Pernambuco / Ricardo
Alexandre de Araújo Monteiro Lobo. – 2018.

112 f. : il.

Orientadora: Laise de Holanda Cavalcanti Andrade
Coorientador: Antônio Fernando Morais de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de
Biotecnologia. Programa de Pós-graduação em Biologia vegetal, 2018.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Etnobotânica 2. Plantas medicinais I. Andrade, Laise de Holanda
Cavalcanti (orientadora) II. Oliveira, Antônio Fernando Morais de
(orientador) III. Título.

581.6

CDD (22.ed.)

UFPE/CB – 2018 - 105

RICARDO ALEXANDRE DE ARAUJO MONTEIRO LOBO

**ESTUDO ETNOBOTÂNICO DE FAMÍLIAS CIGANAS NO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Área de Concentração Sistemática e Evolução, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Biologia Vegetal.

Aprovada em: 28/02/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

Dra. Laise de Holanda Cavalcanti Andrade/UFPE

Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza/UPE

Eugênia Cristina Gonçalves Pereira/UFPE

RECIFE

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me dado saúde para conseguir vencer mais esta etapa de minha vida. Sua presença é inegável para mim. Agradeço à minha esposa Ana Cristina por ser minha outra metade. Sem você meu caminho seria muito mais difícil. Quero agradecer à minha mãe Zita que, com muito esforço, me proporcionou as condições que eu precisava para chegar até aqui. Agradeço a meus filhos Ricardo, Rafael e Renan pelo amor e pela paciência que têm comigo. O stress da vida cotidiana contamina o nosso redor e sem o apoio familiar não é possível vencer os obstáculos diários. Agradeço às minhas tias Zailde e Zélia por rezar por mim e torcer pelo meu sucesso. Agradeço aos meus sogros, Cleto e Stela, por estarem presentes nas horas que precisamos.

Agradeço à minha orientadora, professora Laise de Holanda. A senhora é uma pessoa especial e não tenho dúvida que Deus a colocou em meu caminho. Sua paciência, expertise e dedicação foram fundamentais para a construção dessa dissertação e de minha própria evolução nesses dois anos. Agradeço ao meu Coorientador, professor Antônio Fernando, que me ajudou nas diversas etapas da pós-graduação. Você tem um grande coração.

Agradeço aos ciganos Abel Alves, Antônio seresteiro, Enildo Soares e Iremar, por terem me recebido em suas famílias e proporcionado que eu fizesse esse trabalho. Agradeço a todos os outros ciganos que participaram das entrevistas, sendo atenciosos e pacientes em todas as visitas que fiz. Agradeço à Olívia Cano, pesquisadora do Herbário IPA, pela atenção e pela paciência. Agradeço aos colegas Aurelice, David, Larissa e Raquel, pelo companheirismo e atenção. Agradeço aos meus colegas, coordenadores e diretores de colégios por terem me ajudado nos momentos em que precisei me ausentar para participar das disciplinas e eventos da pós-graduação. E por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente me ajudaram durante esses dois anos de pós graduação.

RESUMO

Na literatura científica, a comunidade cigana não é estudada com a mesma extensão que outras minorias, como os povos indígenas e afrodescendentes. As migrações e discriminações que sofreram desde a provável origem, no Noroeste da Índia, moldaram a cultura cigana e influenciaram a formação das três etnias (*Calon*, *Rom* e *Sinti*). Presentes no Brasil desde sua colonização, os ciganos necessitaram, possivelmente, aliar suas tradições culturais à rica biodiversidade do país. O presente estudo caracteriza duas famílias ciganas da etnia *Calon*, que vivem em municípios do Agreste e da Mata Norte de Pernambuco, comparando o conhecimento etnobotânico entre si e com o de comunidades não ciganas da mesma região. Empregou-se a técnica bola de neve e formulários semiestruturados para entrevistar 23 membros (≥ 40 anos) das famílias Alves e Dantas (85,2% do público alvo). As espécies citadas foram coletadas em turnês guiadas, identificadas e depositadas nos herbários IPA e UFP. Utilizou-se os índices de fidedignidade (I_{Fid}), de importância relativa (IR) e de valor de uso (VU) para comparar a importância das espécies para as duas famílias e o índice de Sørensen (I_s) para estabelecer suas semelhanças. Os ciganos das famílias Alves e Dantas estão assentados a cerca de 25 anos, deixando a vida nômade à procura de melhores condições de vida e educação para os filhos. Os Dantas moram no Distrito de Ibiranga, município de Itambé, e os Alves vivem nos municípios de Altinho, Caruaru e Feira Nova. A língua *chib*, que não é ensinada para os *gadjes* (não ciganos), é o modo que eles usam para reconhecer um outro cigano. Os entrevistados são em sua maioria (70%) analfabetos ou semianalfabetos, e têm como principais fontes de renda o comércio informal e programas de assistência governamental. As casas são de alvenaria e não apresentam fornecimento regular de água, nem esgotamento sanitário. A maioria das residências dos entrevistados apresentam alguma forma de jardim, onde são cultivadas plantas medicinais e/ou ritualísticas como *Cymbopogon citratus* (Poaceae), *Jatropha gossypifolia* (Euphorbiaceae), *Lippia alba* (Verbenaceae) e *Mentha* sp. (Lamiaceae). Registrou-se 157 espécies de plantas nativas (54%) e exóticas (46%), classificadas como alimentícia (18%), condimentícia (5%), cosmética (7%), medicinal (52%), ritualística (7%), tecnológica (4%), veterinária (5%) e outras (2%). Destaca-se o uso de *Apodanthera congestiflora* (Cucurbitaceae) e *Heliotropium indicum* (Boraginaceae) para profilaxia e tratamento da doença de Newcastle (arbovirose) em aves domésticas. Apesar de não conviverem para

intercambiar os usos das plantas, existe uma grande semelhança no conhecimento etnobotânico entre as famílias ciganas Alves e Dantas ($I_s = 0,68$), destacando-se *Punica granatum* (Lythraceae), com o maior I_{fid} (100%), *C. citratus*, com o maior VU (0,26) e *L. alba*, com a maior IR (2,00). Este conhecimento não difere significativamente de comunidades não ciganas residentes na mesma região.

Palavras chave: Comunidades tradicionais. Doença de Newcastle. Plantas medicinais. *Apodanthera congestiflora*. *Heliotropium indicum*.

ABSTRACT

In the scientific literature, a gypsy community is not studied to the same extent than other minorities as the indigenous or Afro-descendant peoples. The migrations and discrimination suffered since a probable origin, in the Northwest India, fashioned the gypsy culture and influenced the formation of the three ethnicities (Calon, Rom and Sinti). Present in Brazil since its colonization, the Gypsies needed, possibly, to ally their cultural traditions to the rich biodiversity of the country. The present study characterizes two gypsy families of the Calon ethnic group, who live in Agreste and Mata Norte municipalities of Pernambuco, comparing the ethnobotanical knowledge among themselves and with the gypsy communities of the same region. The snowball technique and semi-structured forms were used to interview 23 members (≥ 40 years old) of the Alves and Dantas families (85.2% of the target audience). The species cited were collected on guided tours, identified and deposited in the IPA and UFP herbarium. Reliability (I_{Fid}), relative importance (IR) and value-of-use (VU) indexes were used to compare the importance of the species for the two families and the Sørensen (Is) index to show their similarities. The gypsies of the Alves and Dantas family members have been living there for about 25 years, leaving the nomadic life in search of better living conditions and education for their children. The Dantas live in the district of Ibiranga, Municipality of Itambé, and the Alves live in the Municipalities of Altinho, Caruaru and Feira Nova. The *chib* language, which is not taught to *gadjes* (non-gypsies), is the way they use to recognize another gypsy. The majority of respondents (70%) are illiterate or semi-illiterate, and have as main sources of income the informal commerce and government assistance programs. The houses are masonry-built and are neither regularly supplied with water, nor sewage. Most of the households of the interviewees present some form of garden, where medicinal or ritualistic plants are cultivated as *Cymbopogon citratus* (Poaceae), *Jatropha gossypifolia* (Euphorbiaceae), *Lippia alba* (Verbenaceae) and *Mentha sp.* (Lamiaceae). There were 157 species of native (54%) and exotic (46%) plants, classified as food (18%), condiment (5%), cosmetic (7%), medicinal (52%), ritualistic (7%), technological (4%), veterinary (5%) and others (2%). The use *Apodanthera congestiflora* (Cucurbitaceae) and *Heliotropium indicum* (Boraginaceae) stands out for prophylaxis and treatment of Newcastle disease (arbovirose) in domestic birds. Although they do not live to exchange the uses of the plants, there is a great similar ethnobotanical knowlwdge between the Alves and

Dantas families ($I_s = 0,68$), highlighting *Punica granatum* (Lythraceae), with the largest I_{Fid} (100%), *C. citratus*, with the highest VU (0.26) and *L. alba*, with a higher IR (2.00). This knowledge is not different from non-gypsy community living in the same region.

Key words: Traditional communities. Newcastle disease. Medicinal plants. *Apodanthera congestiflora*. *Heliotropium indicum*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1** – Hipótese mais aceita para a diáspora dos ciganos do século X ao século XVIII 18
- FIGURA 2** – Interior de uma casa de ciganos. Pintura de Jean Baptiste Debret, 1823. Aquarela sobre papel. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro21
- FIGURA 3** – Distribuição das comunidades ciganas, por município - Brasil, 2011 .. 23
- FIGURA 4** – Municípios da Paraíba, Nordeste do Brasil, que apresentam famílias ciganas 25
- FIGURA 5** – Municípios de Pernambuco, Nordeste do Brasil, que apresentam comunidades ciganas 26
- FIGURA 6** – Bandeira instituída como símbolo internacional de todos os ciganos pela *International Gypsy Committee*, no *First World Romani Congress*, 197130
- FIGURA 7** – Selo comemorativo do Dia Nacional do Cigano lançado em 2007 33
- FIGURA 8** – Mesorregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco, destacando o município de Itambé 36
- FIGURA 9** – Mesorregião do Agreste do Estado de Pernambuco, destacando os municípios de Altinho (laranja), Caruaru (amarelo) e Feira Nova (rosa) 37
- FIGURA 10** – Autor acompanhado dos ciganos Enildo Soares (presidente da ACIPE) e dois informantes da família Alves ao lado de uma das casas em que residem no município de Altinho, Agreste de Pernambuco45
- FIGURA 11** – Entrevista com Alves 6, de 102 anos, em sua casa em Altinho, Agreste de Pernambuco 46

| | |
|---|----|
| FIGURA 12 – Entrevistados da família cigana Dantas (D1 e D7) em sítio próximo as suas residências em Itambé, Mata Norte de Pernambuco | 48 |
| FIGURA 13 – Entrevistado A1, chefe da família cigana Alves, apresentando plantas de uso medicinal, coletadas em um terreno baldio na frente de sua casa, em Altinho, Agreste de Pernambuco | 49 |
| FIGURA 14 – Informantes (A12 e A13) da família cigana Alves, em frente à sua casa, em Caruaru, Agreste de Pernambuco | 50 |
| GRÁFICO 1 - Distribuição do número de citações de uso das plantas por informante de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco | 66 |
| GRÁFICO 2 - Distribuição do número de espécies citadas por informante de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco .. | 66 |
| GRÁFICO 3 - Partes das plantas citadas para os diversos usos mencionados por informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco | 70 |
| GRÁFICO 4 – Origem das espécies vegetais, citadas por informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco | 71 |
| GRÁFICO 5 – Categorias de uso de plantas citadas por informantes de famílias ciganas residentes na região Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco | 72 |
| QUADRO 1 – Códigos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) | 40 |

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos acampamentos ciganos, por Estados brasileiros, nos anos de 2009 e de 2011 24

TABELA 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. Categorias de uso: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras (O). NIC = Número de informantes que citaram a planta; NC = Número de citações; NU = Número de usos; VU = Valor de uso52

TABELA 3 – Conhecimento etnobotânico de famílias ciganas moradoras no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas), de Pernambuco, distribuído por faixa etária e gênero (H = Homens; M = Mulheres) 65

TABELA 4 – Índice de fidedignidade calculado para as 10 espécies de plantas que foram citadas por mais de 30% dos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco68

TABELA 5 – Importância relativa calculada para as 10 espécies medicinais de plantas que foram citadas por 30% ou mais informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. NSC = Número de sistemas corporais influenciados pela planta citada; NP = Número de propriedades atribuídas para a planta citada; IR = Importância relativa69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------------|--|
| ACIPE | Associação dos Ciganos de Pernambuco |
| CGen/MMA | Conselho de Gestão do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente |
| CID | Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde |
| CIF | Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CONDEPE/FIDEM | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano por Município |
| I _{Fid} | Índice de Fidedignidade |
| IPA | Instituto Agrônomo de Pernambuco |
| IR | Importância Relativa |
| I _s | Índice de Similaridade de Sørensen |
| MUNIC | Pesquisa de Informações Básicas Municipais |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| SGM/ MME | Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia |
| SEPPIR | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SID/MinC | Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFP | Herbário Geraldo Mariz da Universidade Federal de Pernambucano |
| VU | Valor de Uso |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO | 15 |
| 1.2 OBJETIVOS | 15 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 15 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 16 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 17 |
| 2.1 ORIGEM E DISPERSÃO DOS CIGANOS | 17 |
| 2.2 ETNIAS E DISTRIBUIÇÃO DOS CIGANOS NO BRASIL | 22 |
| 2.3 CULTURA CIGANA | 26 |
| 2.4 UTILIZAÇÃO DA FLORA E FAUNA PELOS CIGANOS | 31 |
| 2.5 RECONHECIMENTO COMO COMUNIDADE TRADICIONAL | 32 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 35 |
| 3.1 ÁREA DE ESTUDO | 35 |
| 3.2 DADOS ETNOBOTÂNICOS | 38 |
| 3.3 ANÁLISE DOS DADOS | 39 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 44 |
| 4.1 DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS | 44 |
| 4.2 CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO | 51 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 76 |
| REFERÊNCIAS | 77 |
| APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 85 |
| APÊNDICE B - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO | 86 |
| APÊNDICE C - PLANTAS DE USO VETERINÁRIO EM COMUNIDADES CIGANAS DO NORDESTE DO BRASIL | 87 |
| ANEXO A – DECRETO DE DESTERRO DE JOÃO DE TORRES | 104 |
| ANEXO B – DOCUMENTO PROPONDO O MAPEAMENTO CULTURAL DAS COMUNIDADES CIGANAS DE PERNAMBUCO | 105 |
| ANEXO C – DECRETO 10841 DE 2006 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL | 107 |
| ANEXO D – PORTARIA 940 DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL .. | 108 |
| ANEXO E – RESOLUÇÃO 3 DE 2012 DO C.N.E. | 110 |

1 INTRODUÇÃO

Espalhados por todo o mundo, os ciganos formam um povo sem um território próprio, mas com uma forte identidade cultural que ainda tem muito a ser desvendada. Na Europa oriental predominam grupos da etnia *Rom*, enquanto os *Sinti*, em sua maioria, estão na Alemanha, França e Itália e os *Calon* são mais encontrados em países da Península Ibérica (MOONEN, 2011). Pesquisas linguísticas e genéticas mostram que a origem dos ciganos é a região noroeste da atual Índia, de onde se dispersaram a partir do século X (GRESHAM et al, 2001; MENDIZABAL et al, 2012). Após passagem pelo Oriente Médio, os ciganos chegaram à Europa por volta do século XIV, fixando-se em uma região da Grécia conhecida à época como Pequeno Egito. A maioria dos nomes pelos quais eles são conhecidos, *gypsies* (inglês), *gitanos* (espanhol), ciganos (português), são derivados do erro histórico em acreditar que a origem desse povo vem dessa região (MOONEN, 2011).

Os ciganos chegaram à Península Ibérica no início do século XV e, como em outros lugares, sofreram uma grande discriminação que culminou com sua extradição em massa de Portugal para colônias na África e no Brasil. Existem muitos registros da chegada dos ciganos nas Capitânicas do Maranhão, de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, onde eram proibidos de ensinar para as crianças sua língua, o *romani* ou *chib* (COELHO, 1892). Além dos *Calon*, outros grupos ciganos chegaram ao país ao longo dos séculos e se espalharam por todas as regiões brasileiras (TEIXEIRA, 2000).

No Brasil, desde 2006, os ciganos são considerados pelo Governo Federal como comunidade tradicional, com os mesmos direitos atribuídos a outras minorias étnicas. Segundo dados do IBGE (2011), existem atualmente no país cerca de 800.000 ciganos espalhados por 291 acampamentos, distribuídos em 21 Estados brasileiros. Dados computados em Pernambuco e na Paraíba mostram que essa informação pode estar subestimada.

A característica nômade, seja cultural seja provocada pela discriminação que sofrem, fez com que os ciganos tivessem que se adaptar às diversas regiões que passaram ao longo de sua história. Exemplos dessa adaptação são a língua *chib*, que incorporou palavras de outras línguas ao longo de sua evolução, as músicas e danças incorporadas dos *gadjés* (não ciganos), e a adoção das roupas e religião das

comunidades por onde passaram (LESSA, 2007; RAMANUSH, 2011a). O mesmo deve ter ocorrido com os diversos usos da flora e da fauna, importantes para sua subsistência, que possivelmente foram incorporados à cultura cigana, fundindo-se às suas tradições.

Diversas formas de utilização de plantas fazem parte dessa cultura, como mostram os relatos de Derlon (1979), sobre comunidades ciganas que vivem na França, Seraj et al (2013), para grupos que são encontrados em Bangladesh e Goldfarb, Leandro & Dias (2012), sobre ciganos que vivem no Nordeste do Brasil.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Ciganos das três etnias são atualmente encontrados em todas as regiões do Brasil, adaptando-se às condições de clima e vegetação e às condições socioeconômicas existentes em cada local. Até o momento, suas relações com a flora brasileira ainda não foram pesquisadas do ponto de vista etnobotânico e não se tem informações sobre como utilizam plantas, nativas ou exóticas, para alimentação, tratamento ou prevenção de doenças e outras necessidades do dia a dia.

A presente pesquisa procurou responder a essas questões, analisando duas famílias da etnia *Calon*, cujos membros habitam diferentes municípios de Pernambuco, e comparando sua flora útil com a relatada para comunidades não ciganas existentes na mesma região.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar do ponto de vista etnobotânico o conhecimento de famílias¹ da etnia *Calon* existentes em municípios da Mata Norte e do Agreste de Pernambuco.

¹ Grupo de pessoas que se reconhecem como parentes, compartilhando ancestrais comuns.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Inventariar as espécies de plantas nativas, naturalizadas e cultivadas reconhecidas como úteis por duas famílias ciganas selecionadas para estudo.
- b) Descrever como o conhecimento sobre as plantas se encontra distribuído nas duas famílias, destacando a faixa etária e o gênero.
- c) Comparar o conhecimento etnobotânico entre as famílias ciganas.
- d) Confrontar o uso das espécies usadas nas comunidades ciganas com os relatados para comunidades rurais não tradicionais que habitam a mesma região.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ORIGEM E DISPERSÃO DOS CIGANOS

Avolumado pelo imaginário coletivo numa Europa seiscentista, quando as bruxas metamorfoseadas em borboletas ainda continuavam a voar de um lugar ao outro para participarem do sabbat, o cigano, já nesta época, segundo as lendas e a supersticiosa mentalidade popular, era continuamente acusado de canibalismo e raptos de criancinhas. É verdade que as mulheres ciganas liam a sina, praticavam bruxedos e curandices ou contavam, com espantosa imaginação, os mais variados "contos do vigário"; mas a perseguição ao cigano foi, com certeza, determinada pela opinião pública que lhe atribuiu muitas características reais, mas sobretudo, tantas outras imaginárias. Desde então a ira da sociedade caiu sobre eles. Por onde andavam suscitavam terror e murmúrios: "Aí vão os corvos do Egito" (PIERONI, 1993, p. 115)

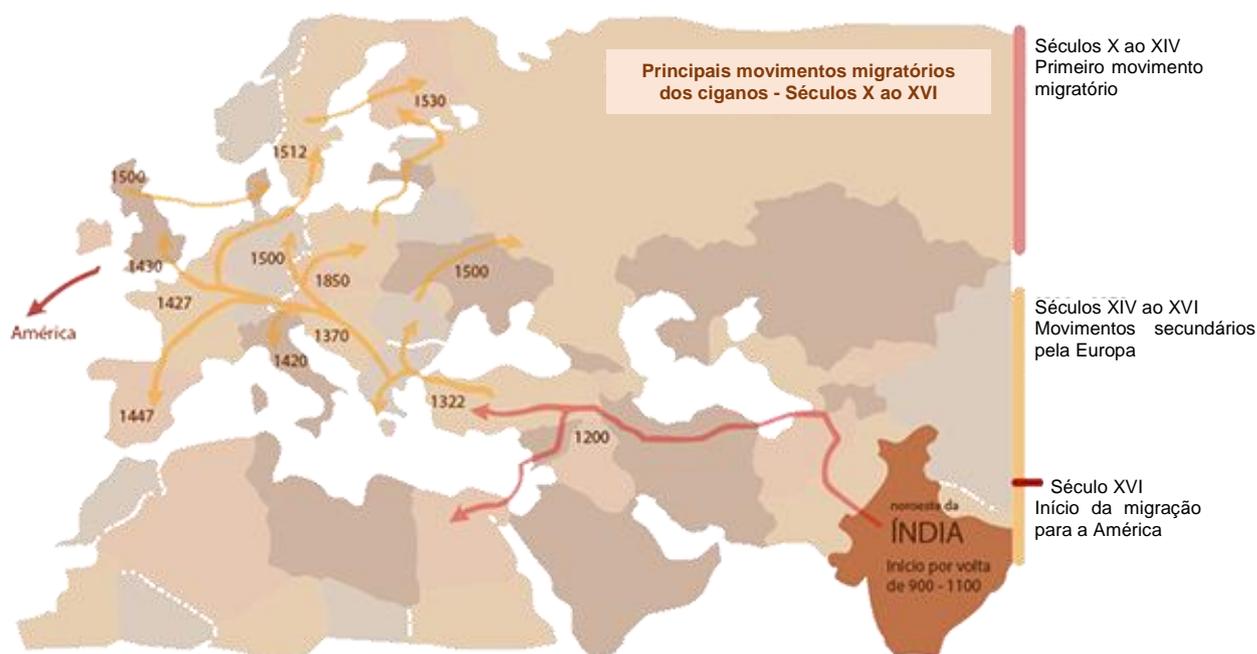
A história dos ciganos é cercada de incertezas e exemplos de discriminação, desde sua origem até os dias atuais. Inúmeras fantasias sobre esse povo foram criadas para tentar justificar a dificuldade que o ser humano tem de aceitar comportamentos diferentes dos que estão familiarizados. A vida nômade, os meios usados para o sustento da família e a tradição oral dessas pessoas chamadas de ciganas, são usados como fundamentação para propagar um temor, que é próprio daqueles que desconhecem essa cultura rica e fascinante (CASTRO, 2011; MORAES FILHO, 1886).

Na cultura cigana não se dá valor ao registro escrito e esta é a maior dificuldade para determinar a origem exata desse povo. Estudos linguísticos realizados nos séculos XVIII e XIX comparam os dialetos ciganos com dialetos neo-hindus saídos da mesma base do sânscrito e particularidades fonéticas arcaicas que os aproximam especialmente de línguas do noroeste da Índia (COELHO, 1892). Gresham et al (2001) e Mendizabal et al (2012) afirmam que estudos genéticos recentes com comunidades ciganas da Europa reforçam sua origem no subcontinente indiano, mais precisamente nas regiões norte e noroeste, na fronteira com o Paquistão e que, após uma breve passagem pelo oriente médio, eles chegaram à região dos Balcãs e de lá se espalharam por todo continente europeu (Figura 1).

Dentre os mais recentes estudos que confirmam essa origem, destacam-se os que têm recorrido a sistemas não-recombinantes (DNA mitocondrial ou cromossomo Y), e que têm vindo a demonstrar que todos os grupos *Roma* compartilham alguns tipos de linhagens, masculinas e femininas, que habitualmente não se encontram em populações da Europa ou Médio Oriente, mas pelo contrário, são comuns em populações indianas. Parecem representar linhagens fundadoras da região do subcontinente indiano, cuja presença em todos os grupos ciganos evidencia a sua origem comum (SANTOS, 2009, p.18-19).

Os primeiros registos oficiais da presença de ciganos na Europa datam de 1322, na ilha de Creta, quando um frade franciscano escreveu sobre a presença de pessoas vivendo em tendas ou cavernas, sobrevivendo como músicos e como adivinhadores (MOONEN, 2011). Na segunda metade do século XIV muitos ciganos se estabeleceram em uma região da Grécia conhecida como “Pequeno Egito”, devido à grande fertilidade dos terrenos (MOONEN, 2011; REYNIERS, 1995). Fazito (2006) explica que é da presença nessa região que deriva o nome *Atsinganoi* e todas as outras variações associadas a ele, como ciganos (português), *gitanos* (espanhol), *tsiganes* (francês), *gypsies* (inglês), *zingari* (italiano) ou *zigeuner* (alemão).

Figura 1: Hipótese mais aceita para a diáspora dos ciganos do século X ao século XVIII



Fonte: <https://www.behance.net/gallery/9347095/Povos-Ciganos-Gipsy-people-infographic>

No início do século XV surgem as primeiras notícias de viajantes exóticos na Europa Ocidental. Bandos de dezenas ou centenas de pessoas, de pele escura, mal vestidas e de hábitos desagradáveis, segundo alguns cronistas da época, chegavam da região dos Balcãs. Eram liderados por alguém que se auto-intitulava de “duque”, “conde” ou “voivode”, de acordo com os títulos de nobreza usados nos países por onde passavam (MOONEN, 2011). Os grupos de ciganos podem ter chegado à Península Ibérica por Gibraltar, através das ilhas do Mediterrâneo ou através da rota dos Pirineus. Esta última hipótese é documentada através de salvo-condutos dados em 1425 por Afonso V de Aragão a líderes viajantes intitulados de “D. João do Egito Menor” e “Conde Tomás do Pequeno Egito” (COSTA, 2003 apud SANTOS, 2009).

Não há como precisar quando e quem foram os primeiros ciganos que desembarcaram no Brasil, mas é muito provável que eles vieram expulsos de Portugal ainda durante o século XVI. O documento mais antigo para este evento (Anexo A) é a pena atribuída para um homem chamado João das Torres que, por ser cigano, foi condenado às galés, mas teve sua pena comutada em desterro para o Brasil, levando mulher e filhos (COELHO, 1892; TEIXEIRA, 2000). Não há provas de que João de Torres chegou ao Brasil, mas o registro de seu degredo é uma amostra do início de um processo de expulsão dos ciganos de Portugal que se intensificou no início do século XVIII para o Brasil.

O primeiro registro oficial da presença de ciganos no Brasil vem de uma fonte eclesiástica:

A “Primeira visitação do Santo Ofício” a terras brasílicas ocorreu na cidade de Salvador, em 20 de Agosto de 1591, e ouviu a confissão das ciganas Maria Fernandes, filha de Maria Violante e Francisco Escudeiro, e Brianda Fernandes, filha de Maria Fernandes e Francisco Alvares, por blasfêmia contra Deus. (COSTA, 1998, p 43-44)

No final do século XVII e início do século XVIII o processo de desterro para o Brasil se acelerou com inúmeros decretos dos reis de Portugal, que mandaram os ciganos e outros “malfeitores” para as capitânicas do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia. Ainda foi recomendado que os governadores desses locais tomassem providências para que os ciganos parassem de cometer “seus crimes” e não lhes fosse

permitido o ensino de sua língua “geringonça” para os filhos, afim de obter sua extinção (COELHO, 1892; COSTA, 1998; MORAES FILHO, 1886).

Hereges, feiticeiros, visionários, curandeiros, blasfemadores, profanadores das imagens sagradas, falsos testemunhos, padres solicitadores, bígamos e sodomíticos eram elementos marginalizados e indesejáveis pelas autoridades da Metrópole e que, uma vez residentes na Colônia, podiam reproduzir seus velhos e conhecidos comportamentos heterodoxos. Nem todos conseguiram voltar ao lar e, no Brasil, muitos deles se inseriram definitivamente no mundo do trabalho. Aos poucos o estigma do degredo se diluía, perdendo-se no nebuloso viver cotidiano colonial impregnado de conflitos, rixas pessoais e muitas dificuldades materiais (PIERONI, 1998, p. 124-125).

Moraes Filho (1886) nos conta que os ciganos se espalharam pelo Brasil colônia, vivendo do comércio e da “pirataria” em pequenas cidades do interior, cruzando com as três raças existentes e formando a mestiçagem característica do país. Coelho (1892) critica esta visão de Moraes Filho ao dizer que não há provas dessa miscigenação e que os ciganos não têm o costume de se misturar com outros povos.

Quando Dom João VI chegou ao Brasil em 1808, fugindo da invasão de Napoleão, já existiam muitas comunidades ciganas instaladas na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco e no Rio de Janeiro (MOTA, 1984). Durante o período Joanino no Rio de Janeiro os ciganos foram tolerados, tornando-se prósperos no comércio de escravos (Figura 2) e em atividades burocráticas da cidade. São inúmeros os relatos da presença dos ciganos, principalmente no bairro do Valongo e na grande área da Cadeia Nova. No interior e nos estados mais distantes a situação era bem diferente; vagando pelos sertões, bandos de ciganos eram taxados como responsáveis por roubos das mais diversas formas, inclusive por meio de narcóticos (CHINA, 1937; MORAES FILHO, 1886; TEIXEIRA, 2000). No final do século XIX, a opção dos ciganos nômades era “permanecer entre uma população rural cada vez mais hostil ou de se unir à massa de trabalhadores urbanos” (DONOVAN, 1992).

Figura 2: Interior de uma casa de ciganos. Pintura de Jean Baptiste Debret, 1823. Aquarela sobre papel. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/371335931755135454/>

Em relação à etnia, acredita-se que até o século XVIII apenas ciganos oriundos da Península Ibérica, os *Calon*, tinham chegado ao Brasil. A partir do século XIX começam a chegar imigrantes ciganos clandestinos originados da Europa Central, os *Rom* (TEIXEIRA, 2000). Nenhuma publicação trata de ciganos *Sinti*, mas eles devem ter migrado para o Brasil, junto com os colonos alemães e italianos, a partir do final do Século XIX (MOONEN, 2011).

No Brasil os ciganos encontraram um país propício as suas atividades. Aqui se fixaram, em diversos Estados, os de todas as origens. Os da Iugoslávia habitam de preferência Rio Grande do Sul, Bahia, Pará e Pernambuco; os da Rumania vivem em São Paulo; os da Grécia, nesta capital e no Estado do Rio. Porém, nos Estados mencionados e nos outros, de norte a sul, existem ainda numerosos núcleos que agrupam ciganos de várias procedências, como sejam da Albânia, da Servia, da Polônia, da Rússia, da Bulgária, da Hungria e etc (CHINA, 1937, p. 639).

Durante o século XX iniciou-se um processo de sedentarização mais contundente dos ciganos, algumas vezes por imposição dos governos locais, outras vezes como fenômeno natural na tentativa de melhorar a situação de vida. Os poucos

grupos nômades que ainda resistiam tiveram sua vida dificultada por leis locais que proibiam sua permanência temporária em locais que não fossem destinados especificamente para esse fim. A maioria dos ciganos hoje estão adaptados aos padrões e valores dos *gadjes* e são assim classificados pela antropologia como criptociganos (ANDRADE JÚNIOR, 2013; LIMA, 2003).

Assim, os ciganos estiveram presentes ao longo da história e da evolução cultural do Brasil. Embora poucos estudos até agora tenham sido devotados a eles, é impossível entender a cultura brasileira como um todo sem levar em conta a contribuição dos ciganos nas artes, literatura, toponímia, costumes, tradições da vida nacional do país (MOTA, 1984, p. 33).

No Brasil, são poucos os registros históricos sobre os ciganos. Não há dúvida que muito ainda está por ser descoberto ou revisto. Além disso, essa história e a participação dos ciganos na formação da sociedade brasileira são ignoradas nas escolas e conseqüentemente pela maior parte da população do país (VASCONCELOS, 2014).

2.2 ETNIAS E DISTRIBUIÇÃO DOS CIGANOS NO BRASIL

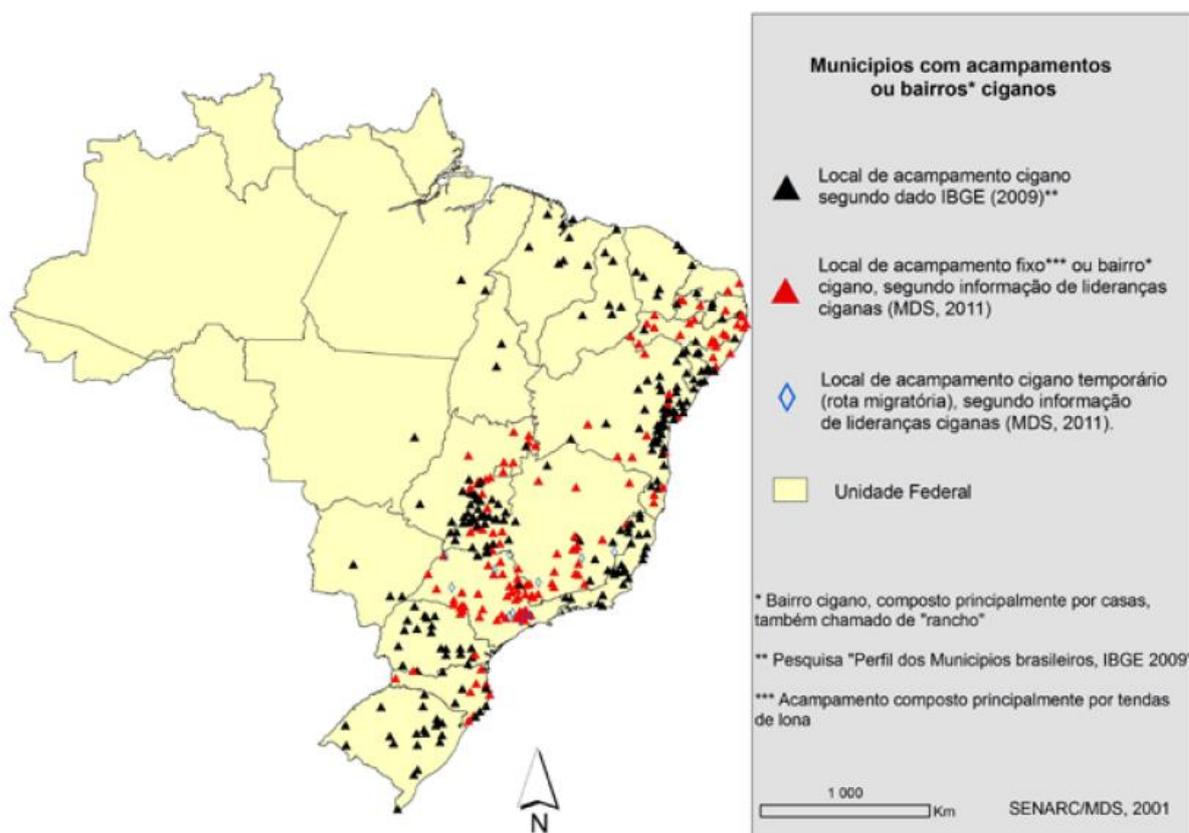
Baseando-nos na definição antropológica de *índio* adotada no Brasil, definimos aqui *cigano* como *cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se auto identifica como Rom, Sinti ou Calon, ou um de seus inúmeros sub-grupos, e é por ele reconhecido como membro*. O tamanho deste grupo não importa; pode ser até um grupo pequeno composto de uma única família extensa; pode também ser um grupo composto por milhares de ciganos. Nem importa se este grupo mantém reais ou supostas tradições ciganas, se ainda fala fluentemente uma língua cigana, ou se seus membros têm características físicas supostamente “ciganas” (MOONEN, 2011, p. 21).

Existem três grandes grupos de ciganos: os *Rom*, que falam a língua *romani*, predominantes nos países balcânicos e divididos em vários sub-grupos, com denominações próprias, como os *Kalderash*, *Matchuaia*, *Lovara*, *Curara* e outros; os *Sinti*, que falam a língua *sintó*, mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados *Manouch*; os *Calon* ou *Kalé*, que falam a língua *chib*,

dominantes em Portugal e na Espanha e que migraram para as Américas, principalmente para o Brasil (MOONEN, 2011; RAMANUSH, 2011c).

Dados oficiais sobre a localização das comunidades ciganas no Brasil só foram iniciados em 2009, quando a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluiu uma pergunta sobre a existência de acampamentos ciganos no município e sobre a implementação de políticas públicas voltadas para este grupo da população. Os dados revelaram a existência de 290 acampamentos ciganos, distribuídos em municípios de 21 Estados brasileiros (Figura 3). A atualização desta pesquisa em 2011 identificou 291 acampamentos, alguns em municípios diferentes da primeira amostra, e distribuídos em 20 Estados. Outro dado da pesquisa mostra que a maioria das comunidades estão inseridas na periferia de municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, principalmente nos Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais (VASCONCELOS, RIBEIRO & COSTA, 2013).

Figura 3: Distribuição das comunidades ciganas, por município - Brasil, 2011



Fonte: SEPIIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) – Ministério dos Direitos Humanos

Segundo os dados do IBGE (2009), os acampamentos ciganos estão distribuídos da seguinte maneira: 97 na região Nordeste, 96 na região Sudeste, 54 na região Sul, 39 na região Centro-Oeste e apenas quatro na região Norte (Figura 3). Os dados do IBGE de 2011 mostram pouca alteração nesta distribuição, assim sendo: 102 acampamentos na região Sudeste, 89 na região Nordeste, 54 na região Sul, 43 na região Centro-Oeste e três na região Norte do país (Tabela 1). A soma desses acampamentos totalizaria cerca de 800.000 ciganos, segundo os dados do IBGE.

Tabela 1: Distribuição dos acampamentos ciganos, por Estados brasileiros, nos anos de 2009 e de 2011

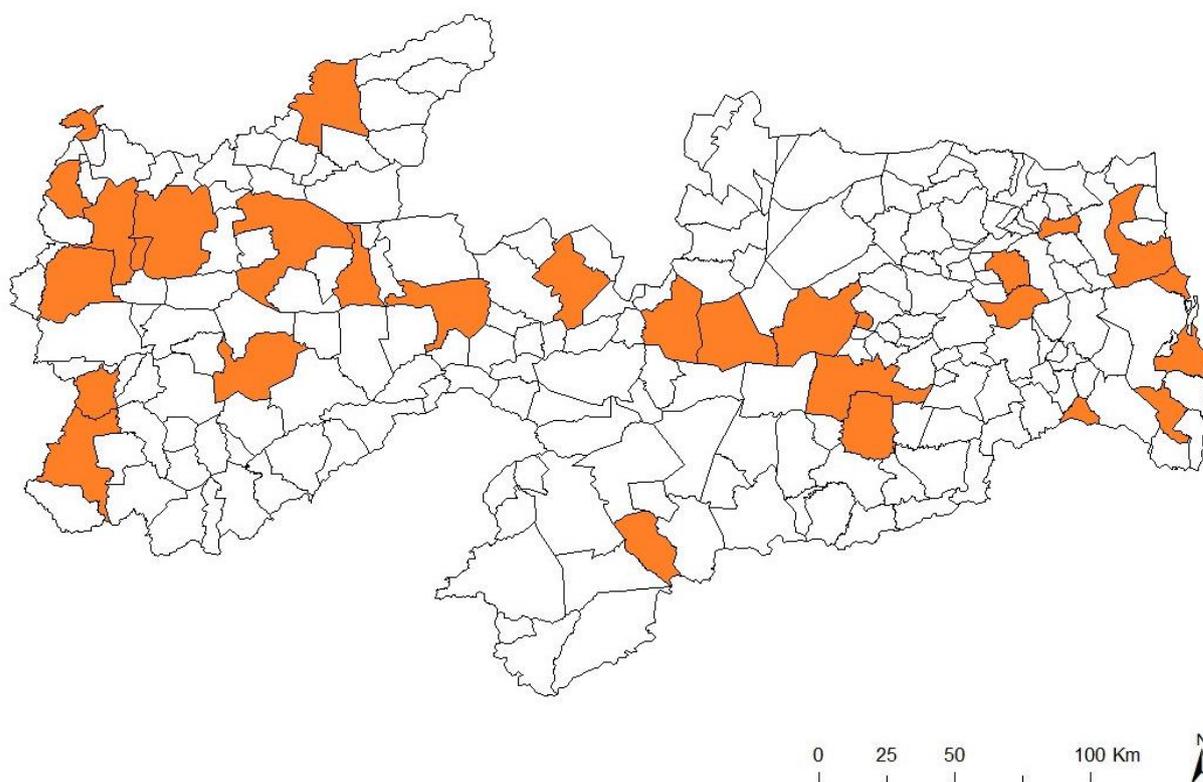
| Região | Estado | Acampamento cigano (nº) | |
|--------------|---------------------|-------------------------|------------|
| | | 2009 | 2011 |
| NORDESTE | Alagoas | 3 | 2 |
| | Bahia | 51 | 53 |
| | Ceará | 7 | 8 |
| | Maranhão | 8 | 5 |
| | Paraíba | 4 | 3 |
| | Pernambuco | 7 | 5 |
| | Piauí | 6 | 5 |
| | Rio Grande do Norte | 2 | 3 |
| Sergipe | 9 | 5 | |
| SUDESTE | Espírito Santo | 12 | 15 |
| | Minas Gerais | 49 | 58 |
| | Rio de Janeiro | 10 | 10 |
| | São Paulo | 25 | 19 |
| SUL | Paraná | 22 | 22 |
| | Rio Grande do Sul | 20 | 17 |
| | Santa Catarina | 12 | 15 |
| CENTRO-OESTE | Goiás | 35 | 38 |
| | Mato Grosso | 1 | 0 |
| | Mato Grosso do Sul | 3 | 5 |
| NORTE | Pará | 2 | 2 |
| | Tocantins | 2 | 1 |
| Total | | 290 | 291 |

Fonte: IBGE

Apesar dos dados do IBGE há muitos indícios que existe uma subavaliação da população cigana no Brasil. Alguns Estados apresentam estudos próprios, não publicados, sobre a comunidade cigana em sua região, como nos casos da Paraíba e de Pernambuco.

Na Paraíba os dados do IBGE citam apenas três municípios (Sousa, Cajazeiras e São João do Rio do Peixe), porém Cunha (2013) mostra que existem famílias ciganas distribuídas em pelo menos 29 municípios paraibanos (Figura 4).

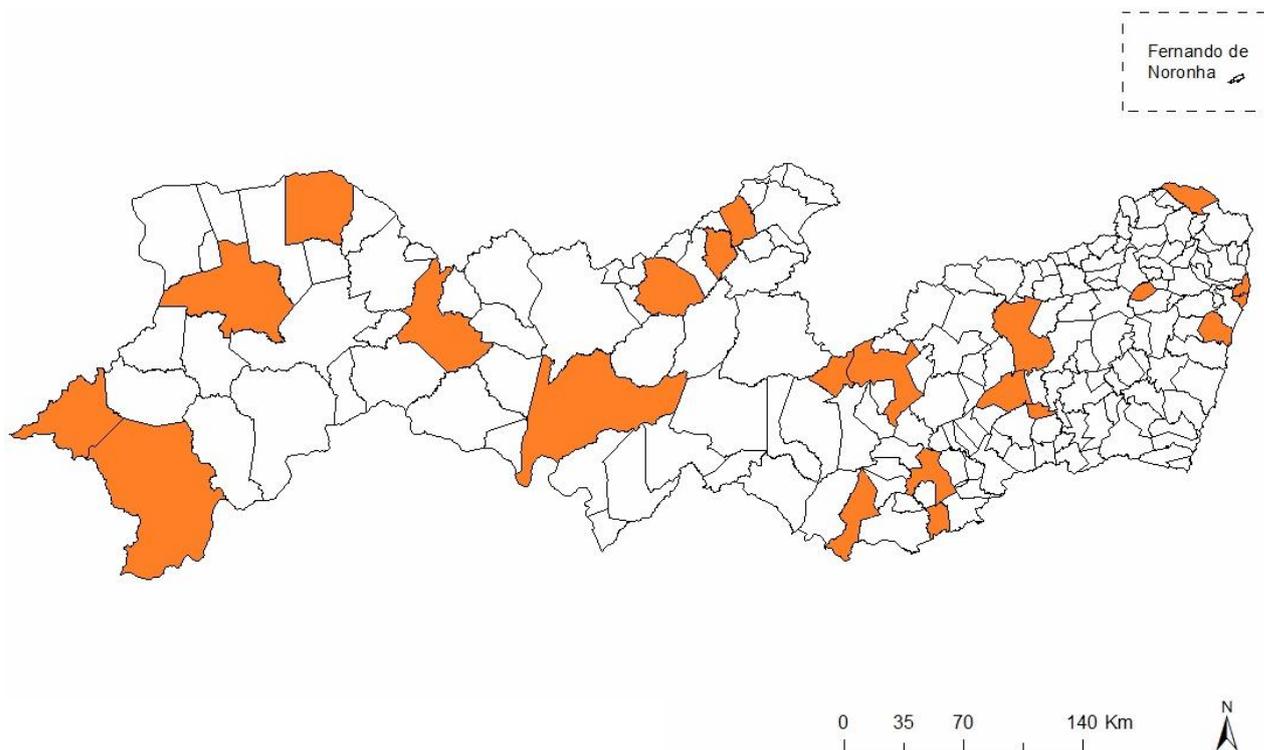
Figura 4: Municípios da Paraíba, Nordeste do Brasil, que apresentam famílias ciganas



Fonte: Lobo (2018), baseado em Cunha (2013)

No Estado de Pernambuco, o IBGE cita apenas cinco cidades com comunidades ciganas: Arcoverde, Jaboatão dos Guararapes, Manari, Pesqueira e Tupanatinga. Em 2013 a Secretaria de Cultura de Pernambuco fez um mapeamento de famílias ciganas no Estado (Anexo B), encontrando-as em 22 municípios (Figura 5).

Figura 5: Municípios de Pernambuco, Nordeste do Brasil, que apresentam famílias ciganas



Fonte: Lobo (2018), baseado nos dados da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco.

A discrepância apresentada entre os números do IBGE e os estudos desenvolvidos nos dois Estados, podem ter como razões: o seminomadismo que algumas famílias ainda apresentam, o medo da discriminação que algumas famílias têm e por isso não se declaram ciganas, ou ainda a tendência que as comunidades têm de viver em regiões mais periféricas das cidades, muitas vezes de difícil acesso. Como os números totais não são confiáveis, não há como conhecer com exatidão a distribuição atual de cada etnia pelo Brasil.

2.3 CULTURA CIGANA

A cultura pode ser entendida como uma lente através da qual enxergamos o mundo e que altera assim nossas experiências emocionais, nosso modo de sentir e reagir frente às outras pessoas, frente a nós mesmos, às forças sobrenaturais, entre outros. a percepção de sentir e reagir as experiências vividas (MEDEIROS, 2011, p. 13).

As migrações tiveram uma forte influência no desenvolvimento da cultura cigana, sendo difícil estabelecer o grau de modificação pelo qual ela passou ao longo do tempo (MEDEIROS, 2011). Um exemplo disso é sua língua, conhecida como *Romani* ou *Chib*, que é ágrafa e não apresenta uniformidade, sendo formada por diversos dialetos que sofreram influência das inúmeras culturas pelas quais os ciganos entraram em contato durante sua história de peregrinação (FERRARI, 2002; MELO, F. J. D. de, 2008; PAIVA, 2007). Levando em consideração toda essa diversidade linguística uma comunicação internacional através dessa língua se torna muito difícil (MOONEN, 2011).

Há uma generalização reducionista ao se chamar de ciganas comunidades que apresentam diferenças significativas entre si, causadas pelo tempo e o espaço em que ficaram separadas. Os próprios ciganos pensam em si próprios de forma fragmentada, dando grande importância ao grupo familiar e não exercendo uma identidade comum com os outros grupos que são “classificados” pelos *gadjés* como ciganos (TEIXEIRA, 2000). As relações de parentesco são importantes para qualquer sociedade mas, no caso dos ciganos, ela se torna uma singularidade por fundamentar sua organização social, sendo mais importante do que a língua comum ou traços fisionômicos semelhantes (MENDES, 2000). São fartos os relatos da importância que os ciganos dão ao respeito pelos idosos, a fraternidade entre os membros da comunidade e ao amor extremo aos filhos e filhas (COELHO, 1892).

Os estereótipos e as representações artísticas sobre os ciganos são os principais disseminadores e perpetuadores dos preconceitos contra este povo, retratando-o como um grupo de trapaceiros ou vagabundos. A autosegregação a que os ciganos se impõem pode ser, em parte, fruto dessa discriminação e justificativa para a ideia de que ser “escolarizado” pelos *gadjés* ou casar-se com eles é uma aculturação para o povo cigano (VASCONCELOS, 2014).

De todos os ciganos, os *Rom* são os mais estudados e descritos pelos antropólogos devido a interpretação de que eles seriam mais “autênticos”, por conservarem sua cultura e língua tradicional. E se outros grupos não compartilham a mesma língua, costumes ou valores são considerados ciganos de segunda categoria (MOONEN, 2011). Alguns exemplos dessa discrepância no estudo dos grupos são: o tribunal cigano, conhecido como *kris romani*, a ideia de pureza chamada de *marimé* e o ritual funerário conhecido como *pomana*. Os três são citados como comuns aos

diversos grupos ciganos, mas que são característicos dos *Kalderash*, um subgrupo *Rom* (MARTINEZ, 1989; RAMANUSH, 2011c).

Uma das muitas generalizações errôneas sobre os ciganos é que todos são nômades, que vivem livres e sem preocupação. Na Europa apenas 15% dos chamados ciganos são seminômades, e mesmo assim a maioria não se considera cigana, mas outros grupos que vivem do comércio (RAMANUSH, 2011b). O nomadismo é mais encontrado entre os *Calon*, talvez porque facilite o comércio, mas pode ter dificultado pesquisas sobre sua língua e seus costumes, o que seria uma explicação não justificada para a negligência dos “ciganólogos” em estudá-los mais profundamente. Assim, os livros que tratam da cultura cigana descrevem quase que exclusivamente os costumes do grupo *Rom* (MOONEN, 2011).

Apesar de bastante diversificada, a cultura cigana se baseia em duas colunas principais: os valores espirituais e os valores materiais. Os valores espirituais consistem na medicina, folclore e conceitos religiosos dos ciganos. Os valores materiais estão relacionados aos ofícios e trabalhos típicos dos ciganos (RAMANUSH, 2011a).

A cultura cigana tem uma moral conservadora. As roupas das mulheres podem apresentar decotes na parte superior, mas as saias longas evitam que as pernas sejam exibidas. Nas festas as mulheres ficam separadas, numa posição de submissão, mesmo que estas ajudem na subsistência da família através da leitura das mãos ou da confecção de artesanato (LESSA, 2007).

Em relação à religiosidade os ciganos, em sua maioria, adotam a religião predominante do país que lhes acolheu. Por esse motivo existe uma grande quantidade de ciganos católicos e islâmicos no mundo e mais recentemente, observa-se um aumento no número de evangélicos (RAMANUSH, 2011a). Entre os ciganos católicos há uma grande devoção por Santa Sara Kali, considerada a santa dos desesperados, exilados, ofendidos e desamparados e sua data, 24 de maio, foi escolhida para comemorar o dia do cigano no Brasil (MELO, E. S. S., 2008). Este fenômeno que ajuda a inserção dos ciganos na sociedade tem um viés negativo ao estimular o abandono de práticas culturais, como a leitura da mão e a medicina tradicional, que se chocam com alguns conceitos religiosos. Outra mostra da adoção, pelos ciganos, da cultura dos países por onde eles passaram está na música e na dança. Apesar de apresentarem um papel social importante para a comunidade, não

existe música ou dança popular cigana, sendo estas adaptações de outras culturas (RAMANUSH, 2011a).

Uma pesquisa para obter subsídios para cuidado à saúde do povo cigano realizada pelo Ministério da Saúde do Brasil (2016) mostra que as mulheres ciganas são responsáveis pela educação e manutenção do bem estar da família, conservando saberes tradicionais do uso das ervas e de outras plantas medicinais como forma de tratamento das enfermidades comumente encontradas nas comunidades: hérnias, lesões musculares, cefaleia, queimaduras, febres, coceiras, cólicas, machucados e hipertensão.

Os cultos, as cerimônias e a própria posição social de um cigano na comunidade estão relacionados à prática vivida na natureza por onde andavam e os diferencia dos *gadjes*. O fato de um cigano se transformar num *kaku* (feiticeiro-curandeiro) ou de uma cigana tornar-se uma *drabarni* (feiticeira-curandeira) não ocorre ao acaso, mas está ligado diretamente à tradição de cada subgrupo cigano (GONÇALVES, 1992).

Eventos sociais, como o casamento e o funeral de um familiar, são muito significativos para os ciganos. O casamento arranjado pelas famílias ainda é uma tradição na comunidade cigana, sendo bastante comum entre os *Rom* e os *Calon*. A prática é defendida pelo fato de que assim as crianças são criadas dentro do mesmo sistema de ideias e problemas conjugais e separações tendem a ser menores. Mesmo assim, a prática tem perdido força nas novas gerações, inclusive com a prática de casamentos com *gadjes*. O funeral de um cigano é um momento ainda maior de união da família, sendo importante a participação de todos no velório. Os pertences do falecido são queimados ou distribuídos com os familiares (MEDEIROS, 2011; RAMANUSH, 2011a).

Os ciganos têm um hino e uma bandeira, definidos no I Congresso Internacional *Roma*, realizado em Londres em 1971. O hino foi inspirado em músicas populares do leste europeu e foi composto pelo *Rom* Jarko Janovic.

A bandeira cigana (Figura 6) é inspirada na da Índia e é composta por duas listras horizontais, uma azul representando os valores espirituais e outra verde representando os valores materiais e o respeito à natureza e a tudo que ela ofertou ao povo cigano durante suas migrações. No centro há uma roda de 16 raios para representar os principais subgrupos ciganos. O dia de início do I Congresso

Internacional *Roma*, 8 de abril, foi levado em consideração para comemorar o dia internacional dos ciganos (RAMANUSH, 2011a).

| | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Galem, galem, lungone dromensa | Andei, andei por longas estradas |
| Maladilen baxtale romensa | E encontrei ciganos de sorte |
| Ah Romalen Ktara turnen aven | Ah ciganos, de onde vocês vêm? |
| E chaxrensa bokhale shavensa | Com tendas e crianças famintas? |
| Ah Romalen, Ah shavale | Ah homens ciganos, ah jovens ciganos |
| Sas sa vi man bari família | EU também já tive uma grande família |
| Mudardias la i kali legia | Foi assassinada pela legião de preto |
| Saren chindas vi Romen vi Romen | (nazistas) |
| Mashkar len vi tinke shavorren | Homens e mulheres foram mortos |
| Ah Romalen, Ah Shavale | Entre eles também crianças pequenas |
| Putar Devia te kale vudara | Ah homens ciganos, ah jovens ciganos |
| Te shai dikhav kai si me manusha | Abra, meu Deus, as portas escuras |
| Palen ka gav lungone dromensa | Para que eu possa ver onde está minha |
| Ta ke phirav baxtale romensa | gente |
| Ah Romalen, Ah Shavale | Voltarei a percorrer os caminhos |
| Opre Roma isi vaxta akana | E andarei com os ciganos de sorte |
| Aide mansar as lumiake Roma | Ah homens ciganos, ah jovens ciganos |
| Ah Romale, Ah Shavale | Levantem ciganos! Agora é o momento |
| | Venham comigo ciganos do mundo |
| | Ah homens ciganos, ah jovens ciganos |

Hino cigano escolhido durante o I Congresso Internacional *Roma* em 1971 (RAMANUSH, 2011a, p.13)

Figura 6: Bandeira instituída como símbolo internacional de todos os ciganos pela *International Gypsy Committee*, no *First World Romani Congress*, Londres, 1971



Fonte: RAMANUSH (2011a)

Em relação aos valores materiais, a prática do comércio entre os ciganos é observada das mais distintas formas, no comércio ambulante, na troca e venda de produtos, no contrabando, no mercado formal e informal. O aprender a negociar é importante para os ciganos e é um dos fatores mais valorizados em sua cultura (FERRARI, 2002).

Por fim, é fundamental destacar o valor que os ciganos dão aos idosos, pois estes são considerados os repositórios vivos da história oral e das tradições dos antepassados, bem como de costumes culturais, crenças, mitos e práticas rituais. A morte de um idoso é considerada pela comunidade cigana como equivalente ao incêndio de uma biblioteca (MEDEIROS, 2011).

O desconhecimento da cultura cigana pela maioria das pessoas leva a uma generalização de má reputação e infâmia, que pode ser útil quando se quer discriminar este grupo étnico. Assim pode-se formar um preconceito que é transformado facilmente em controle social, quer seja formal ou informal (VAZ, 2005).

2.4 UTILIZAÇÃO DA FLORA PELOS CIGANOS

É difícil para um *gadjé* imaginar a importância que os ciganos dão às plantas e aos animais na sua vida cotidiana. A utilização da fauna e flora é realizada de forma alimentícia, tecnológica, ritualística, medicinal, cosmética, artesanal, entre outros usos (DERLON, 1979). Porém parte dessa história está sendo perdida pela sedentarização e a falta de interesse dos mais jovens em perpetuar uma cultura que perdeu valor na sociedade urbana e industrializada que temos hoje (MOONEN, 2011).

Entre os mais velhos, que tiveram parte de sua vida nômade, ainda encontra-se muito dessa cultura de utilização dos recursos naturais disponíveis ao seu redor. Desses usos, o que se mantém mais presente é a utilização de plantas no tratamento de diversas enfermidades enfrentadas no dia a dia pelas pessoas e animais.

“A calin dipê comia tudo. Nós só não comia o que não gostava de comer... Nós tomava muito chá, de capim santo, da flor do Mussambê... A gente tomava pra gripe, para febre, para inflamação... Nós tomava pra tudo! Tinha também o fedegoso, um matinho, chamado de crista de galo, que é pra limpar” (depoimento de Tereza, GOLDFARB, LEANDRO & DIAS, 2012, p. 865).

As diversas receitas medicinais passadas oralmente entre as gerações demonstram um conhecimento do ambiente por onde passam. Alguns exemplos dessas receitas usadas por ciganos europeus são citados no livro “A medicina secreta dos ciganos” de Pierre Derlon publicado em 1979, tais como:

- Ferver cerca de 30 gramas das flores da *Vinca major* L. (Apocynaceae) em 1 litro de água durante 10 minutos e tomar um cálice de licor três vezes ao dia para o tratamento de diabetes.
- Ferver cerca de 30 gramas de raiz de dente-de-leão (*Taraxacum officinale* Weber – Asteraceae) em meio litro de água por 20 minutos e tomar um copinho de vinho três vezes ao dia para o tratamento de reumatismo.
- Colocar dois punhados de folhas de *Viscum album* L. (Santalaceae) em 1 litro de vinho branco seco, lacrar e guardar por um mês. Tomar dois copos por dia para tratar epilepsia.

Existem vários outros exemplos da utilização de vegetais para o tratamento das mais diversas doenças e estes usos estão intimamente relacionados com a troca de experiências que os ciganos têm com outros povos. Mas até a utilização da medicina tradicional tem diminuído entre os ciganos mais jovens e, mais uma vez o motivo deve estar relacionado à influência da civilização moderna e pelo desinteresse em aprender as práticas etnomedicinais de sua comunidade (GARCIA, 2014; HOSSAIN, 2010).

“Eu sou positiva, achava melhor quando eu vivia andando pelo mundo... Eu mesmo vim sentir hipertensão depois que eu tô morando, quando eu vivia andando, não! Hoje vivo a favor dos remédios, vivo tomando remédio direto. Nós se curava era com chá. Se nós tivesse uma gripe, nós fazia o chá da flor do mameleiro madura, aquelas que fica amarela, fazia, adoçava, bebia e ficava boa. Se sentisse uma dor nós bebia chá de alfazema, de macela, era assim...Era difícil cigano adoecer...” (Depoimento de Dolores, GOLDFARB, LEANDRO & DIAS, 2012, p. 865).

2.5 RECONHECIMENTO COMO COMUNIDADE TRADICIONAL

A cultura cigana é marcada pela exclusão, intolerância, injustiças e preconceitos que a castigam há séculos. No Brasil a questão não é menos grave,

considerando a invisibilidade social vivida pelos ciganos quanto aos seus direitos, o que foi alimentado pelas escassas políticas pró-ciganas por parte do Governo Brasileiro até o início do século XXI (SOUZA, 2009). Apesar das dificuldades enfrentadas, vêm sendo propostas políticas públicas de inclusão dos ciganos, buscando compreender a complexidade dessa comunidade.

Em 25 de maio de 2006, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou o decreto 10841 (Anexo C) que institui o dia 24 de maio como data comemorativa do Dia do Cigano no Brasil. Esse decreto dá início ao reconhecimento dessa minoria étnica como comunidade tradicional com direito à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, à justiça e à cidadania. Em 24 de maio de 2007 foi lançado o Prêmio Culturas Ciganas 2007 – Edição João Torres, pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC). No mesmo dia foi lançado o selo comemorativo do Dia Nacional do Cigano (Figura 7).

Figura 7: Selo comemorativo do Dia Nacional do Cigano lançado em 2007



Fonte: SID/MinC

Segundo Mello & Veiga (2008) a comunidade cigana foi um grande desafio para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo Federal, devido à precariedade e pouca confiabilidade das informações disponíveis sobre os ciganos brasileiros e da mobilidade dos grupos. Para os ciganos nômades ou seminômades, a falta de um endereço fixo dificulta a retirada de uma certidão de nascimento e de outros documentos, além de inviabilizar o acesso aos benefícios dos programas federais à elevação da renda familiar e aos serviços de saúde, exceto em casos notificados como de emergência (VANELLI, 2010).

O relatório executivo sobre o Brasil Cigano (2013) mostrou que alguns avanços foram realizados ao longo dos anos, como a portaria 940 do Ministério da Saúde

(Anexo D), de 28 de abril de 2011, que regulamenta a não obrigatoriedade de domicílio permanente no caso da população cigana nômade para a retirada do Cartão Nacional de Saúde. Já a resolução número 3 do Conselho Nacional de Educação (Anexo E), de 2012, determinou o atendimento em educação escolar para a população em situação de intinerância. O mesmo documento relata que em 2012 o Dia Nacional do Cigano deixou de ser apenas um evento cultural e passou a marcar eventos cujo objetivo é definir prioridades para a comunidade cigana, divididas por tema e por região. Estas prioridades serviram de base para o Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos, editado em 2013 pela Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais do Governo Federal.

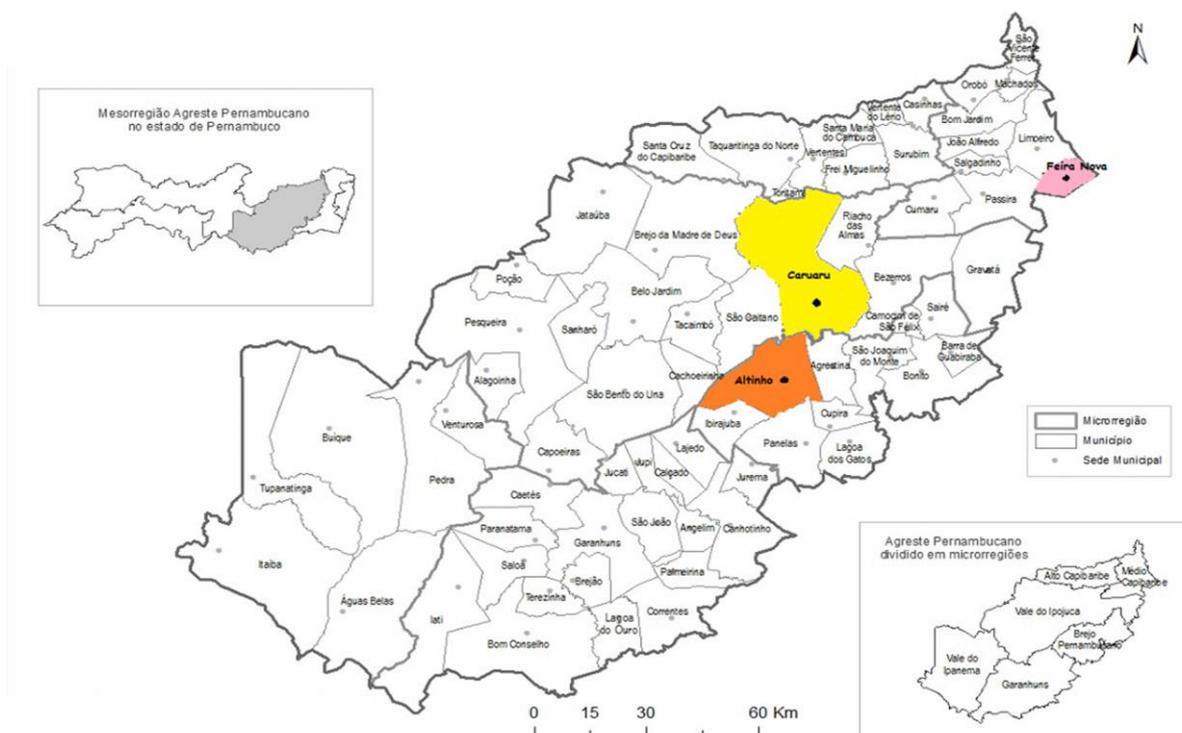
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Itambé (7°24'37" S e 35°6'46" W), onde moram 17 membros da família cigana Dantas, está localizado na microrregião Zona da Mata Setentrional, do Estado de Pernambuco, com área de 304.812 km² (Figura 8). O município foi criado em 20/05/1867, pela Lei Provincial n. 720, sendo formado pelos distritos: Itambé (Sede), Carice e Ibiranga. A maior parte do município está inserida na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, com parte de sua área, a leste, na unidade geoambiental dos Tabuleiros Costeiros, e uma pequena porção a oeste, onde fica o Distrito de Ibiranga, na unidade Depressão Sertaneja. Esta unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A população do município, no último censo (2010), era de 35.398 habitantes, apresentando uma taxa de analfabetismo de 30,5% das pessoas acima dos 15 anos. Sua economia está voltada para as áreas de serviços e de agropecuária, que somadas, são responsáveis por 88% do produto interno bruto do município. Pouco mais da metade (61,9%) dos domicílios abastecidos com a rede geral de água, 18,4% com esgotamento sanitário e a taxa de mortalidade infantil é de 4,24 óbitos por mil nascidos vivos. Itambé tem um IDHM (Índice de desenvolvimento humano por município) de 0,575, ficando na posição 117^o entre os 185 municípios pernambucanos e na posição 4716^o entre os 5565 municípios brasileiros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) – Ministério de Minas e Energia (MME), 2005).

esgotamento sanitário e uma taxa de mortalidade infantil de 16,74 óbitos por mil nascidos vivos. Altinho tem um IDHM de 0,598, ficando na posição 90º entre os 185 municípios pernambucanos e na posição 4224º entre os 5565 municípios brasileiros (IBGE, 2010; SGM/MME, 2005).

Figura 9: Mesorregião do Agreste do Estado de Pernambuco, destacando os municípios de Altinho (laranja), Caruaru (amarelo) e Feira Nova (rosa).



Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE – FIDEM

O município de Caruaru ($8^{\circ}17'00''$ S e $35^{\circ}58'34''$ W), onde moram 10 membros da família Alves, está localizado na microrregião do Vale do Ipojuca, com uma área de 928,1 km² (Figura 9). O município foi criado em 16/08/1848, pela Lei Provincial n. 212, sendo formado pelos distritos: Sede, Carapotos, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro, e os povoados: Alto do Moura, Barra de Taquara, Lagoa de Pedra, Pelada, Terra Vermelha, Pau Santo, Itaúna, Jacaré Grande, Juá, Lajes, Malhada de Barra Queimada, Jacaré, Malhada de Pedra. O município está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, com rios perenes de pouca vazão e baixo potencial de água subterrânea. A população é de 314.912 habitantes, apresentando uma taxa de analfabetismo de 15,6% das pessoas acima dos 15 anos. O município apresenta 83,8% de domicílios abastecidos com a rede geral de água, 81,3 % com

esgotamento sanitário e uma taxa de mortalidade infantil de 12,03 óbitos por mil nascidos vivos. Caruaru tem um IDHM de 0,677, ficando na posição 11º entre os 185 municípios pernambucanos e na posição 2370º entre os 5565 municípios brasileiros (IBGE, 2010; SGM – MME, 2005).

O município de Feira Nova (7°57'03" S e 35°23'21" W), onde moram 15 membros da família Alves, está localizado na Microrregião Médio Capibaribe do Estado de Pernambuco, com uma área de 118,3 km² (Figura 9). O município foi criado em 20/12/1963, pela Lei Estadual n. 4.945, sendo formado apenas pelo distrito-sede. Está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, com rios perenes de pouca vazão e baixo potencial de água subterrânea. A população de Feira Nova é de 20.571 habitantes, apresentando uma taxa de analfabetismo de 29,3% das pessoas acima dos 15 anos. O município apresenta 53,0% de domicílios abastecidos com a rede geral de água, 21,1 % com esgotamento sanitário e uma taxa de mortalidade infantil de 10,1 óbitos por mil nascidos vivos. Feira Nova tem um IDHM de 0,600, ficando na posição 82º entre os 185 municípios pernambucanos e na posição 4210º entre os 5565 municípios brasileiros (IBGE, 2010; SGM – MME, 2005).

Em todos os municípios acima descritos a vegetação é formada por Florestas Subcaducifólia e Caducifólia e o clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco e estação chuvosa se iniciando em janeiro/fevereiro e terminando em setembro (SGM – MME, 2005). Registros oficiais do IBGE e da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco atestam a presença de ciganos nos quatro municípios, mas não foram encontradas informações sobre dados socioeconômicos dessas comunidades.

3.2 DADOS ETNOBOTÂNICOS

A pesquisa foi desenvolvida com autorização do conselho de ética da Universidade Federal de Pernambuco (processo 57999516.2.0000.5208), autorizado no dia 18/11/2016 e pode ser acessado através do link <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf>. A autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi obtida no dia 11/07/2016.

O primeiro contato para o desenvolvimento da pesquisa foi feito com o presidente da Associação dos Ciganos de Pernambuco (ACIPE), Sr Enildo Kalon.

Nesse encontro foi explicado os objetivos do trabalho e a solicitação para conhecer famílias ciganas que vivem no Estado de Pernambuco. Através da ACIPE foram apresentados os chefes das famílias ciganas Dantas, residente no Distrito de Ibiranga, município de Itambé, e Alves, residente no município de Altinho.

Em contato com os líderes das famílias ciganas, aqui denominados de Dantas 1 e Alves 1, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A) e solicitada a participação das respectivas famílias na pesquisa. Foram utilizados formulários semiestruturados (Apêndice B), e os entrevistados foram selecionados através da técnica de “bola de neve”, iniciada a partir dos chefes de cada família (ALBUQUERQUE, LUCENA & CUNHA, 2010). Também foram feitas entrevistas com componentes da família Alves residentes nos municípios de Caruaru e Feira Nova, na Mesorregião do Agreste no Estado de Pernambuco (Figura 9).

As entrevistas foram realizadas individualmente, em visitas realizadas às comunidades entre dezembro de 2016 e novembro de 2017, incluindo pessoas que apresentavam idade igual ou superior a 40 anos, num total de 23 informantes (11 homens e 12 mulheres), equivalente a 85,2% do público alvo. O perfil escolhido está baseado no maior conhecimento etnobotânico demonstrado, nessa faixa etária, por diversos trabalhos científicos realizados no Brasil (LÖBLER et al., 2014; PEREIRA et al., 2005; PILLA, AMOROZO & FURLAN, 2006). O conjunto de informantes das duas famílias ciganas foi analisado de acordo com o gênero e a faixa etária, sendo esta última dividida em três classes: 40 a 50 anos, 51 a 60 anos e mais de 60 anos.

Um diário de campo foi organizado para registrar informações sociais e culturais que foram sendo observadas e anotadas nos dias de trabalho no campo. Além das entrevistas foram realizadas turnês guiadas com os informantes que aceitaram participar, observando e coletando as plantas citadas em jardins, quintais, terrenos baldios, ruas e sítios. As plantas coletadas foram herborizadas e as identificações foram realizadas por taxonomistas do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e tombadas nos herbários IPA e UFP.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

As espécies de plantas citadas pelos informantes foram classificadas em nativas e exóticas (naturalizadas ou cultivadas) segundo dados da Flora do Brasil

(<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>.) A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) foi usada para relacionar com a nomenclatura científica as doenças, sintomas, sinais, aspectos anormais, queixas e causas externas para ferimentos tratadas por plantas, citados pelos informantes (Quadro1).

As espécies de plantas citadas pelos informantes foram enquadradas nas seguintes categorias de uso: alimentícia, condimentícia, cosmética, medicinal, ritualística, tecnológica, veterinária e outras (PRANCE et al., 1987).

Quadro 1 - Códigos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID)

| Códigos | Doenças |
|----------------|---|
| A06 | Amebíase |
| A37.9 | Coqueluche não especificada |
| B05 | Sarampo |
| B07 | Verrugas de origem viral |
| B36 | Pitiríase versicolor |
| B65.1 | Esquistossomose devida ao <i>Schistosoma mansoni</i> (esquistossomose intestinal) |
| B82 | Helmintíase intestinal não especificada |
| C80 | Neoplasia maligna, sem especificação de localização |
| D53.9 | Anemia e dor do estômago |
| E14 | Diabetes mellitus não especificado |
| E65 | Adiposidade localizada |
| E78 | Hipercolesterolemia pura |
| F50.9 | Transtorno de alimentação não especificado |
| F51 | Insônia não orgânica |
| H10 | Conjuntivite |
| H25 | Catarata senil |
| H66.9 | Otite média não especificada |
| H83 | Labirintite |
| I10 | Hipertensão essencial (primária) |

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

Quadro 1 - Códigos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID)

continuação

| Códigos | Doenças |
|----------------|---|
| I64 | Acidente vascular cerebral, não especificado como hemorrágico ou isquêmico |
| I74 | Embolia e trombose arterial |
| I84 | Hemorroidas |
| J01 | Sinusite aguda |
| J02 | Faringite |
| J11 | Influenza (gripe) devida a vírus não identificado |
| J40 | Bronquite não especificada como aguda ou crônica |
| J45 | Asma |
| K05 | Gengivite e doenças periodontais |
| K08.9 | Transtorno dos dentes e de suas estruturas de sustentação, sem outra especificação |
| K25 | Úlcera gástrica |
| K29.7 | Gastrite não especificada |
| K30 | Dispepsia (má digestão) |
| K59.0 | Constipação (prisão de ventre) |
| K77 | Transtornos hepáticos em doenças infecciosas e parasitárias classificadas em outra parte |
| L21 | Seborreia do couro cabeludo |
| L30.9 | Dermatite não especificada |
| L65.9 | Perda de cabelos ou pelos não cicatriciais, não especificada |
| L80 | Vitiligo |
| L98.9 | Afecções da pele e do tecido subcutâneo, não especificados |
| M25.5 | Dor articular |
| M54.6 | Dor na coluna torácica |
| N20.9 | Calculose urinária, não especificada |
| N39 | Infecção do trato urinário de localização não especificada |
| N41 | Doenças inflamatórias da próstata |
| N71.9 | Doença inflamatória não especificada do útero |
| N76 | Vaginite aguda |
| N94 | Dor e outras afecções associadas com os órgãos genitais femininos e com o ciclo menstrual |
| O06 | Aborto não especificado |
| R05 | Tosse |
| R10 | Dor abdominal e pélvica |
| R11 | Náusea e vômito |

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

Quadro 1 - Códigos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID)

Continuação

| Códigos | Doenças |
|---------|---|
| R33 | Retenção urinária |
| R42 | Tontura e instabilidade |
| R45 | Nervosismo |
| R50.9 | Febre não especificada |
| R51 | Cefaleia |
| R52 | Dor aguda |
| R53 | Fadiga, mal estar |
| R60 | Edema localizado |
| T14.1 | Ferimento de região não especificada do corpo |

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foi usada para calcular o índice de fidedignidade das 10 espécies medicinais que foram citadas por um terço ou mais dos informantes das famílias ciganas Alves e Dantas (AMOROZO & GELY, 1988; MARTINS & COSTA, 2016).

$I_{Fid} = \left(\frac{NIF}{NIT} \right) \times 100\%$, onde NIF = número de informantes que citaram a mais comum funcionalidade para a referida espécie

NIT = número de informantes que citaram qualquer funcionalidade para a referida espécie.

Foi calculada a Importância Relativa para as 10 espécies medicinais mais citadas, baseada em Bennett & Prance (2000).

$IR = NSC + NP$, onde

NSC = número de sistemas corporais influenciados pela planta citada, sendo calculado pela razão entre o número de sistemas corporais tratados pela espécie citada (NSCE) e o número total de sistemas corporais tratados pela espécie mais versátil (NSCEV).

NP é o número de propriedades, calculado pela razão entre o número de propriedades atribuídas para uma dada espécie (NPE) e o número total de propriedades atribuídas à espécie mais versátil.

O valor de uso (VU) de cada espécie foi calculado pela razão entre o somatório do número de usos citados (ΣU) e o número total de informantes da pesquisa (n), como demonstrado na fórmula: $VU = \left(\frac{\Sigma U}{n}\right)$, (Silva & Albuquerque, 2004).

Para comparar a similaridade dos conjuntos de plantas citadas como úteis entre as famílias ciganas foi usado o índice de Sørensen, calculado pela fórmula: $\frac{2c}{a+b}$, onde “a” representa o número de espécies citadas pela família Dantas, “b” é o número de espécies citadas pela família Alves e “c” é o número de espécies citadas comuns às duas famílias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Não é fácil identificar, fisicamente ou pelo comportamento, os ciganos que vivem na Mata Norte e no Agreste de Pernambuco. A maioria tem a cor da pele parda, os olhos castanhos e cabelos pretos e lisos. Os homens normalmente vestem calça comprida e camisa de manga curta, e as mulheres usam predominantemente vestidos ou saias compridas, mas nada que seja considerado extravagante ou característico de outra cultura (Figuras 10 e 11). Por essas características não é possível distingui-los dos *gadjés* que vivem na mesma região, passando assim, despercebidos. Pesquisas realizadas com outros grupos de ciganos também se referem à utilização de roupas semelhantes às da população não cigana da região em que eles se fixam, mostrando uma tendência que ajuda a minimizar a discriminação sofrida pela comunidade cigana (MEDEIROS, BATISTA & GOLDFARB, 2014; SILVA, 2012). Durante as entrevistas realizadas com membros das famílias Alves e Dantas, ambas da etnia *Calon*, foram fartos os depoimentos de hostilidade por parte da população local e das autoridades pela presença dos ciganos na região, mesmo que estes estejam residindo no local há bastante tempo.

Toda vez que acontece algum roubo na região os policiais vêm atrás da gente. Vem até polícia da Paraíba. Da última vez, a rua ficou cheia de carros da polícia. Entraram na nossa casa sem nenhum documento. Não acharam nada, mas fica chato com os vizinhos. Fica difícil explicar que não tem nada com a gente. Minha filha estava trabalhando e perdeu o emprego quando o chefe descobriu que ela era cigana. (Dantas 1, Itambé, entrevista em agosto de 2017)

Figura 10: Autor acompanhado dos ciganos Enildo Soares (presidente da ACIPE) e dois informantes da família Alves ao lado de uma das casas em que residem no município de Altinho, Agreste de Pernambuco.



Fonte: Lobo (2018)

Para chegar aos membros das famílias foi necessário, na maioria das vezes, estar acompanhado de um cigano ou de algum amigo da família para que eles pudessem se declarar ciganos e aceitar serem entrevistados. O primeiro contato foi, em todos os casos, muito tímido, evidenciando claramente a desconfiança dos ciganos em relação a pessoas desconhecidas e a aceitação destas no ambiente residencial. Um dos entrevistados, Alves 4, esclareceu que existem “rixas” entre as famílias ciganas, algumas passadas a várias gerações, e a desconfiança é uma forma de proteção contra atos de vingança.

Minha família tem rixa com uma família que tá no sertão. É muito antiga, meu pai já dizia para não aceitar estranho por perto por muito tempo. Eles podem estar vendo a rotina de nós e depois passar a informação. Já teve morte e não é para se descuidar. (Alves 4, Caruaru, entrevista realizada em abril de 2017)

Figura 11: Entrevista com Alves 6, de 102 anos, em sua casa em Altinho, Agreste de Pernambuco



Fonte: Lobo (2018)

Os ciganos das famílias Alves e Dantas estão assentados em Pernambuco a cerca de 25 anos, deixando a vida nômade na procura de melhor condição de vida e facilitar a educação dos filhos. Os Alves residem nas cidades de Altinho, Caruaru e Feira Nova, na região do Agreste de Pernambuco e a família Dantas reside no Distrito de Ibiranga, município de Itambé, na Mata Norte de Pernambuco e no município contíguo de Juripiranga, na Paraíba. Existe uma preferência, citada pelos ciganos, de viverem na periferia de cidades pequenas ou médias, onde todos se conhecem e o custo de vida é menor. Todos residem em casas de alvenaria, com escasso acesso a água encanada e ausência completa de rede de esgoto.

Apesar de estarem fixados, não há uma ligação sentimental com o local onde moram. Durante os dois anos de convivência com os ciganos das famílias Alves e Dantas foi verificado que é comum alguns de seus membros trocarem de cidade por

algum tempo, com a intenção de procurar novas oportunidades de negócios ou para passar uma temporada na casa de parentes. Durante esse período, houve algumas mudanças para Paulista, na região metropolitana do Recife, Gravatá e Panelas, no Agreste pernambucano e Itabaiana, na Paraíba.

A língua é a característica mais forte que une os ciganos. Durante os encontros, por diversas vezes, eles comunicaram-se através de sua língua a qual, quando perguntados, denominaram de *chib*. A língua é falada, na frente dos *gadjés*, intercalada com o português, para que não seja percebida nem entendida nas negociações cotidianas. Não é permitido ensinar a língua a um não cigano, e os jovens *calons* aprendem logo cedo essa forma de comunicação cifrada. A própria forma de falar é uma maneira que é usada pelos ciganos para identificar quem realmente é cigano e quem pode estar simulando sua identidade.

Essa velha não é cigana, os outros são. Tem gente que fala alguma coisa de *chib*, mas dá pra perceber que não é cigano. Cigano tem a fala arrastada, não fala explicado. (Alves 2, Altinho, durante a apresentação do filme Rio Cigano em dezembro de 2017, falando de uma atriz do filme)

Ao longo das entrevistas, muitos ciganos relataram não se considerar brasileiros, mesmo nascidos no Brasil, e a língua própria é um argumento usado por eles para defender esta afirmação. Ao solicitar a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido foi percebido que 70% dos entrevistados são analfabetos ou semianalfabetos, sem nenhuma instrução formal. Uma das vantagens citadas pelos informantes na fixação de residência e conseqüente abandono da vida nômade, é a facilidade para que os mais jovens possam frequentar a escola, abrindo assim novas perspectivas de melhorar a vida.

Outras características marcantes entre os ciganos são a importância das relações de parentesco e a valorização dos mais velhos. Muitos dos entrevistados não foram registrados oficialmente quando nasceram e por isso não sabem a idade ao certo e apresentam sobrenomes diferentes dos irmãos e de outros parentes próximos. Outra prática comum é se apresentarem por outro nome, diferente do registrado no cadastro de pessoas físicas (CPF). A necessidade desse registro oficial é relatada por eles para que possam se beneficiar da assistência governamental, para ter acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a matrícula das crianças nas escolas públicas. Por

diversas vezes foi citada também a importância do título de eleitor para se aproximarem dos políticos locais e se beneficiarem desse contato.

Os membros das famílias Alves e Dantas apresentam como principal fonte de renda o comércio informal, de qualquer espécie, e assistência governamental através de programas de distribuição de renda. Os homens, em sua maioria, declararam-se negociantes ou artesãos. As mulheres são responsáveis pelos afazeres domésticos e a confecção de bordados, declarando-se como artesãs. Essa informalidade no exercício de seus negócios também é citada por Machado, Sousa & Almeida (2011) e Souza et al. (2009), que trabalharam junto a comunidades ciganas da etnia *Calon*, assentadas em Jacobina (BA) e no Estado do Espírito Santo, respectivamente. Na família Dantas destaca-se Dantas 1 que, além de negociante, apresenta um programa de rádio aos sábados em uma rádio comunitária, onde propaga canções românticas, algumas das quais de sua autoria (Figura 12).

Figura 12: Entrevistados da família cigana Dantas (D1 e D7) em sítio próximo as suas residências em Itambé, Mata Norte de Pernambuco



Fonte: Felipe Ribeiro/Folha de Pernambuco

Na família Alves um dos membros, além de negociante, tem uma espécie de “clínica veterinária” no quintal de sua residência (Figura 13), sendo procurado por

outros ciganos, vizinhos e até pessoas de outros municípios para ajudar no tratamento de enfermidades ou ferimentos em aves.

Figura 13: Entrevistado A1, chefe da família cigana Alves, apresentando plantas de uso medicinal, coletadas em um terreno baldio na frente de sua casa, em Altinho, Agreste de Pernambuco



Fonte: Lobo (2018)

A maioria das casas dos entrevistados apresenta alguma forma de jardim (Figura 14), onde são cultivadas plantas medicinais e/ou ritualísticas, como: *Cymbopogon citratus* D.C Stapf (Poaceae, capim santo), *Jatropha gossypifolia* L. (Euphorbiaceae, pinhão roxo), *Lippia alba* (Mill.) N.E.Br. ex P. Wilson (Verbenaceae, erva cidreira) e *Mentha* sp. (Lamiaceae, hortelã da folha miúda). A maioria dos informantes possui um bom conhecimento sobre a utilização das *xacas* (ervas em *chib*), porém nas entrevistas foi evidenciada a prevalência de três chefes de família, dois Dantas e um Alves, como detentores do conhecimento etnobotânico das comunidades, sendo designados como “pajés” pelos outros ciganos.

Figura 14: Informantes (A12 e A13) da família cigana Alves, em frente à sua casa, em Caruaru, Agreste de Pernambuco



Fonte: Lobo (2018)

Na presença desses “pajés” os outros membros da comunidade mostravam-se inibidos, preferindo destacar o conhecimento dos chefes da família. Esse comportamento foi notado principalmente entre as mulheres, evidenciando a prevalência desses homens sobre os demais membros das famílias. Quando viúvas e residentes em casas mais afastadas, as mulheres mostravam-se menos tímidas, ficando evidente o conhecimento etnobotânico que possuem.

Durante as entrevistas foi indagado o processo de transmissão do conhecimento etnobotânico sobre plantas medicinais para as próximas gerações e, em todos os casos, foi relatado que há pouco interesse dos mais jovens em aprender sobre as tradições do povo cigano, à exceção da língua.

A juventude não quer saber disso não. Vão para a farmácia comprar os remédios que precisam. Às vezes fazemos um chá para ajudar alguma coisa, mas a maioria não quer saber. Os médicos dizem que só é bom o de farmácia. (Alves 12, Caruaru, entrevista realizada em dezembro de 2016)

A perda gradativa do conhecimento tradicional é observada em outras comunidades ciganas (MACHADO, SOUSA & ALMEIDA, 2011; SILVA, 2012; SILVA, 2015) da mesma forma que acontece com comunidades não ciganas (FERRÃO et al.,

2014; HOEFFEL et al.,2011; ZUCHIWSCHI et al., 2010). Os principais motivos citados pelos entrevistados para esse fenômeno são a perda da cultura nômade e a procura por uma maior inclusão nas comunidades locais, estimuladas principalmente por questões econômicas.

4.2 CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO

As 23 pessoas entrevistadas, 11 homens e 12 mulheres, efetuaram 620 citações de uso para 157 espécies de plantas, pertencentes a 64 famílias de Angiospermas (Tabela 2). As sete pessoas da família Dantas contribuíram com 202 citações de uso para as plantas, relacionadas a 97 espécies, pertencentes a 54 famílias. Os 16 membros da família Alves contribuíram com 418 citações de uso para 139 espécies, pertencentes a 58 famílias.

Considerando o número de espécies (nativas e exóticas) e de citações de uso o conhecimento sobre plantas não variou significativamente nas diferentes faixas etárias e gênero dos entrevistados (Tabela 3). Na faixa etária de 40 a 50 anos (10 pessoas), foram registradas 191 citações de uso para 78 espécies, pertencentes a 39 famílias. As seis pessoas enquadradas na faixa etária dos 51 a 60 anos efetuaram 259 citações para 121 espécies, pertencentes a 53 famílias. Na faixa etária acima dos 60 anos (sete pessoas) foram registradas 170 citações de uso para 70 espécies, pertencentes a 42 famílias. Os 11 ciganos entrevistados fizeram 356 citações de uso, referentes a 131 espécies, pertencentes a 60 famílias, e as 12 ciganas realizaram 264 citações de uso para 93 espécies, pertencentes a 37 famílias.

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|------------------------------|--|----------------|-------------------------------|-----|----|----|------|--------|--|
| Acanthaceae Juss. | <i>Justicia pectoralis</i> Jacq | Anador | Folha | 4 | 4 | 3 | 0,13 | M | R05; R51; R52 |
| Adoxaceae E. Mey. | <i>Sambucus nigra</i> L. | Sabugueiro | Flor | 4 | 5 | 3 | 0,13 | M | I10; J11; J40; R50.9 |
| Amaranthaceae A. Juss. | <i>Alternanthera dentata</i> (Moench) Stuchlík ex R.E.Fr. | Dipirona | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | I10 |
| | <i>Amaranthus blitum</i> L. | Bredo de porco | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | Cd | ----- |
| | <i>Dysphania ambrosioides</i> (L.) Mosyakin & Clemants | Mastruz | Folha | 6 | 9 | 4 | 0,17 | M | A37.9; B82; F50.9; J11; R05; R52; T14.1 |
| | <i>Gomphrena demissa</i> Mart | Capitãozinho | Raiz | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | J11 |
| Amaryllidaceae J. St.-Hil | <i>Allium cepa</i> L. | Cebola | Toda | 5 | 10 | 4 | 0,17 | A/Cd/M | I74, J40; N94; R05; R51 |
| | <i>Allium sativum</i> L. | Alho | Toda | 2 | 3 | 2 | 0,09 | A/M | I74 |
| Anacardiaceae R. Br. | <i>Anacardium occidentale</i> L. | Cajueiro | Caule/Sement e/Pseudofruto | 6 | 17 | 5 | 0,22 | A/M | I10; L98.9; N71.9; R52; T14.1 |
| | <i>Myracrodruon urundeuva</i> (Engl.) Fr. Allemão | Aroeira | Caule | 10 | 14 | 5 | 0,22 | M/T | K05; L98.9; N39; N76; R10; T14.1 |
| | <i>Spondias mombin</i> L. | Cajarana | Fruto | 2 | 2 | 1 | 0,04 | A | ----- |
| | <i>Spondias tuberosa</i> Arruda | Imbu ou Umbu | Raiz | 2 | 2 | 1 | 0,04 | A | ----- |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|----------------------------------|---|------------------------|------------------------------|-----|----|----|------|----------|---------------------------|
| Annonaceae Juss. | <i>Annona coriacea</i> Mart. | Aticum | Folha | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M | I64; E78.0 |
| | <i>Annona muricata</i> L. | Graviola | Folha/Fruto | 2 | 4 | 3 | 0,13 | A/M | E78.0; N41 |
| | <i>Annona squamosa</i> L. | Pinha | Fruto/Semente | 2 | 2 | 2 | 0,09 | A/M | B85.2 |
| Apiaceae Lindl. | <i>Coriandrum sativum</i> L. | Coentro | Caule/Folha /Raiz/Semente | 5 | 11 | 5 | 0,22 | A/Cd/M/R | E78.0; H83; N41; R10 |
| | <i>Foeniculum vulgare</i> Mill. | Erva doce | Semente | 4 | 6 | 4 | 0,17 | Cd/M/R | J11; R10; R11 |
| Apocynaceae Juss. | <i>Aspidosperma pyriforme</i> Mart. & Zucc. | Pereiro da caatinga | Caule | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M/V | M54.6 |
| Arecaceae Schultz Sch. | <i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. Ex Mart. | Macaíba | Fruto | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | J40 |
| | <i>Attalea compta</i> Mart. | Catolé | Fruto | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | H25 |
| | <i>Cocos nucifera</i> L. | Coco | Fruto | 6 | 13 | 5 | 0,22 | A/Cm/M | A37.9; K77; H10; H83.0 |
| Asparagaceae Juss. | <i>Agave sisalana</i> Perrine | Agave | Folha | 1 | 2 | 2 | 0,09 | T/V | ----- |
| Asteraceae Bercht. & J. Presi | <i>Acanthopermum hispidum</i> L. | Espinho-de- cigano | Folha/Raiz | 7 | 7 | 1 | 0,04 | M | A37.9; J11; R05 |
| | <i>Egletes viscosa</i> (L.) Less. | Macela | Semente | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | A06 |
| | <i>Helianthus annuus</i> L. | Girassol | Semente | 3 | 3 | 3 | 0,13 | M | E78; I10; R42 |
| | <i>Matricaria chamomilla</i> L. | Camomila | Flor | 2 | 4 | 2 | 0,09 | M | R45; F51 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|--------------------------|--|-----------------------|-------------------------|--------|--------|--------|--------------|-------------|---------------------------|
| Bixaceae Kunth | <i>Bixa orellana</i> L. | Urucum | Semente | 2 | 3 | 2 | 0,09 | Cd/M | B52.0 |
| Boraginaceae Juss. | <i>Heliotropium angiospermum</i> Murray | Fedegoso | Caule/Folha /Flor | 3 | 3 | 3 | 0,13 | M/O/V | J40 |
| Brassicaceae Burnett | <i>Brassica oleracea</i> L. <i>Nasturtium officinale</i> R. Br. | Couve folha Agrião | Folha Folha | 3 1 | 6 1 | 4 1 | 0,17 0,04 | A/Cm/M M | E65; D53.9 A37.9 |
| Bromeliaceae A. Juss. | <i>Ananas comosus</i> (L.) Merril <i>Bromelia laciniosa</i> Mart. ex Schult. & Schult.f. | Abacaxi Macambira | Infrutescência Folha | 2 1 | 4 1 | 2 1 | 0,09 0,04 | A/M A | J11 ----- |
| Cactaceae Juss. | <i>Cereus jamacaru</i> DC. | Mandacaru | Caule | 3 | 4 | 4 | 0,17 | A/M | J40; N94; R50.9; R52 |
| Capparaceae A. Juss. | <i>Crataeva tapia</i> L. <i>Tarenaya spinosa</i> (Jacq.) Raf. | Trapiá Mussambê | Caule/Fruto Flor | 1 3 | 2 3 | 2 1 | 0,09 0,04 | A/M M | J01 J11; J40 |
| Caricaceae Dumort. | <i>Carica papaya</i> L. | Mamão | Fruto | 2 | 4 | 3 | 0,13 | A/M | K59.0; J40 |
| Caryocaraceae | <i>Caryocar brasiliense</i> Cambess. | Pequi | Fruto | 2 | 3 | 3 | 0,13 | A/M | H66.9; K08.9 |
| Caryophyllaceae | <i>Dianthus caryophyllus</i> L. | Cravo branco | Flor | 1 | 1 | 1 | 0,04 | R | ----- |
| Celastraceae | <i>Maytenus rigida</i> Mart. | Bonome | Caule/Folha | 4 | 6 | 4 | 0,17 | M | K77; L98.9; R10; T14.1 |

continuação

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|-------------------------|---|---------------------------|-----------------|-----|----|----|------|------|----------------------|
| Dioscoreaceae R. Br. | <i>Dioscorea trifida</i> L. f. | Inhame | Caule | 3 | 4 | 2 | 0,09 | A/M | M25.5 |
| | <i>Cnidocolus urens</i> (L.) | Urtiga branca | Raiz | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | K29.7 |
| | <i>Croton micans</i> Sw. | Velame branco | Caule | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | L98.9 |
| | <i>Croton urticifolius</i> Lam. | Marmeleiro branco | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | R10 |
| | <i>Euphorbia tirucalli</i> L. | Avelós ou dedo- do-cão | Caule | 3 | 3 | 3 | 0,13 | M | B07; C80 |
| Euphorbiaceae Juss. | <i>Jatropha gossypifolia</i> L. | Pinhão roxo | Toda | 7 | 9 | 3 | 0,13 | M/R | R51; T14.1 |
| | <i>Jatropha molissima</i> (Pohl) Baill. | Pinhão brabo | Caule | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | T14.1 |
| | <i>Manihot esculenta</i> Crantz | Mandioca | Folha | 2 | 3 | 2 | 0,09 | A/O | ----- |
| | <i>Ricinus communis</i> L. | Mamona | Caule/Folha | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M | R51 |
| | <i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong | Burra leiteira | Caule | 1 | 1 | 1 | 0,04 | T | ----- |
| | <i>Amburana cearensis</i> (Allemano) A. C. Sm. | Imburama-de- cheiro | Caule | 3 | 3 | 3 | 0,13 | M/T | L98.9; R05 |
| Fabaceae Lindl. | <i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Benan | Angico | Caule | 4 | 5 | 4 | 0,17 | M/T | J40; R53; T14.1 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|-----------------|--|----------------------|-----------------|-----|----|----|------|-------|------------------------|
| | <i>Bauhinia cheilantha</i> (Bong.) Steud. | Mororó | Caule | 2 | 3 | 3 | 0,13 | M/T | L98.9; M54.6 |
| | <i>Bauhinia</i> sp. | Pata-de-vaca | Folha | 2 | 2 | 2 | 0,09 | Cm/M | E14 |
| | <i>Cajanus cajan</i> (L.) Huth | Feijão guandu | Semente | 2 | 2 | 1 | 0,04 | M | I10 |
| | <i>Desmanthus virgatus</i> (L.) Willd | Jureminha | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | R | ----- |
| | <i>Erythrina velutina</i> Willd | Mulungu | Caule | 2 | 3 | 2 | 0,09 | M/T | R60 |
| | <i>Hymenaea courbaril</i> L. | Jatobá | Fruto | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | J40 |
| | <i>Libidibia ferrea</i> (Mart. ex Tul.) L.P.Queiroz | Jucá | Fruto | 2 | 2 | 1 | 0,04 | M | L98.9; R52 |
| Fabaceae Lindl. | <i>Melanoxylon brauna</i> Schoot | Braúna | Caule | 2 | 2 | 2 | 0,09 | T | ----- |
| | <i>Mimosa caesalpiniiifolia</i> Benth. | Sabiá | Caule/Folha | 2 | 3 | 2 | 0,09 | M/T | E78 |
| | <i>Mimosa pudica</i> L. | Malícia | Raiz | 3 | 3 | 2 | 0,09 | M | D53.9; K77 |
| | <i>Mimosa tenuiflora</i> (Willd.) Poir. | Jurema preta | Caule/Raiz | 4 | 6 | 4 | 0,17 | M;R | K08.9; K30; L98.9; N39 |
| | <i>Phaseolus lunatus</i> L. | Fava | Caule/Folha | 2 | 4 | 3 | 0,13 | A/M/V | B36.0 |
| | <i>Poincianella microphylla</i> (Mart. ex G.Don) L.P.Queiroz | Catingueira rasteira | Caule/Flor | 3 | 3 | 2 | 0,09 | M | L98.9; R52; R60 |
| | <i>Poincianella pyramidalis</i> (Tul.) L.P.Queiroz | Catingueira | Flor | 3 | 3 | 2 | 0,09 | M | J11 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|------------------------------------|--|---------------------------|-----------------|-----|----|------|------|--------------------|--|
| Fabaceae Lindl. | <i>Prosopis juliflora</i> DC. | Algaroba | Semente | 2 | 2 | 1 | 0,04 | A | ----- |
| | <i>Senna occidentalis</i> (L.) H.S. Irwin & R.C. Barneby | Manjerioba | Semente | 1 | 1 | 1 | 0,04 | A | ----- |
| | <i>Stryphnodendron sp.</i> | Barbatimão | Caule | 5 | 7 | 4 | 0,17 | M | L98.9; M54.6; N39; T14.1 |
| Iridaceae Juss. | <i>Cipura paludosa</i> Aubl. | Alho-do-mato | Caule | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | J40 |
| Lamiaceae Martinov | <i>Cantinoa racemulosa</i> (Mart. ex Benth.) Harley & J.F.B.Pastore | Alfazema braba | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | R10 |
| | <i>Mentha aquatica</i> L. | Vega morta | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | N94 |
| | <i>Mentha sp.</i> | Hortelã da folha miúda | Folha | 11 | 15 | 5 | 0,22 | A/M | A06; B82; I10; J11; J40; L65.9; R10 |
| | <i>Mesosphaerum pectinatum</i> (L.) Kuntze | Samba-caité | Caule | 7 | 10 | 5 | 0,22 | M/T | B07; J02; L98.9; N76; N94; T14.1 |
| | <i>Ocimum minimum</i> L. | Manjeriçã | Folha | 3 | 6 | 4 | 0,17 | Cd/M/R | H10 |
| | <i>Ocimum gratissimum</i> L. | Alfavaca de caboclo | Folha | 6 | 6 | 4 | 0,17 | M | I10; J01, K30, R10 e R51 |
| | <i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng. | Hortelã da folha larga | Folha | 5 | 5 | 1 | 0,04 | M | A37.9; J03; J11; J40 |
| <i>Plectranthus barbatus</i> Andr. | Boldo | Caule/Folha | 5 | 5 | 3 | 0,13 | M | R45; F51; K77; R10 | |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|-----------------------|--|-----------------------|-------------------------|-----|----|----|------|---------------|------------------------------|
| Lamiaceae Martinov | <i>Pogostemon patchouly</i> Trist et Pallet. | Patchouli | Caule/Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | R | ----- |
| | <i>Rosmarinus officinalis</i> L. | Alecrim | Folha | 4 | 9 | 5 | 0,22 | Cd/M/Cm/ R | F51.0; J40; L65.9; R45.0 |
| | <i>Vitex agnus-castus</i> L. | Aliamba | Folha | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M | R10 |
| Lauraceae Juss. | <i>Cinnamomum zeylanicum</i> J. Presi | Canela | Caule | 2 | 3 | 3 | 0,13 | Cd/M/O | F50.9; R11 |
| | <i>Persea americana</i> Mill. | Abacate | Folha/Fruto /Semente | 5 | 9 | 4 | 0,17 | A/Cm/M | M54.6; N39; R60 |
| Lythraceae J.St.-Hil. | <i>Punica granatum</i> L. | Romã | Fruto/Semente | 10 | 24 | 5 | 0,22 | A/M/R | H10; J02; N76; R05; T14.1 |
| Malpighiaceae Juss. | <i>Malpighia glabra</i> L. | Acerola | Folha/Fruto | 3 | 6 | 2 | 0,09 | A/M | J11 |
| Malvaceae Juss. | <i>Abelmoschus esculentus</i> L. (Moench) | Quiabo | Fruto/Semente | 4 | 7 | 4 | 0,17 | A/Cm /M | L21; R05 |
| | <i>Gossypium herbaceum</i> L. | Algodão manso | Flor | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | I84 |
| | <i>Gossypium hirsutum</i> L. | Algodão | Flor | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | B36 |
| | <i>Guazuma ulmifolia</i> Lam. | Mutamba | Caule | 2 | 2 | 1 | 0,04 | Cm | ----- |
| | <i>Sida rhombifolia</i> L. | Relógio/Mata pasto | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | H66.9 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|------------------------|--|----------------------------|-----------------|-----|----|----|------|------|--------------------------------|
| Malvaceae Juss. | <i>Urena lobata</i> L. | Malva rosa | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | J11 |
| Meliaceae A. Juss. | <i>Azadirachta indica</i> A. Juss. | Nim | Toda | 2 | 2 | 1 | 0,04 | O | ----- |
| Moraceae Gaudich | <i>Artocarpus altilis</i> (Parkinson) Fosberg | Fruta-pão | Folha/Fruto | 2 | 3 | 2 | 0,09 | M | R60 |
| Musaceae Juss. | <i>Musa spp.</i> | Banana | Flor/Fruto | 6 | 13 | 4 | 0,17 | A/M | A37.9; L21; R05; R60; T14.1 |
| | <i>Eucalyptus sp.</i> | Eucalipto da folha fina | Folha | 7 | 7 | 3 | 0,13 | M | J01; R50.9; R51 |
| | <i>Eugenia uniflora</i> L. | Pitangueira | Folha/Fruto | 3 | 6 | 2 | 0,09 | A/M | R10 |
| | <i>Psidium guajava</i> L. | Goiabeira | Folha | 4 | 7 | 2 | 0,09 | M | R10 |
| Myrtaceae Juss. | <i>Syzygium aqueum</i> (Burm.f.) Alston | Jambo branco | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | E14 |
| | <i>Syzygium aromaticum</i> L. | Cravo-da-índia | Flor | 1 | 2 | 2 | 0,09 | Cd/M | R10 |
| | <i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels | Azeitona preta/ Jamelão | Folha | 2 | 2 | 1 | 0,04 | M | E78 |
| Nyctaginaceae Juss. | <i>Boerhavia diffusa</i> L. | Pega-pinto | Raiz | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | R33 |
| Olacaceae R. Br. | <i>Ximenia americana</i> L. | Ameixa-do-mato | Caule | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M | L98.9 |
| Oxalidaceae R. Br. | <i>Averrhoa carambola</i> L. | Carambola | Folha | 2 | 2 | 2 | 0,09 | A/M | N39 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|------------------------------------|---|----------------------------------|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|---------------|--|
| Oxalidaceae R. Br. | <i>Oxalis sp.</i> | Azedinha | Fruto | 2 | 2 | 1 | 0,04 | A | ----- |
| Passifloraceae Juss. ex Roussel | <i>Passiflora cincinnati</i> Mast. <i>Passiflora edulis</i> Sims | Maracujá da caatinga Maracujá | Fruto Folha/Fruto | 1 2 | 1 4 | 1 3 | 0,04 0,13 | V A/M | ----- R45.0; F51.0 |
| Pedaliaceae R. Br. | <i>Sesamum indicum</i> L. | Gergelim preto | Semente | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | E78; I10 |
| Phytolaccaceae R. Br. | <i>Petiveria alliacea</i> L. | Atipim | Folha | 1 | 2 | 2 | 0,09 | M/R | R52 |
| Phyllanthaceae Martinov | <i>Phyllanthus amarus</i> Schumach | Quebra pedra | Raiz | 5 | 5 | 1 | 0,04 | M | N20.9 |
| Piperaceae Giseke | <i>Piper nigrum</i> L. | Pimenta negra | Fruto | 2 | 3 | 2 | 0,09 | Cd/M | R05 |
| | <i>Cymbopogon citratus</i> D.C Stapf | Capim santo | Folha | 15 | 21 | 6 | 0,26 | Cd/M/R | F51; I10; K30; K45; L65.9; R10; R45 |
| Poaceae Barnhart | <i>Echinochloa crusgalli</i> L. <i>Phalaris canariensis</i> L. <i>Zea mays</i> L. | Senha Alpiste Milho | Semente Semente Infrutescência | 1 2 2 | 2 2 3 | 2 2 2 | 0,09 0,09 0,04 | M/V M M | K77.0 E14; K77.0 K77.0 |
| Portulacaceae Juss | <i>Talinum racemosum</i> (Jacq.) Willd. | Bredo major gomes | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | A | ----- |
| Rhamnaceae Juss. | <i>Ziziphus joazeiro</i> Mart. | Juá | Caule/Fruto | 2 | 4 | 3 | 0,13 | A/Cm | ----- |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|-------------------|---|----------------------|-----------------|-----|----|----|------|---------|----------------------|
| Rosaceae Juss. | <i>Malus pumila</i> Mill. | Maçã | Pseudofruto | 2 | 4 | 3 | 0,13 | A/M /Cm | J02 |
| | <i>Rosa spp.</i> | Rosa | Flor | 5 | 5 | 1 | 0,04 | R | ----- |
| Rubiaceae Juss. | <i>Borreria verticillata</i> (L.) G. Mev. | Vassourinha-de-botão | Raiz | 5 | 5 | 4 | 0,17 | M | I84; N39; N41; N76 |
| | <i>Coutarea hexandra</i> (Jacq.) K.Schum. | Quina-quina | Caule | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | L98.9 |
| | <i>Genipa americana</i> L. | Jenipapo | Fruto | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | R05 |
| | <i>Morinda citrifolia</i> L. | Noni | Fruto | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | E14; N41; N71.9 |
| | <i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. Ex Roem. & Schult) DC. | Unha de gato | Caule | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | M54.6 |
| Rutaceae A. Juss. | <i>Citrus limonum</i> (L.) Osbeck | Limão | Fruto | 3 | 6 | 4 | 0,17 | A/Cm /M | J01; R52 |
| | <i>Citrus spp.</i> | Laranja | Folha/Fruto | 6 | 12 | 3 | 0,13 | A/M | F51; J40; R45 |
| | <i>Ruta graveolens</i> L. | Arruda | Folha | 6 | 6 | 2 | 0,09 | M/R | H66.9; R42 |
| Sapindaceae Juss. | <i>Sapindus saponaria</i> L. | Saboneteira | Fruto | 1 | 1 | 1 | 0,04 | Cm | |
| Sapotaceae Juss. | <i>Chrysophyllum imperiale</i> (Linden ex K.Koch & Fintelm.) | Marmeleiro-do-mato | Caule | 1 | 2 | 2 | 0,09 | R | ----- |
| | <i>Sideroxylum obtusifolium</i> (Roem. E Schult.) T. D. Penn. | Quixaba | Caule | 4 | 4 | 2 | 0,09 | M | R52 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|-----------------------------|--|----------------------|----------------------|-----|----|----|------|---------|--|
| Schisandraceae Bl. | <i>Illicium verum</i> Hook f. | Anis estrelado | Flor/Semente | 2 | 2 | 1 | 0,04 | M | R10 |
| | <i>Brugmansia suaveolens</i> (Willd.) Sweet | Zabumba | Folha | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | J45 |
| | <i>Capsicum frutescens</i> L. | Pimenta malagueta | Folha | 2 | 3 | 2 | 0,09 | M | R51 |
| Solanaceae A. Juss. | <i>Nicotiana tabacum</i> L. | Fumo | Flor/Folha | 2 | 2 | 2 | 0,09 | V | ----- |
| | <i>Solanum sp.</i> | Gogoia | Fruto/Raiz | 2 | 2 | 2 | 0,09 | A/M | N39 |
| | <i>Solanum nigrum</i> L. | Erva moura | Folha/Raiz | 4 | 4 | 2 | 0,09 | M | K08.9; N39; N94 |
| | <i>Solanum paniculatum</i> L. | Jurubeba | Caule/Fruto /Raiz | 4 | 7 | 4 | 0,17 | Cm/M /V | D53.9; J11; J40 |
| | <i>Solanum tuberosum</i> L. | Batata inglesa | Caule/Folha | 3 | 5 | 3 | 0,13 | Cm/M | K29.7 |
| Turneraceae Kunth ex DC. | <i>Turnera subulata</i> Sm. | Chanana | Flor | 2 | 2 | 1 | 0,04 | M | A37.9 |
| Urticaceae Juss. | <i>Cecropia pachysrachya</i> Trécul. | Imbaúba | Caule | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M | L80; M54.6 |
| | <i>Lantana camara</i> L. | Erva chumbinho | Flor | 1 | 1 | 1 | 0,04 | M | L37.9 |
| Verbenaceae J.St.-Hil. | <i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E.Br. ex P. Wilson | Erva cidreira | Folha/ Semente | 10 | 14 | 5 | 0,22 | M/V | D53.9; F51; K30; K59; R10; R11; R45; R51 |

Tabela 2 – Espécies citadas pelos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. As categorias de usos foram: alimentícia (A), cosmética (Cm), condimentícia (Cd), medicinal (M), ritualística (R), tecnológica (T), veterinária (V) e outras(O). Número de informantes que citaram a planta (NIC); Número de citações (NC); Número de usos (NU); Valor de uso (VU).

continuação

| Famílias | Espécies | Nome vulgar | Parte utilizada | NIC | NC | NU | VU | Usos | CID quando medicinal |
|--------------------------|--|-------------|-----------------|-----|----|----|------|--------|-------------------------------------|
| Violaceae Batsch | <i>Hybanthus cf. ipepacuanha</i> (L.) Baill | Pepaconha | Raiz | 2 | 2 | 2 | 0,09 | M | K08; J11 |
| Vitaceae Juss. | <i>Cissus verticillata</i> (L.) Nicolson & C.E. Jarvis | Insulina | Folha/Fruto | 2 | 3 | 1 | 0,04 | M | E14 |
| Xanthorrhoeacea e Dumort | <i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f. | Babosa | Folha | 9 | 14 | 4 | 0,17 | Cm/M | B65.1; B82; I84; T14.1 |
| Zingiberaceae Martinov | <i>Alpinia zerumbet</i> (Pers.) Burt & R. M. Smith | Colônia | Flor/Folha | 5 | 9 | 4 | 0,17 | M/R | F51; J01; J02; J40; R45; R50.9; R51 |
| | <i>Zingiber officinale</i> Roscoe | Gengibre | Raiz | 4 | 7 | 4 | 0,17 | Cd/C/M | E65/N94 |

Fonte: Lobo (2018)

Tabela 3 – Conhecimento etnobotânico de famílias ciganas moradoras no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco, distribuído por faixa etária e gênero (H = Homens; M = Mulheres).

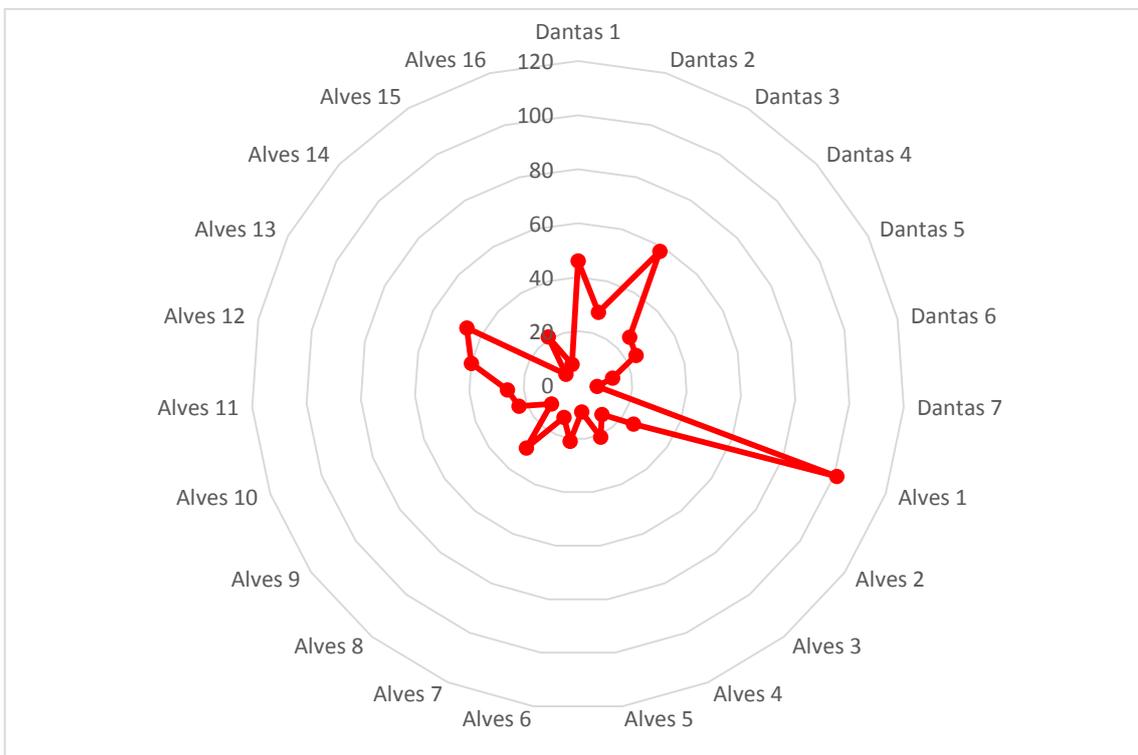
| Faixas etárias | Informantes (n ^o) | Citações de uso (n ^o) | Famílias (n ^o) | Espécies (n ^o) | Nativas (%) |
|----------------|-------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------|
| Homens | | | | | |
| 40 -50 | 5 | 100 | 30 | 52 | 50 |
| 51 – 60 | 3 | 180 | 53 | 102 | 58 |
| > 60 | 3 | 76 | 28 | 37 | 41 |
| Mulheres | | | | | |
| 40 -50 | 5 | 91 | 27 | 46 | 46 |
| 51 – 60 | 3 | 79 | 28 | 46 | 35 |
| > 60 | 4 | 94 | 34 | 47 | 49 |

Fonte: Lobo (2018)

No grupo dos homens existe maior concentração do conhecimento na faixa etária entre 51 e 60 anos, provavelmente relacionado à sua posição social na família cigana. Nessa faixa etária estão presentes dois dos três principais informantes responsáveis pelo conhecimento médico dessas famílias, representados como Alves 1 e Dantas 3 nos gráficos 1 e 2. No grupo das mulheres, ao se comparar as três faixas etárias, observa-se um maior equilíbrio na distribuição do conhecimento etnobotânico, destacando-se Alves 13, na faixa de 40 a 50 anos, Dantas 4, na faixa de 51 a 60 anos e Alves 9, na faixa a partir dos 60 anos (Gráficos 1 e 2).

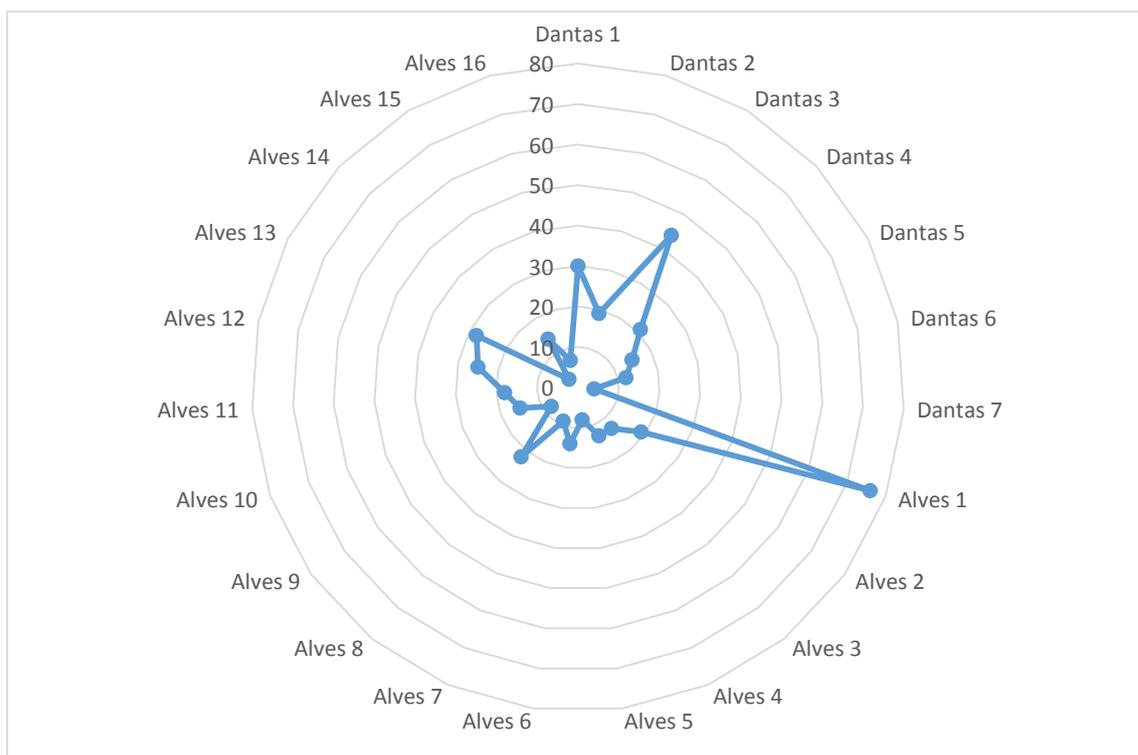
Comparando os gêneros, os homens apresentam um conhecimento etnobotânico maior (57%) em relação às mulheres (43%), como mostrado na tabela 3. Este dado difere de vários trabalhos sobre etnobotânica realizados na mesma região (ALBUQUERQUE & ANDRADE, 2002; CUNHA, 2004; LIMA, 2015; RODRIGUES & ANDRADE, 2014), onde o conhecimento etnobotânico sobre plantas medicinais é predominantemente feminino. Considerando que o número de homens (11) e mulheres (12) entrevistados é muito semelhante, esta diferença em relação ao gênero pode ser explicada pela dominância dos homens, encontrada nas famílias ciganas e, provavelmente, as mulheres possuem um conhecimento maior do que o revelado nas entrevistas.

Gráfico 1 – Distribuição do número de citações de uso das plantas por informante de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco



Fonte: Lobo (2018)

Gráfico 2 – Distribuição do número de espécies citadas por informante de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco



Fonte: Lobo (2018)

Destacam-se, pelo número de espécies citadas como úteis, as famílias Fabaceae (19), Lamiaceae (11), Euphorbiaceae (9), Cucurbitaceae (7), Solanaceae (7), Malvaceae (6), Myrtaceae (6), Rubiaceae (5), e Amaranthaceae, Anacardiaceae, Asteraceae e Poaceae, com quatro espécies citadas, cada (Tabela 2).

Do total de 620 citações para uso das plantas, as espécies mais mencionadas foram: *Punica granatum* L.(romã), *Cymbopogon citratus* D.C Stapf (capim santo), *Anacardium occidentale* L. (cajuzeiro), *Mentha* sp. (hortelã da folha miúda), *Myracrodruon urundeuva* (Engl.) Fr. Allemão (aroeira), *Aloe vera* (L.) Burm. f. (babosa), *Lippia alba* (Mill.) N.E.Br. ex P. Wilson (erva cidreira), *Cocos nucifera* L. (coqueiro), *Musa* spp. (banana), e *Citrus* spp. (laranja), com 12 a 24 citações (Tabela 2).

A planta que apresentou o maior valor de uso (0,26) foi *C. citratus* (Poaceae). Nove espécies atingiram 0,22 de valor de uso (Tabela 2): *A. occidentale* (Anacardiaceae), *C. nucifera* (Arecaceae), *Coriandrum sativum* L. (Apiaceae), *L. alba* (Verbenaceae), *Mentha* sp. (Lamiaceae), *Mesosphaerum pectinatum* (L.) Kuntze (Lamiaceae), *M. urundeuva* (Anacardiaceae), *P. granatum* (Lythraceae) e *Rosmarinus officinalis* L. (Lamiaceae).

Utilizando a Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF), as plantas que mais se destacaram foram *P. granatum* e *Acanthospermum hispidum* D.C (Asteraceae, espinho de cigano), para as quais todos os informantes citaram a importância para tratamento de doenças do sistema respiratório (Tabela 4).

Considerando o número de citações, o valor de uso e o nível de fidedignidade, *P. granatum*, espécie não nativa, revela-se como a mais importante para as famílias ciganas, com índice de fidedignidade = 100% (Tabela 4). Já *C. citratus* (capim santo), a segunda espécie mais citada, embora tenha atingido o maior valor de uso (0,26), teve um índice de fidedignidade relativamente baixo (60%) sendo indicada para tratar problemas do sistema digestório (Tabelas 2 e 4).

Tabela 4 – Índice de fidedignidade calculado para as 10 espécies de plantas que foram citadas por mais de 30% dos informantes das famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco.

| Espécie | Nome vulgar | Número de informantes | Utilizações (quando medicinal – CIF) | Índice de fidedignidade (%) |
|---|-------------------------|------------------------------|---|------------------------------------|
| <i>Cymbopogon citratus</i> D.C Stapf | Capim santo | 15 | Sistema digestório (9); Sistema nervoso (5); Sistema cardiovascular (3); Desinfetante (2); Cosmético (2) | 60 |
| <i>Mentha</i> sp. | Hortelã da folha miúda | 11 | Sistema digestório (7); Sistema respiratório (4); Cosmético (2); Sistema cardiovascular (1); Alimentício (1) | 64 |
| <i>Punica granatum</i> L. | Romã | 10 | Sistema respiratório (10); Alimentício (10); Sistema sensorial e dor (1); Sistema genital (1); Pele (1); Ritualístico (1) | 100 |
| <i>Lippia alba</i> (Mill) Brow | Erva cidreira | 10 | Sistema digestório (8); Sistema nervoso (2); Sistema hematológico e imunológico (2); Sistema sensorial e dor (1); Veterinário (1) | 80 |
| <i>Myracrodruon urundeuva</i> (Engl.) Fr. Allemão | Aroeira | 10 | Sistema digestório (5); Pele (4); Sistema cardiovascular (3); Sistema genital (1); Tecnológico (1) | 50 |
| <i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f. | Babosa | 9 | Cosmético (6); Sistema cardiovascular (4); Sistema digestório (3); Pele (1) | 67 |
| <i>Eucalyptus</i> sp. | Eucalipto da folha fina | 7 | Sistema metabólico e endócrino (5); Sistema respiratório (2); Sistema sensorial e dor (2) | 71 |
| <i>Jatropha gossypifolia</i> L. | Pinhão roxo | 7 | Ritualístico (6); Pele (2); Sistema sensorial e dor (1) | 86 |
| <i>Mesosphaerum pectinatum</i> (L.) Kuntze | Samba caité | 7 | Pele (4); Sistema digestório (2); Sistema genital (2); Sistema respiratório (1); Tecnológico (1) | 75 |
| <i>Acanthospermum hispidum</i> D.C | Espinho de cigano | 7 | Sistema respiratório (7) | 100 |

Fonte: Lobo (2018)

Tabela 5 – Importância relativa calculada para as 10 espécies medicinais de plantas que foram citadas por 30% ou mais informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e Mata Norte (Dantas) de Pernambuco. NSC = Número de sistemas corporais influenciados pela planta citada; NP = Número de propriedades atribuídas para a planta citada; IR = Importância relativa

| Espécie | Nome vulgar | Número de informantes | Número de sistemas corporais tratados | Número de propriedades atribuídas | NSC | NP | IR |
|---|-------------------------|-----------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|------|------|------|
| <i>Cymbopogon citratus</i> D.C Stapf | Capim santo | 15 | 3 | 7 | 0,75 | 0,88 | 1,63 |
| <i>Mentha</i> sp. | Hortelã da folha miúda | 11 | 3 | 7 | 0,75 | 0,88 | 1,63 |
| <i>Punica granatum</i> L. | Romã | 10 | 4 | 5 | 1,00 | 0,63 | 1,63 |
| <i>Lippia alba</i> (Mill) Brow | Erva cidreira | 10 | 4 | 8 | 1,00 | 1,00 | 2,00 |
| <i>Myracrodruon urundeuva</i> (Engl.) Fr. Allemão | Aroeira | 10 | 4 | 6 | 1,00 | 0,75 | 1,75 |
| <i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f. | Babosa | 9 | 3 | 4 | 0,75 | 0,5 | 1,25 |
| <i>Eucalyptus</i> sp. | Eucalipto da folha fina | 7 | 3 | 3 | 0,75 | 0,38 | 1,13 |
| <i>Jatropha gossypifolia</i> L. | Pinhão roxo | 7 | 2 | 2 | 0,5 | 0,25 | 0,75 |
| <i>Mesosphaerum pectinatum</i> (L.) Kuntze | Samba caité | 7 | 4 | 6 | 1,00 | 0,75 | 1,75 |
| <i>Acanthospermum hispidum</i> D.C | Espinho de cigano | 7 | 1 | 3 | 0,25 | 0,38 | 0,63 |

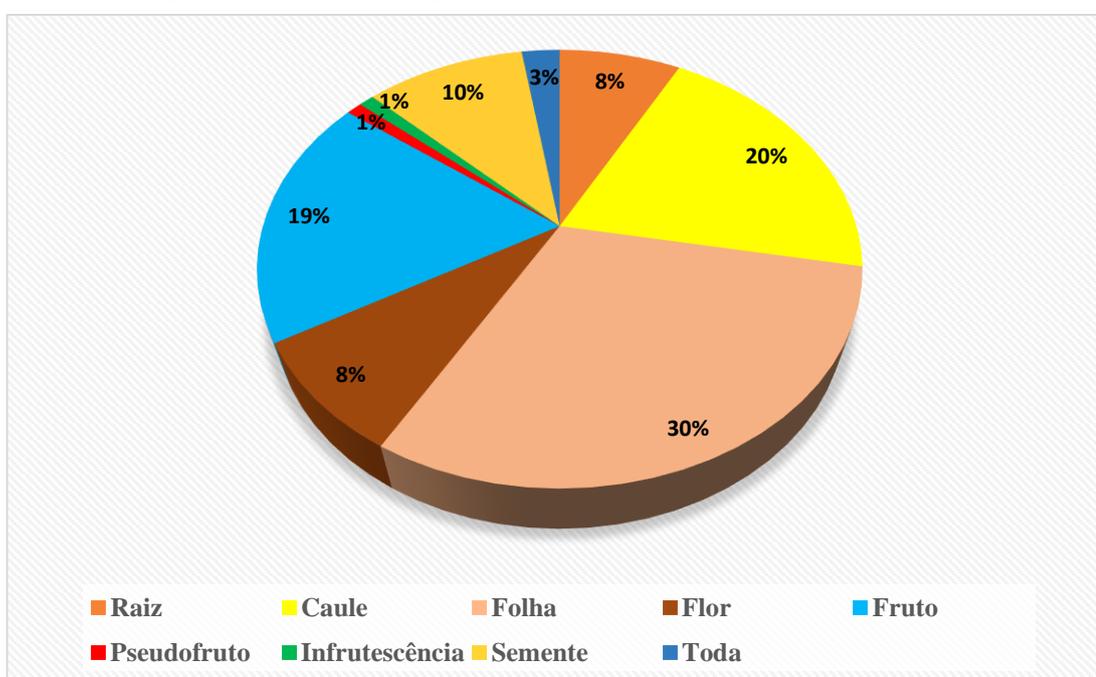
Fonte: Lobo (2018)

Quando analisada a importância relativa das 10 espécies que foram citadas por mais de 30% dos informantes (Tabela 5), percebe-se que *L. alba* foi a espécie que atingiu o maior índice. Esse dado corrobora com os outros três citados anteriormente, pois esta espécie também atingiu um alto valor de uso (0,22), boa fidedignidade (80%)

e foi a terceira mais citada pelos informantes. A importância de uma espécie para a comunidade estudada depende dos critérios utilizados na pesquisa e sendo assim, é mais apropriado falar em um conjunto de espécies mais importantes.

As partes das plantas mais citadas foram as folhas (30%), seguidas do caule (20%) e fruto (19%); também são utilizadas sementes, flores, raízes, pseudofrutos e infrutescências, sendo pouco citado o uso da planta inteira (Gráfico 3). A preferência pelas folhas e caules provavelmente se deve a sua fácil coleta e por constituírem um recurso permanente, ao contrário das flores, frutos e sementes, na maioria sazonais.

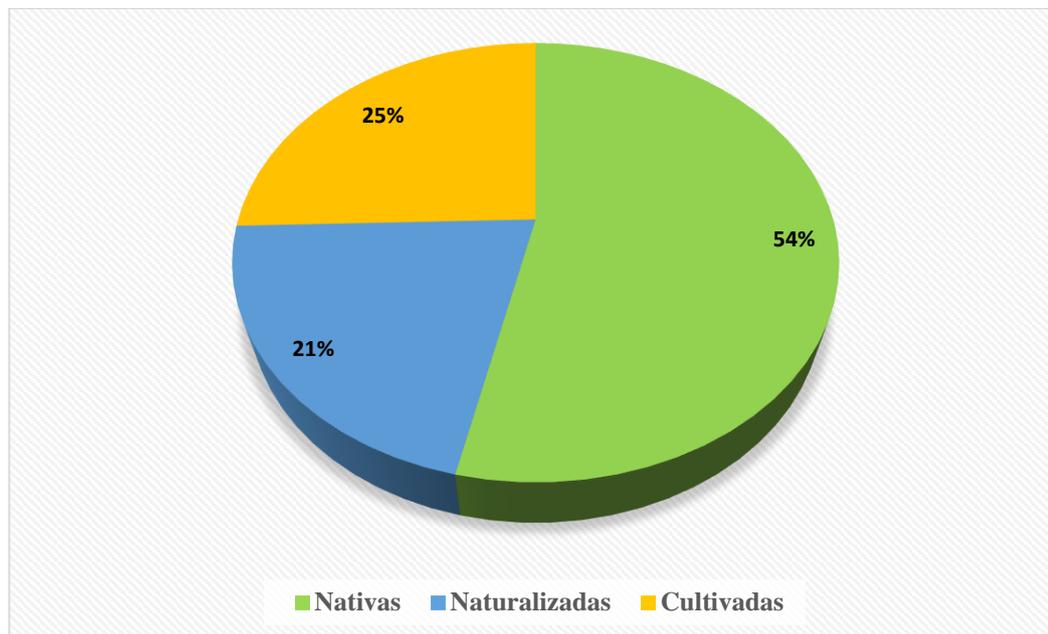
Gráfico 3 – Partes das plantas citadas para os diversos usos mencionados por informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco.



Fonte: Lobo (2018)

Cerca da metade das espécies mencionadas (54%) são nativas, 25% cultivadas e 21% naturalizadas (Gráfico 4). A prevalência de plantas nativas está relacionada à sua disponibilidade na natureza e a obtenção sem custos, na maioria dos casos. Esse percentual maior de espécies nativas citadas não é comum em trabalhos realizados com comunidades não ciganas nas mesmas regiões (FLORENTINO, ARAÚJO & ALBUQUERQUE, 2007; LIMA, 2015; SILVA & ANDRADE, 2005; TEIXEIRA & MELO, 2006).

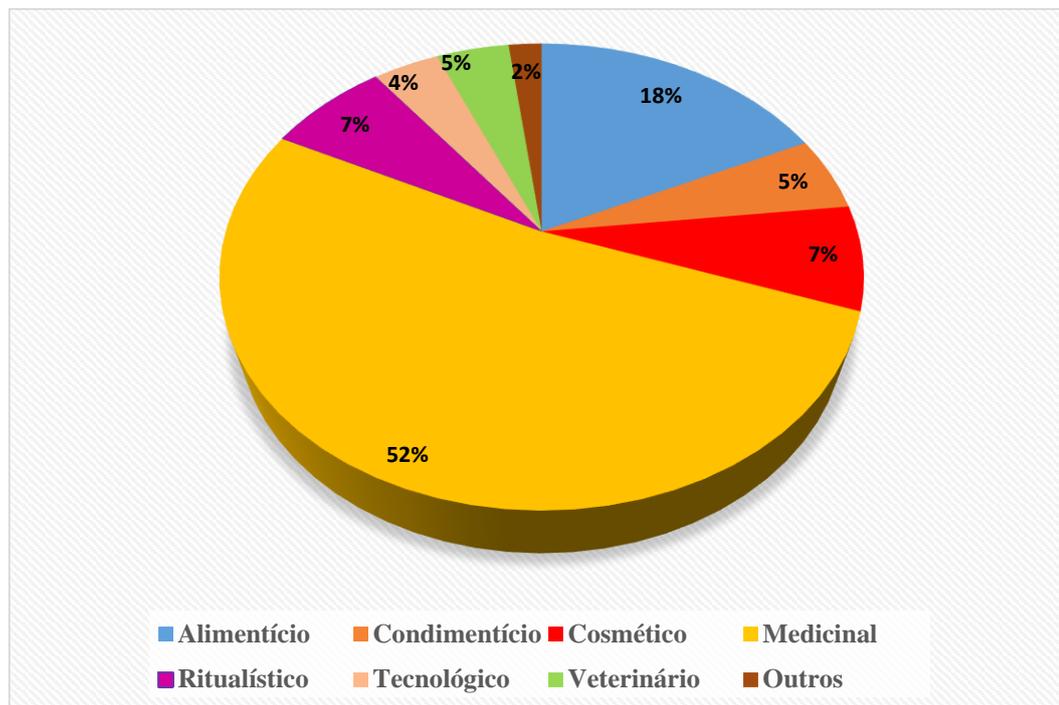
Gráfico 4 – Origem das espécies vegetais, citadas por informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco.



Lobo (2018), baseado na Flora do Brasil <http://floradobrasil.jbrj.gov.br>

A maioria das plantas citadas (52%) tem uso medicinal, indicadas para tratamento de doenças relacionadas com diferentes sistemas corporais; também foram citadas espécies de uso alimentício (18%), cosmético (7%), ritualístico (7%), condimentício (5%), veterinário (5%), tecnológico (4%) e 2% enquadraram-se em outros usos, tais como inseticida, abortivo ou aperiente (Gráfico 5). Pesquisas desenvolvidas no Brasil com comunidades não ciganas, tanto rurais quanto urbanas, apresentam distribuição semelhante em relação às categorias de uso, com um predomínio para a utilização medicinal (ALBUQUERQUE & ANDRADE, 2002; GANDOLFO & HANAZAKI, 2011; LOPES & LOBÃO, 2013; SILVA & ANDRADE, 2005).

Gráfico 5 – Categorias de uso citadas por informantes de famílias ciganas residentes no Agreste (Alves) e na Mata Norte (Dantas) de Pernambuco.



Fonte: Lobo (2018)

Quarenta e seis espécies foram citadas para a categoria alimentícia, sendo 68,9% de exóticas. Esse percentual maior de espécies exóticas sobre nativas em relação à alimentação também é encontrado em trabalhos realizados na mesma região (ALBUQUERQUE & ANDRADE, 2002; SILVA & ANDRADE, 2004). Dentre as espécies citadas para alimentação incluem-se frutíferas, como *Citrus* spp. (Rutaceae, laranja), *C. nucifera* e *P. granatum*; raízes e tubérculos, como *Manihot esculenta* Crantz (Euphorbiaceae, macaxeira) e *Solanum tuberosum* L. (Solanaceae, batata inglesa); e verduras, como *Abelmoschus esculentus* L. (Malvaceae, quiabo) e *Brassica oleracea* L. (Brassicaceae, couve).

Dezoito espécies foram citadas como ritualísticas, utilizadas para problemas espirituais, purificação e combater o “mau olhado”. Exemplares de *Jatropha gossypifolia*, o pinhão roxo, foram encontrados na frente da maioria das casas visitadas e a justificativa para todos os casos foi o combate ao “mau olhado”, explicação vista em diversos trabalhos que abordam esse tema (OLIVEIRA & TROVÃO, 2009; SILVA & ANDRADE, 2004; SILVA, OLIVEIRA & ABREU, 2017). As folhas de *Alpinia zerumbet* Burt & R. M. Smith (Zingiberaceae, colônia), de *Desmanthus virgatus* Willd (Fabaceae, jureminha), de *Kalanchoe pinnata* Pers

(Crassulaceae, corona branca), de *Ocimum basilicum* L. (Lamiaceae, manjeriço), de *Ocimum gratissimum* L. (Lamiaceae, alfavaca de caboclo), de *Petiveria alliacea* L. (Phytolaccaceae, tipim), de *Rosmarinus officinalis* L. (Lamiaceae, alecrim), de *Ruta graveolens* L. (Rutaceae, arruda) e de *C. sativum*, a casca do caule de *Chrysophyllum imperiale* Benth. & Hook. (Sapotaceae, marmeleiro-do-mato) e de *Mimosa tenuiflora* Poir. (Fabaceae, jurema preta), as sementes de *C. sativum* e as flores de *Dianthus caryophyllus* L. (Caryophyllaceae, cravo branco) e de *Rosa* spp. (Rosaceae, rosa) são usadas para banhos que visam “limpar” o corpo e atrair coisas boas. As folhas de *C. citratus* e de *R. graveolens* e a casca do caule de *C. imperiale* são amassadas, mergulhadas em álcool e espalhadas pelos cantos da casa para “desinfetar” o ambiente. As sementes de *Foeniculum vulgare* Mill. (Apiaceae, erva doce) foram citadas como uma forma de “atrair dinheiro” quando enroladas em papel branco e guardadas na carteira ou na bolsa. A ingestão do arilo das sementes de *P. granatum* é relatada como uma forma de atrair boa sorte. Os talos de *Ricinus communis* L. (Euphorbiaceae, mamona ou carrapateira) são enrolados usados como colar para o tratamento da papeira ou caxumba (parotidite).

Dezoito espécies foram citadas para a categoria cosmético, utilizadas principalmente para hidratação e “dar brilho” aos cabelos, como *Aloe vera* Burm. f. (Xanthorrhoeaceae, babosa), *Guazuma ulmifolia* Lam. (Malvaceae, mutamba), *Persea americana* Mill. (Lauraceae, abacate) *Solanum paniculatum* L. (Solanaceae, jurubeba), *Ziziphus joazeiro* Mart. (Rhamnaceae, juá), *A. esculentus* e *C. citratus*. O fruto maduro de *Sapindus saponaria* L. é amassado e sua polpa é passada na pele como protetor solar. O endosperma de *C. nucifera* é ralado, cozido e após filtração, o líquido é usado como hidratante para a pele, mas não é indicada a exposição ao sol durante a aplicação, sob risco de causar queimaduras. O pseudofruto de *Malus pumila* Mill. (Rosaceae, maçã) e o fruto de *Z. joazeiro* são usados *in natura* para limpar os dentes. Os ramos e as folhas de *Pogostemon patchouly* Trist et Pallet (Lamiaceae, patchuli) são lavados e colocados em álcool para a fabricação de perfumes.

Treze espécies foram citadas como condimentícias, principalmente no cozimento de carnes, como bulbos de *Allium cepa* L. (Amaryllidaceae, cebola), *Allium sativum* L. (Amaryllidaceae, alho), arilos da semente de *Bixa orellana* L. (Bixaceae, urucum), frutos de *Capsicum frutescens* L. (Solanaceae, pimenta malagueta), folhas de *C. sativum*, *F. vulgare*, *O. basilicum*, *R. officinalis* e rizoma de *Z. officinale*. A raspa

da casca do tronco de *Cinnamomum zeylanicum* J. Presl (Lauraceae, canela) foi citada como forma de condimento geral para doces.

Dez plantas foram indicadas para o uso veterinário. Apesar de não apresentar um percentual alto em relação ao número total de espécies, o uso veterinário foi mencionado pelos informantes com bastante ênfase, provavelmente devido à importância que os ciganos dão aos animais de criação, como cavalos, cachorros e galinhas, sendo estes dois últimos encontrados em todas as casas visitadas. As folhas de *Agave sisalana* Perrine (Asparagaceae, agave), de *Momordica charantia* L. (Cucurbitaceae, melão brabo) e de *Nicotiana tabacum* L. (Solanaceae, fumo) e a casca do caule de *Aspidosperma pyrifolium* Mart. & Zucc. (Apocynaceae, pereiro da caatinga) são amassadas até extrair o “sumo” que é usado para tratar infecções na pele dos animais causadas por ácaros (sarna), piolhos e carrapatos. As folhas de *L. alba* e os frutos de *S. paniculatum* foram citados no tratamento de distúrbios digestivos nos animais. O “sumo” do arilo das sementes de *Passiflora cincinnata* Mast. (Passifloraceae, maracujá da caatinga) é gotejado nos olhos de aves para tratar inflamações nos mesmos. O “sumo” extraído das folhas de *Phaseolus lunatus* L. (Fabaceae, fava) é usado no tratamento do caroço de pinto (bouba aviária). A raiz de *Apodanthera congestiflora* Cogn. (Cucurbitaceae, batata cabeça-de-negro) e a planta inteira, a exceção da raiz, de *Heliotropium indicum* L. (Boraginaceae, fedegoso) são usadas na prevenção e no tratamento da doença de Newcastle, causada por um vírus da família Paramyxoviridae (Apêndice C).

Para o uso tecnológico dez espécies foram citadas, sendo seis delas da família Fabaceae: *Bauhinia cheilantha* Steud. (mororó) e *Melanoxylon brauna* Schott (braúna), na fabricação de cangas para boi; *Anadenanthera colubrina* Benan (angico), *Mimosa caesalpinifolia* Benth. (sabiá) e *M. brauna*, na construção de cercas; *Amburana cearensis* A. C. Smith (umburana) e *Erythrina verna* Willd (mulungu), na produção de artesanato, como tamancos. O látex de *Sapium glandulosum* Morong (Euphorbiaceae, burra leiteira) é extraído e deixado secar por um dia para a produção de cola. Fibras das folhas de *A. sisalana* foram citadas para fazer cordas. Ramos do caule de *M. pectinatum* são usados na produção de varas para fogos de artifício. A madeira de *M. urundeuva* é usada em produção de bonecos. De todas as categorias de uso, a tecnológica é a que apresenta o maior percentual de utilização de espécies nativas (90%), resultado semelhante ao encontrado por Silva & Andrade (2004, p. 56) na mesma região.

Cinco espécies, citadas como repelentes de insetos, aperientes ou abortivas, foram colocadas na categoria outros usos. *Azadirachta indica* A. Juss. (Meliaceae, nim) é plantada próximo às casas, com o intuito de ser repelente de insetos, função encontradas em diversas pesquisas (MOSSINI & KEMMELMEIER, 2005; TORRES et al., 2006; VIANA, PRATES & RIBEIRO, 2006). As espécies *C. zeylanicum* e *M. esculenta* foram citadas para “abrir o apetite” e *Luffa operculata* Cogn. (Cucurbitaceae, cabacinha) e *H. indicum* foram mencionadas para induzir o aborto. Depoimento semelhante foi coletado por Goldfarb, Leandro & Dias (2012, p. 865) ao pesquisar costumes adotados por ciganas durante o período gestacional e pós parto, em Souza, Paraíba, que citam como abortivo chás de plantas conhecidas como laça vaqueiro e quebra pedra, que por serem algo vindo da natureza são considerados diferentes dos remédios de farmácia, que fazem mal.

Observou-se uma grande semelhança no conjunto de espécies de plantas e seus respectivos usos entre as duas famílias ciganas. Dentre as 136 espécies citadas pelos entrevistados da família Alves, 81 estão incluídas entre as 101 espécies citadas por membros da família Dantas, correspondendo a um índice de similaridade de Sørensen de 0,68. Fatores relacionados a cultura cigana, como a língua própria, a importância das relações de parentesco, a transmissão do conhecimento oral, o comportamento nômade ou seminômade e a tradição negociante, podem ser os responsáveis por essa similaridade presente em famílias que não se conhecem, nem apresentam um contato direto.

Comparando o conjunto de espécies utilizadas na família cigana Dantas com as listas de espécies úteis encontradas em artigos sobre o conhecimento etnobotânico de comunidades não ciganas que habitam a Mata Norte de Pernambuco (RODRIGUES & ANDRADE, 2014; SILVA & ANDRADE, 2005) observa-se a presença de 76 espécies em comum, o que corresponde a 75% do total do que foi citado pelos Dantas. Comparando o conjunto de espécies utilizadas na família cigana Alves com as listas de espécies úteis encontradas em artigos sobre o conhecimento etnobotânico de comunidades não ciganas que habitam o Agreste de Pernambuco (ALBUQUERQUE & ANDRADE, 2002; MONTEIRO et al., 2011; TEIXEIRA & MELO, 2006) observa-se a presença de 95 espécies em comum, o que corresponde a 70% do total do que foi citado pelos Alves. Os dados coletados mostram que não há diferença significativa, em relação ao conhecimento etnobotânico, entre as famílias ciganas e a população não cigana que vive na mesma região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ciganos carregam consigo uma história milenar, que influenciou significativamente sua cultura. A interação com outros povos, a prática do comércio informal, a discriminação sofrida ao longo dos séculos e a necessidade de sobrevivência fez com que esse povo sofresse um gradual mimetismo, adaptando-se a cada região que passaram. Essa adequação também ocorreu no uso da fauna e da flora, aproximando-se do conhecimento das comunidades não ciganas que entraram em contato. Medir essa acomodação ou a influência dessa cultura na formação da população brasileira é difícil e exige um compromisso maior da comunidade científica como um todo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L. de H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de Caatinga no Estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 273-285, set. 2002.

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: Ed. Comunigraf/ NUPEEA, 2008.

ANDRADE JÚNIOR, L. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 95-112, dez. 2013.

BENNETT, B. C.; PRANCE, G. T. Introduced Plants in the Indigenous Pharmacopeia of Northern South America. **Economic Botany**. New York, v. 54, n. 1, p. 90-102, mar. 2000.

CASTRO, D. S. **O olhar de si e o olhar dos outros**: um itinerário através das tradições e da identidade cigana. Porto Alegre, 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2011.

CHINA, J. B. d'O. "Os Ciganos do Brasil (Subsídios históricos, etnográficos e linguísticos)". **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, p. 323-669, abr. 1937.

COELHO, F. A. **Os Ciganos de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

COSTA, E. M. L. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 6, n. 1-2, p. 35-56, 1998.

CUNHA, J. R. da. Ativismo cigano: Discutindo ações e contextos a partir da comunidade cigana de Condado (PB) no processo de (re)construção de sua identidade étnica. **Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 19, n. 2, p. 6-33, dez. 2013.

CUNHA, L. V. F. C. da. **Etnobotânica Nordestina**: Um estudo em comunidade rural do município de Rio Formoso, Pernambuco, Brasil. Recife, 2004. 83 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Pernambuco. 2004.

DERLON, P. **A medicina secreta dos ciganos**. Algés: Difel/Difusão Editorial S/A. 1979.

DONOVAN, B. M., Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil. **Journal of Social History**, Littlemore, v. 26, p. 33-53, out. 1992.

FAZITO, D. A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 689-729, dez. 2006.

FERRÃO, B. H. Importância do conhecimento tradicional no uso das plantas medicinais em Buritis, MG, Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, p 321-334, jun. 2014.

FLORENTINO, A. T. N.; ARAÚJO, E. de L.; ALBUQUERQUE, U. P de. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 37-47, mar, 2007.

FERRARI, F. **O mundo passa – uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. São Paulo, 2010. 336 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. 2010.

GANDOLFO, E. S.; HANAZAKI, N. Etnobotânica e urbanização: conhecimento e utilização de plantas de restinga pela comunidade nativa do distrito do Campeche (Florianópolis, SC). **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 168-177, mar, 2011.

GARCIA, L. de A. Análise sobre práticas tradicionais na cultura cigana, com enfoque na quiromancia e no nomadismo. 2014. In: Semana de Pós Graduação em Ciência Política, II, 2014, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCAR, 2014.

GOLDFARB, M. P. L.; LEANDRO, S. S.; DIAS, M. D. O cuidar entre os *Calin* – concepções de gestação parto e nascimento entre as ciganas residentes em Sousa – PB. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 11, n. 33. p. 851-876, dez. 2012.

GONÇALVES, O. N. A origem secreta dos ciganos. **Revista Graal**, Lisboa, 4ª edição, n. especial, mar.1992.

GRESHAM, D. Origins and divergence of the *Roma* (gypsies). **The American Journal of Human Genetics**, Chicago, v. 69, p.1314-1331, dez. 2001.

HOEFFEL, J. L. de M. Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais nas APAS'S Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. **Revista VITAS**, Rio de Janeiro, n.1, p. 1-25, set. 2011.

HOSSAIN, M. T. et al. A Preliminary Study of the Health Management Practices of the Bede Community of Savar, Bangladesh and some of their Ethnomedicinal Formulations. **American-Eurasian Journal of Sustainable Agriculture**, Amman, v. 4, n.2, p. 136-146, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. Brasília, 2011.

_____. **Censo 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **Flora Brasil 2020**. Disponível em: <<https://floradobrasil.jbrj.gov.br/>>. Acesso em: 8 de mar. 2017.

LIMA, S. T. **Paisagem vivida: fragmentos ciganos**. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/585.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

LIMA, V. H. M. de. Uso e conhecimento de plantas medicinais utilizadas pelas mulheres da Comunidade Mendes, Limoeiro, Pernambuco, Brasil. **Revista Ouricuri**, Paulo Afonso, v. 5, n. 1, f. 168-182, abr. 2015.

LESSA, G. A. **Ciganologia: da leitura da mão a uma leitura da cultura cigana**. Campos dos Goytacazes, 2007. 45 f. Monografia (Especialização em Literatura, Memória Cultural e Sociedade) – Universidade da Tecnologia e do Trabalho. 2007.

LÖBLER, L. et al. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no bairro Três de Outubro da cidade de São Gabriel, RS, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 81-89, jun. 2014.

LOPES, L. C. M.; LOBÃO, A. Q. Etnobotânica em uma comunidade de pescadores artesanais no litoral norte do Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, Santa Teresa, n. 32, p. 29-52, set. 2013.

MACHADO, G. F.; SOUSA, S. C.; ALMEIDA, T. S. A territorialidade cigana em Jacobina – BA: relações de poder, simbologias e políticas públicas. **Revista Geográfica de América Central**, San José, n. especial, p. 1-14, dez. 2011.

MARTINEZ, N. **Os ciganos**. Papyrus. Campinas, 1989. 124 p.

MEDEIROS, C. M. de. **Uma análise da cultura cigana e sua influência no processo de saúde e adoecimento: contribuições para a estratégia de saúde da família**. Belo Horizonte, 2011. 42 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

MEDEIROS, J. C. de; BATISTA, M. R. R.; GOLDFARB, M. P. L. Discutindo Experiências de deslocamento social na diáspora e no nomadismo: refletindo sobre a mobilidade cigana e organização social. **Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 19, n. 1, p. 54-87, jun. 2013.

MELLO, M. A. da S.; VEIGA, F. B. Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro, 2008.

MELO, E. S. S. de. **Sou cigano sim! Identidade e representação: uma etnografia sobre os ciganos na região metropolitana do Recife-PE**. Recife, 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. 2008.

MELO, F. J. D. de. **A língua da comunidade *Calon* da região norte-nordeste do Estado de Goiás**. Brasília, 2008. 129 f. Tese (Doutorado em Linguística, Português e Línguas Clássicas) – Universidade de Brasília, 2008.

MENDES, Maria Manuela. Um olhar sobre a identidade e a alteridade: nós, os ciganos e os outros, os não ciganos. In: Congresso Português de Sociologia, 4., 2000. Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2000.

MENDIZABAL, I. et al. Reconstructing the population History of European *Romani* from genome-wide data. **Current Biology**, v. 22, p. 2342–2349, dez. 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea**. Brasília, out. 2005.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Comunidades ciganas por município do Brasil**. Brasília, 2011. mapa.

MONTEIRO, J. M. Dynamics of medicinal plants knowledge and commerce in an urban ecosystem (Pernambuco, Northeast Brazil). **Environmental Monitoring Assessment**, v. 178, n. 1-4, p. 179-202, jul. 2011.

MOONEN, F. **Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil**. 3 ed. Digital. Recife, 2011.

_____. Ciganos *Calon* no Sertão da Paraíba. **Cadernos de Ciências Sociais**, João Pessoa, p. 1-55, 2011.

MORAES FILHO, A. J. M. **Os ciganos no Brasil**: Contribuição ethnographica. Rio de Janeiro: Garnier. Rio de Janeiro. 1886.

MOSSINI, S. A. G.; KEMMELMEIER, C. A árvore Nim (*Azadirachta indica* A. Juss): Múltiplos usos. **Acta Farmacéutica Bonaerense**, Buenos Ayres, v. 24, n.1, p. 139-148, mar. 2005.

MOTA, Á. V. B. Os Ciganos do Brasil. **O Correio da UNESCO**, Paris, p. 32-33, dez.1984.

OLIVEIRA, E. C. S. de; TROVÃO, D. M. de B. M. O uso de plantas em rituais de rezas e benzeduras: um olhar sobre esta prática no Estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 245-251, jul. 2009

PAIVA, A. **Léxico cigano**. 2007 Disponível: <file:///C:/Users/Ricardo/Documents/mestrado/ciganos/cultura/Lexico_cigano.html>. Acesso em 15 ago. 2017.

PEREIRA, C. O. et al. Abordagem etnobotânica de plantas medicinais utilizadas em dermatologia na cidade de João Pessoa-Paraíba, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 7, n. 3, p. 9-17, jun. 2005.

PIERONI, G. Detestáveis na Metrópole e receados na Colônia os ciganos portugueses degredados no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 12, p.114-127, dez. 1993.

_____. No Purgatório mas o olhar no Paraíso: o degredo inquisitorial para o Brasil-Colônia. **Textos de História**, Brasília, v. 6, n. 1-2, p. 115-141, dez. 1998.

PILLA, M. A. C.; AMOROZO, M. C. de M.; FURLAN, A. Obtenção e uso das plantas medicinais no Distrito de Martim Francisco, município de Mogi-Mirim, SP, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 20, n. 4, p. 789-802, dez. 2006.

PRANCE, G. T. et al. Quantitative Ethnobotany and the Case for Conservation in Amazonia. **Conservation Biology**, Montpellier, v.1, n. 4, p. 296-310, dez. 1987.

RAMANUSH, N. **Cultura cigana, nossa História por nós**. Ensaio, v. 1, 2011. Disponível em: <http://www.embaixadacigana.org.br/material_pesquisa.htm#TEXTO>. Acesso em 10 set. 2017, 11:25:00.

_____. Ensaio, v. 2, 2011. Disponível em: <http://www.embaixadacigana.org.br/material_pesquisa.htm#TEXTO>. Acesso em 10 set. 2017, 11:25:00.

_____. Ensaio, v. 3, 2011. Disponível em: <http://www.embaixadacigana.org.br/material_pesquisa.htm#TEXTO>. Acesso em 10 set. 2017, 11:25:00.

REYNIERS, A. Gypsy populations and their movements within Central and Eastern Europe and towards some OECD countries. **Organization for Economic Coopertaion and Development**, n. 1. Paris, 1995.

RODRIGUES, A. P.; ANDRADE, L. de H. C. Levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela comunidade de Inhamã, Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinai**s, Botucatu, v. 16, n. 3, p. 721-730, set. 2014.

SALES, L. X. et al. **Principais movimentos migratórios dos ciganos (900 – 1720)**. 2013. ilustração. Disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/9347095/Povos-Ciganos-Gipsy-people-infographic>>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

SANTOS, C. S. de S. C. e V. **Os ciganos de Portugal**: Uma perspectiva genética de sua história. Aveiro, 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Molecular e Celular) – Universidade de Aveiro, 2009.

SERAJ, S. et al. Tribal formulations for treatment of pain: a study of the bed community traditional medicinal practitioners of porabari village in dhaka district, Bangladesh. **African Journal of Traditional, Complementary and Alternative Medicines**, v. 10, n. 1, p. 26-34, dez. 2013.

SILVA, A. C. O. da; ALBUQUERQUE, U. P. Woody medicinal plants of the caatinga in the state of Pernambuco (Northeast Brazil). **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 17-26, mar, 2005.

SILVA, A. J. da R.; ANDRADE, L. de H. C. Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral – Mata do Estado de Pernambuco, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 45-60, mar, 2005.

SILVA, L. F. da. Processo de fixação entre famílias ciganas em Limoeiro do Norte, Ceará. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 34-46, jun. 2012.

_____. **A vida em família**: parentesco, relações sociais e estilo de vida entre os calons de Sobral, Ceará. Natal, 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015.

SILVA, P. H. da; OLIVEIRA, Y. R.; ABREU, M. C. de. Uma abordagem etnobotânica acerca das plantas úteis cultivadas em quintais em uma comunidade rural do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, Recife, v. 2, n.2, p. 144-159, jun. 2017.

SOUZA, L. de et al. Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade. **Revista Liberabit**, Lima, v. 15, n.1, p. 29-37. Jun. 2009.

TEIXEIRA, R. C. **História dos Ciganos no Brasil**. Belo Horizonte, 2000. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

TEIXEIRA, S. A.; MELO, J. I. M de. Plantas medicinais utilizadas no município de Jupi, Pernambuco, Brasil. **Revista Iheringia**, Série Botânica, Porto Alegre, v. 61, n. 1-2, p. 5-11, dez. 2006.

TORRES, A. L. et al. Efeito de extratos aquosos de *Azadirachta indica*, *Melia azedarach* e *Aspidosperma pyrifolium* no desenvolvimento e oviposição de *Plutella xylostella*. **Revista Bragantia**, Campinas, v. 65, n. 3, p. 447-457, set. 2006.

VANELLI, M. Nomadismo Cigano: migração dos excluídos. **Cadernos do CEOM** Chapecó, v. 23, n. 32, p. 257-266, 2010.

VASCONCELOS, Marcia; RIBEIRO, José; COSTA, Elisa. **Dados oficiais sobre os povos *romani* (ciganos) no Brasil**. 1 ed. Brasília, 2013.

VASCONCELOS, N. C. B. de. **Os “Ciganos” não existem**: representação dos *Romà* no cinema. Brasília, 2014. 80 f. Monografia (Especialização em Artes Visuais) – Universidade de Brasília, 2014.

VAZ, A. D. José, Tereza, Zélia...e sua comunidade: Um território cigano. **Revista Trilhos**. Pires do Rio, v. 3, n. 3, p. 95-109, 2005.

VIANA, P. A.; PRATES, H. T.; RIBEIRO, P. E. de A. Uso do extrato aquoso de folhas de NIM para o controle de *Spodoptera frugiperda* na cultura do milho. **Circular Técnica**, Brasília, v. 88, p. 1-5, dez. 2006.

ZUCHISWSCHI, E. et al. Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares. **Acta Botanica Brasilica**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 270-282, mar, 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE BIOCÊNCIAS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Estudo etnobotânico de famílias ciganas no Estado de Pernambuco, que está sob a responsabilidade do pesquisador Ricardo Alexandre de Araujo Monteiro Lobo, morador da _____, telefone _____ e e-mail: lobobiologia@gmail.com. Está sob a orientação da professora Laise de Holanda Cavalcanti Andrade, telefone: _____, e-mail lhcantrade@gmail.com.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa tem o objetivo de caracterizar do ponto de vista etnobotânico famílias ciganas que vivem no Estado de Pernambuco. O levantamento será feito através de entrevistas com pessoas acima de 40 anos que pertençam as famílias selecionadas em suas residências ou local de trabalho. Serão utilizados formulários semiestruturados com o intuito de inferir a importância relativa da utilização de plantas pelas famílias ciganas nas diversas atividades diárias, como: medicinal, cosmética, alimentícia, artesanal, entre outras. Os entrevistados serão convidados a mostrar a forma de obtenção das plantas, momento onde poderão ser coletadas amostras para identificação e posterior estudo das propriedades fitoquímicas e bioativas.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos informantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador Ricardo Alexandre de Araujo Monteiro Lobo, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos. Será garantido o direito de suspensão da pesquisa, imediata e sem ônus, caso assim o deseje.

A pesquisa não apresenta benefícios diretos, tendo apenas o conhecimento do aspecto etnobotânico a comunidade cigana. Quanto aos riscos dessa pesquisa oferecer um possível desconforto ou constrangimento, vamos minimizá-los fazendo-a individualmente e no menor tempo possível.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo etnobotânico de famílias ciganas que vivem no Estado de Pernambuco, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

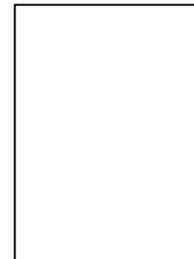
Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.

Nome: _____ Nome: _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____



APÊNDICE B - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA
LABORATÓRIO DE ETNOBOTÂNICA E BOTÂNICA APLICADA
Av. Prof. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, Recife-PE

Pesquisador: Ricardo Alexandre de A. M. Lobo

| | | |
|----------------------------|--|-------|
| Título da pesquisa | | |
| Dados do Informante | | |
| 1. Nome do entrevistado: | Idade: | Sexo: |
| 2. Atividade principal: | | |
| Pertence a que família | Município em que a família se concentra: | |
| 3. Município: | Tempo de residência no município: | |

| | |
|--|-------------|
| Recurso vegetal nº | |
| Utilidade: (para que serve): | |
| Parte usada | Modo de uso |
| Como adquiriu este conhecimento? | |
| Efeitos colaterais e contraindicações sugeridas, no caso do uso medicinal: | |
| Onde consegue o vegetal (planta, coleta, compra): | |

APÊNDICE C - PLANTAS DE USO VETERINÁRIO EM COMUNIDADES CIGANAS DO NORDESTE DO BRASIL

LOBO, R.A.A.M.; LOBO, A.C.B.N.M.; OLIVEIRA, A.F.M.; ANDRADE; L.H.C.

RESUMO

O povo cigano apresenta como característica a capacidade de moldar sua cultura às regiões e populações que entram em contato. O Brasil, com sua rica diversidade étnica, cultural e biológica, recebeu migrações ciganas desde o século XVI e hoje, segundo dados oficiais, apresenta mais de 800 mil ciganos em sua população. O presente artigo descreve o uso veterinário de 10 espécies de plantas empregadas por ciganos da etnia *Calon* estabelecidos há cerca de 25 anos em Pernambuco, Nordeste do Brasil. A pesquisa foi realizada com 23 pessoas (≥ 40 anos) pertencentes às famílias Alves e Dantas, residentes nos municípios pernambucanos de Altinho, Caruaru e Feira Nova (Agreste) e Itambé (Mata Norte). Utilizou-se técnica bola de neve para seleção dos informantes, iniciando pelos chefes de família, e formulários semiestruturados para realização das entrevistas. As espécies citadas foram coletadas em turnês guiadas, identificadas e depositadas nos herbários IPA e UFP. Dentre as 157 espécies de plantas de uso alimentício, condimentício, cosmético, medicinal, ritualístico, tecnológico, 10 foram citadas para uso veterinário por seis informantes (cinco homens e uma mulher). As espécies citadas para este uso foram *Agave sisalana* (Asparagaceae), *Aspidosperma pyriformis* (Apocynaceae), *Apodanthera congestiflora* (Cucurbitaceae), *Heliotropium indicum* (Boraginaceae), *Lippia alba* (Verbenaceae), *Momordica charantia* (Cucurbitaceae), *Nicotiana tabacum* (Solanaceae), *Passiflora cincinnata* (Passifloraceae), *Phaseolus lunatus* (Fabaceae) e *Solanum paniculatum* (Solanaceae). Destacaram-se *A. congestiflora* e *H. indicum* indicadas para profilaxia e tratamento da doença de Newcastle em aves domésticas.

ABSTRACT

The characteristic feature of the Gypsy people is the ability to shape their culture to the regions and populations they come into contact. Brazil, with its rich ethnic, cultural and

biological diversity, has received gypsy migrations since the 16th century and today, according to IBGE data, it has more than 800,000 gypsies in its population. This article describes the veterinary use of 10 species of plants used by *Calon* gypsies settled in Pernambuco, Northeast of Brazil, about 25 years ago. The research was carried out with 23 people (≥ 40 years old) belonging to the Alves and Dantas families, living in the municipalities of Altinho, Caruaru and Feira Nova (Agreste) and Itambé (Mata Norte). Snowball technique was used to select the informants, starting with the heads of families, and semi-structured forms for interviews. The species cited were collected on guided tours, identified and deposited in the IPA and UFP herbarium. Among the 157 species of plants for food, condiment, cosmetic, medicinal, ritualistic and technological use, 10 were cited for veterinary use by six informants (five men and one woman). The species mentioned for this use were *Agave sisalana* (Asparagaceae), *Aspidosperma pyriforme* (Apocynaceae), *Apodanthera congestiflora* (Cucurbitaceae), *Heliotropium indicum* (Boraginaceae), *Lippia alba* (Verbenaceae), *Momordica charantia* (Cucurbitaceae), *Nicotiana tabacum* (Solanaceae), *Passiflora cincinnata* (Passifloraceae), *Phaseolus lunatus* (Fabaceae) and *Solanum paniculatum* (Solanaceae). *A. congestiflora* and *H. indicum* stand out for prophylaxis and treatment of Newcastle disease in domestic birds.

INTRODUÇÃO

Os ciganos formam um povo que apresenta uma cultura diferenciada, baseada em uma língua própria (*chib ou romaní*), em um sistema social patriarcal e na adaptabilidade aos lugares por onde passam.

Pesquisas na área de linguística e genética defendem que a origem dos ciganos está na região noroeste da atual Índia e que a migração desta região ocorreu por volta do século X (COELHO, 1892; MENDIZABAL et al, 2012). Os primeiros relatos da presença de ciganos na Europa ocorreram na primeira metade do século XIV em uma região da Grécia conhecida como “Pequeno Egito”. Os vários nomes pelo quais são conhecidos, *gitanos* (espanhol), *gypsies* (inglês), *tsiganes* (francês) são derivados do engano da época de que sua origem era o Egito (MOONEN, 2011; REYNIERS, 1995).

Os ciganos foram discriminados na maioria das regiões que tentam se fixar, sendo inclusive escravizados na Europa Oriental. Registros históricos mostram a

chegada de grupos ciganos na Península Ibérica durante o século XV e sua deportação para colônias na África e no Brasil a partir da metade do século XVI. As capitânicas do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro receberam diversos imigrantes ciganos, que passaram a viver na periferia das cidades ou vagando pelo interior, sustentando-se a partir do comércio informal de animais e objetos em geral (COELHO, 1892; TEIXEIRA, 2000).

Até o século XIX só há registro da chegada da etnia *Calon* no Brasil, mas a partir do final deste século chegaram imigrantes da etnia *Rom* e, no século XX, da etnia *Sinti* (MOONEN, 2011; TEIXEIRA, 2000). Dados do IBGE (2011) mostram que atualmente cerca de 800.000 ciganos, encontram-se distribuídos em 291 acampamentos, em 20 Estados brasileiros. Estudos realizados em alguns Estados, como Pernambuco e Paraíba, mostram que estes dados podem estar subavaliados e que o número de pessoas e acampamentos provavelmente é muito maior. Essa diferença numérica pode estar relacionada a tendência, de parte da comunidade cigana, em não se expor para evitar a discriminação que sofrem ainda hoje. Podem assim, ser chamados de criptociganos.

A necessidade de migrar para outras regiões, em busca de melhores oportunidades, influenciou a cultura cigana de modo geral. Exemplos desta adaptação estão em sua língua, que incorpora verbetes de várias outras, em seu estilo de vestir, que se modifica para se assemelhar aos *gadjés* (não ciganos), e na aceitação da religião da região que estão assentados. Essa adequação também passa pelo conhecimento da natureza, que se enriqueceu pelo contato com outros povos. Como o *chib* é uma língua ágrafa, a cultura cigana depende da oralidade entre as gerações para se perpetuar (ANDRADE JÚNIOR, 2013; LIMA, 2003).

Os ciganos fazem uso dos recursos naturais que estão ao seu dispor, nas formas alimentícia, medicinal, ritualística, tecnológica, veterinária, entre outras (DERLON, 1979). A comunidade cigana se utiliza de chás, lambedores e unguentos, produzidos a partir de plantas da região em que residem, para curar diversos males que afligem as pessoas e seus animais de criação (GOLDFARB, LEANDRO & DIAS, 2012; SERAJ et al, 2013). A perda gradativa do conhecimento tradicional está ocorrendo devido, principalmente à sedentarização e a falta de interesse dos mais jovens, preocupados em se adaptar à sociedade urbana (GARCIA, 2014; HOSSAIN, 2010, MOONEN, 2011).

Em 25 de maio de 2006, os ciganos foram reconhecidos pelo Governo Federal do Brasil como comunidade tradicional, obtendo os mesmos direitos de outras minorias. Várias ações governamentais tentaram, desde então, promover a inclusão desse povo em diversos programas sociais. Mesmo assim, a discriminação ainda é uma chaga que os acompanha. O presente artigo discute o uso veterinário de 10 espécies vegetais citadas por seis ciganos da etnia *Calon*, residentes em municípios do Agreste e da Mata Norte de Pernambuco, destacando a utilização das espécies *Apodanthera congestiflora* e *Heliotropium indicum* na profilaxia e tratamento da doença de Newcastle (arbovirose) em aves domésticas.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida com autorização do Conselho de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (processo 57999516.2.0000.5208) e do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), do Ministério do Meio Ambiente, obtida em julho de 2016.

Foram estudadas duas famílias da etnia *Calon*, que deixaram quase completamente a vida nômade e se estabeleceram há cerca de 25 anos em diferentes municípios de Pernambuco, na procura de melhor condição de vida e possibilidade de instrução dos filhos em escolas públicas.

Com intermediação do presidente da Associação dos Ciganos de Pernambuco (ACIPE), Sr Enildo Kalon, foram feitos os primeiros contatos com os chefes das famílias Dantas e Alves, aos quais foram apresentados os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a ser assinado pelos entrevistados, solicitando-se a participação das respectivas famílias na pesquisa. A partir dos dois chefes de família, através da técnica bola de neve, foram entrevistados os membros que se disponibilizaram a participar da pesquisa, utilizando-se formulários semiestruturados (ALBUQUERQUE, LUCENA & CUNHA, 2010).

Os membros entrevistados da família Dantas (17 pessoas) moram no município de Itambé, localizado na Zona da Mata Setentrional de Pernambuco, com Índice de desenvolvimento humano por município (IDHM) de 0,575. Os Alves se concentram no município de Altinho, onde moram 41 pessoas, na microrregião do Brejo Pernambucano (IDHM= 0,598), mas também foram entrevistados membros da família

que moram nos municípios de Caruaru (10 pessoas), localizado na microrregião do Vale do Ipojuca (IDHM= 0,677) e Feira Nova (15 pessoas), localizado na Microrregião Médio Capibaribe, (IDHM= 0,600). A principal fonte de renda nas duas famílias é o comércio informal, de qualquer espécie, complementada por assistência governamental. Os homens, em sua maioria, declararam-se negociantes ou artesãos; as mulheres, além dos afazeres domésticos, se dedicam à confecção de bordados, declarando-se como artesãs.

As entrevistas foram realizadas na residência do informante, entre dezembro de 2016 e novembro de 2017, incluindo 11 homens e 12 mulheres, com idade igual ou superior a 40 anos, equivalente a 85,2% do público alvo. Na maioria das vezes, foi necessária a companhia de um cigano ou de algum amigo da família para que o informante se declarasse cigano e aceitasse ser entrevistado.

Foram realizadas turnês guiadas com alguns dos informantes, observando e coletando as plantas para análise e identificação da espécie, realizada por taxonomistas do herbário IPA, onde as exsiccatas foram depositadas.

As plantas citadas pelos informantes foram enquadradas nas categorias de uso: alimentícia, condimentícia, cosmética, medicinal, ritualística, tecnológica, veterinária e outras (PRANCE et al., 1987). No presente trabalho, deu-se atenção às plantas citadas para tratamento ou prevenção de doenças em animais de criação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os informantes indicaram como úteis 157 espécies de plantas, pertencentes a 64 famílias de Angiospermas, com 620 citações de uso. A utilização medicinal para humanos e animais foi indicada para mais da metade das espécies (57%), seguido do uso alimentício (18%).

Apesar de não apresentar um percentual alto em relação ao número total de espécies, o uso veterinário foi mencionado pelos informantes com bastante ênfase, provavelmente devido à importância que os ciganos dão aos animais de criação, como cavalos, cachorros e galinhas, sendo estes dois últimos encontrados em todas as casas visitadas.

As dez espécies listadas e comentadas abaixo foram citadas por cinco homens e uma mulher, indicadas para prevenção e tratamento de doenças de animais domésticos e de criação.

Agave sisalana Perrine (Asparagaceae, agave)

Uso veterinário indicado: o sumo das folhas é empregado para tratar infecções na pele dos animais causadas por ácaros (sarna), piolhos e carrapatos.

Outros usos indicados pelos informantes: as folhas são secas e desfiadas para fazer cordas com motor a mão.

Comentários: pesquisas mostram a utilização dessa espécie para alimentação de ruminantes (BRANDÃO et al, 2011), como inseticida (PIZARRO et al, 1999) e na produção artesanal de vassouras, cordas, descansos de panela e brincos (LIMA et al, 2017).

Aspidosperma pyrifolium Mart. & Zucc. (Apocynaceae, pereiro da caatinga)

Uso veterinário indicado: a casca do caule é empregada para tratar infecções na pele dos animais causadas por ácaros (sarna), piolhos e carrapatos.

Outros usos indicados pelos informantes: a casca do caule é usada para fazer um chá indicado no tratamento para dor de coluna, sendo ingerido uma vez ao dia.

Comentários: a madeira da espécie é usada para produção de móveis. Suas folhas são consideradas tóxicas, podendo ocasionar abortos em ovinos, bovinos e caprinos (SILVA et al, 2006).

Apodanthera congestiflora Cogn. (Cucurbitaceae, batata cabeça-de-negro)

Uso veterinário indicado: a raiz é usada na prevenção e no tratamento da doença de Newcastle. Segundo o informante, deve-se cortar a batata em pedaços pequenos e colocar na água de beber do criadouro das aves. Essa prática é utilizada tanto no tratamento das aves doentes quanto na profilaxia das que se encontram sadias.

Outros usos indicados pelos informantes: não foram indicados outros usos.

Comentários: esta espécie é endêmica do Brasil, sendo característica da Caatinga, tendo registros em todo o Nordeste com exceção do Maranhão, e em Minas Gerais.

A utilização da raiz de *A. congestiflora* na medicina tradicional de comunidades nordestinas não ciganas foi registrada por Costa (2016), indicada para dores em geral, por Roque, Rocha & Loiola (2010) como depurativo do sangue, por Silva et al (2015) para dores de coluna, e por Silva (2014) para dor nos dentes. As pesquisas foram realizadas em comunidades urbanas e rurais dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Heliotropium indicum L. (Boraginaceae, fedegoso)

Uso veterinário indicado: a planta inteira, menos a raiz, é usada na prevenção e no tratamento da doença de Newcastle. O sumo extraído de toda a planta, exceto da raiz, é colocado em um prato e oferecido para as aves beberem, a intervalos de 6 meses, como tratamento preventivo da virose.

Outros usos indicados pelos informantes: as folhas e as flores são colhidas, secas e cozinhadas com açúcar para fazer um lambedor que é usado como expectorante, ingerido três a quatro vezes ao dia. A raiz é relatada como muito tóxica e usada para fazer um chá abortivo em única dosagem de aproximadamente 100ml.

Comentários: *Heliotropium indicum* tem ampla distribuição no Brasil, recebendo diversos nomes populares, como borragem-brava e cravo-do-urubu (MG); crista-de-galo (BA, MT); fedegoso (AM, MG, PA, PE); crista-de-peru (BA), gervão-branco (ES) (COSTA, 2010). Outras sinonímias são: aguaraciunha-assu, aguaraciunha, jamacanga e jacuacanga (DI STASI & HIRUMA-LIMA. 2002), erva-de-são-fiacre, agraraá, tureroque, turirí, borracha-brava e grinalda-de-boneca (LORENZI & MATOS, 2002). Esta erva é largamente usada pela medicina tradicional de várias regiões do mundo. Alguns exemplos dessa utilização na Índia são para doenças da pele, para reumatismo, para picadas de animais venenosos, para dores estomacais e distúrbios nervosos; em algumas regiões da África, além do uso em dermatites e dores estomacais, ela é usada no tratamento da malária; no Senegal a planta é usada como diurética; na Jamaica, é administrada oralmente para febre, úlceras, doenças venéreas e dores de garganta, no reto para o tratamento de hemorroidas e na cavidade vaginal para induzir o aborto; nas Filipinas, a decocção da planta inteira é usada como diurética e no tratamento de pedras dos rins, o chá da raiz é usado para promover a menstruação e as sementes são usadas para tratar cólera e ferimentos na pele; na Birmânia a decocção de toda a planta é usada no tratamento da gonorreia;

na Tailândia, a inflorescência é usada para esterilização permanente, além da utilização para febre, picadas de insetos e de escorpiões, dermatites, diarreia e distúrbios menstruais; na Nicarágua, a decocção de folhas e raiz é usada para tosse; na Malásia é usada para o tratamento de micoses cutâneas; em El Salvador, as folhas e raízes maceradas são usadas contra inflamações no corpo; em Taiwan é usada no tratamento de feridas e verrugas; na Amazônia, a pasta feita com as folhas e as raízes é usada para picadas de insetos e de escorpiões, hemorroidas e afecções cutânea, enquanto a infusão das folhas é usada para problemas hepáticos, tosse e febre. Alguns trabalhos também reportam a atividade antimicrobiana de *H. indicum* (DASH & ABDULLAH, 2013; DI STASI & HIRUMA-LIMA, 2002), porém não foi encontrada indicação para a doença de Newcastle e viroses semelhantes em aves.

Lippia alba (Mill) Brow (Verbenaceae, erva cidreira)

Uso veterinário indicado: as folhas são limpas e fervidas com água e sal. O líquido resultante é colocado em garrafa fina e usado na forma de supositório para distúrbios digestivos em animais domésticos.

Outros usos indicados pelos informantes: seu chá é usado como calmante, para combater anemia, cefaleia e distúrbios digestivos em seres humanos.

Comentários: vários estudos têm demonstrado o uso veterinário da *L. alba* pelo seu poder anti-inflamatório, analgésico, anti-helmíntico e cicatrizante (SOARES & TAVARES-DIAS, 2013).

Momordica charantia L. (Cucurbitaceae, melão brabo)

Uso veterinário indicado: o sumo das folhas é empregado para tratar infecções na pele dos animais causadas por ácaros (sarna), piolhos e carrapatos.

Outros usos indicados pelos informantes: suas folhas são limpas e fervidas para fazer o chá, que deve ser usado uma vez ao dia para o tratamento de hemorroidas. O sabor amargo é um limitador para seu uso.

Comentários: foi comprovado clinicamente seu uso para combate a sarna sacóptica em animais domésticos (CARNEIRO, MARINHO & SILVA, 2013; DANTAS NETO, MARINHO & LIMA, 2017). Estudo realizado em comunidade rurais de Oeiras (PI), citou seu uso em seres humanos para combate a hipertensão, reumatismo, impigem,

cálculo renal, dengue e vermes intestinais, entre outras enfermidades (OLIVEIRA, BARROS & MOITA NETO, 2010).

Nicotiana tabacum L. (Solanaceae, fumo)

Uso veterinário indicado: o sumo das folhas é empregado para tratar infecções na pele dos animais causadas por ácaros (sarna), piolhos e carrapatos.

Outros usos indicados pelos informantes: não foi indicada para outros usos.

Comentários: sua ação carrapaticida é citada por vários estudos veterinários (ARAÚJO et al, 2013; OLIVO et al, 2009). Trabalhos publicados em etnobotânica citam seu uso para fins medicinais, no combate a queda de cabelo (MACEDO, PEREIRA & SILVA, 2011) e como calmante (MORENO-COUTIÑO & BELLO, 2012).

Passiflora cincinnata Mast. (Passifloraceae, maracujá da caatinga)

Uso veterinário indicado: o “sumo” do arilo das sementes de é gotejado nos olhos de aves para tratar inflamações nos mesmos.

Outros usos indicados pelos informantes: não foi indicada para outros usos.

Comentários: Cordeiro & Felix (2014) mostram a utilização das folhas por uma comunidade rural para inflamações na pele e para problemas cardíacos. Não foram encontrados estudos sobre uso veterinário.

Phaseolus lunatus L. (Fabaceae, fava)

Uso veterinário indicado: o sumo das folhas é usado no tratamento do caroço de pinto (bouba aviária).

Outros usos indicados pelos informantes: macerar as folhas e o talo para extrair o sumo e passar na pele em regiões afetadas por pano branco. Suas sementes cozidas são usadas na alimentação.

Comentários: não foram encontrados estudos para sua utilização medicinal em animais domésticos ou em humanos.

Solanum paniculatum L. (Solanaceae, jurubeba)

Uso veterinário indicado: colocar a casca dos frutos na água por 15 dias. O líquido resultante é empregado para tratamento de distúrbios digestivos nos animais.

Outros usos indicados pelos informantes: os frutos são usados “in natura” ou na forma de lambedor para combater anemia, dores no estômago e como expectorante. A raiz é limpa e cozinhada para fazer lambedor com ação expectorante. O caule é cozinhado e usado para lavar os cabelos com o objetivo de dar brilho e evitar sua queda.

Comentários: a espécie é amplamente estudada para fins medicinais como doenças do aparelho respiratório, anemia, problemas hepáticos, micoses, entre outros (CORDEIRO & FELIX, 2014; MEYER, QUADROS & ZENI, 2012). O farelo da raiz foi estudado por Vilela et al (2009) como anti-helmíntico em ovinos, obtendo-se bons resultados. Moura & Andrade (2007) citam o uso da espécie em quintais urbanos para combater a herbivoria.

Dentre as plantas de uso veterinário citadas pelos entrevistados merece destaque a utilização de *H. indicum* e *A. congestiflora*, para a prevenção e tratamento de doenças respiratórias e digestivas em aves.

O cigano que indicou este uso para problemas respiratórios em aves, membro da família Alves, denominou a doença de “neocasto” e sua descrição dos sintomas observados em galinhas e galos, permitiu se concluir que o termo é uma corruptela da palavra Newcastle. O informante relatou ter aprendido a utilização das plantas para o tratamento do “neocasto” com ciganos da Bahia, na época de sua vida em que era nômade, indicando que o uso é praticado em outras comunidades.

A doença de Newcastle (DN) é uma pneumoencefalite aviária altamente infecciosa que afeta aves domésticas e selvagens. O agente etiológico é um paramixovírus aviário do tipo 1 (APMV-1), pertencente ao gênero Avulavirus, da família Paramyxoviridae (FERNANDES, 2013; SILVA, 2009). O plano de contingência para a doença desenvolvido pelo Ministério da Agricultura do Brasil define como sintomas comuns a esta infecção: problemas respiratórios, seguidos de distúrbios nervosos, digestivos e edema na cabeça. A gravidade dos sintomas e a mortalidade é decorrente da cepa do vírus, classificada como:

- viscerotrópica e velogênica (forma de Doyle), que causa doença severa e fatal;

- neurotrópica e velogênica (forma de Beach), que provoca problemas respiratórios e nervosos levando a mortalidade de até 100% das aves;
- mesogênicas (forma de Beaudette), causa leves sintomas respiratórios e nervosos, com baixo índice de mortalidade;
- lentogênicas (forma de Hittchner), é assintomática e usada como cepa vacinal.

Segundo o Escritório Internacional de Epizootias (OIE) a transmissão da doença se dá por contato direto com aves contaminadas, por inalação de fezes secas ou pela ingestão de água e alimentos contaminados. Não há consenso sobre transmissão vertical e o período de incubação é de 21 dias. Em muitos países, incluindo o Brasil, a doença vem sendo controlada em plantéis comerciais através da vacinação e com controle de qualidade. O Ministério da Agricultura, em seu plano de contingenciamento da DN, mostra que a última grande epidemia da doença no Brasil ocorreu no Mato Grosso do Sul em 2005.

As duas espécies citadas pelo informante como bioativas tanto na profilaxia quanto no tratamento da doença de Newcastle apresentam metabólitos secundários com comprovada atividade anti-inflamatória e antiviral. Essa ação é mostrada por Modak et al (2012) em relação ao vírus da anemia infecciosa do salmão (ISAV) e por Brum (2006) em relação ao vírus da cinomose canina (CDV). A família a qual pertence o ISAV (Orthomyxoviridae) é classificada pelo Sistema de Baltimore no grupo V (RNA, cadeia simples e senso negativo), o mesmo no qual é classificada a família (Paramyxoviridae) à qual pertencem os vírus da doença de Newcastle (VDN) e o CDV.

Estudos fitoquímicos sobre *H. indicum* mostram que as folhas possuem taninos, alcaloides, esteroides e triterpenos, enquanto as raízes apresentam alcaloides, esteroides, taninos, flavonoides e glicosídeos cardiotônicos. Também foram encontradas nas folhas e nas inflorescências aminas como putrescina, espermidina e espermina. Segundo Costa (2010), a atividade antimicrobiana encontrada em plantas da família Boraginaceae deve-se à presença de alcaloides e taninos e relata que os alcaloides acetilasiocarpina, europina e heliosurpina foram extraídos de todas as partes de *H. indicum*; helindicina e licopsamina, da raiz; e heliotrina, das sementes. A heliotrina extraída de *H. subulatum* mostrou atividade antiviral contra coxsackievírus, poliovírus, vírus do sarampo, da poliomielite e da estomatite vesicular.

Pesquisas realizadas com espécies do gênero *Heliotropium* mostraram atividade antiviral a partir de outros metabólitos secundários. Um exemplo é a

utilização do flavonoide 7-O-metileriodictiol extraído de *H. sinuatum*, que mostrou ser eficiente no tratamento do ISAV (MODAK et al, 2012). Outro exemplo da ação antiviral de uma espécie do gênero *Heliotropium* é a ação do éster filifolinil, extraído de *H. filifolium*, sobre o vírus infeccioso da necrose hepática em salmões, pertencente à família Birnaviridae (MODAK et al, 2010).

Existem diversos compostos fenólicos produzidos por *H. indicum*, sendo a maior concentração e o maior efeito antioxidante encontrados na inflorescência (KUMAR, CHAUDHURY & BALACHANDRAN, 2014). A capacidade antioxidativa dos compostos fenólicos encontrados em *H. indicum* pode ser a responsável pelo efeito profilático e terapêutico relatado pelo informante em relação à DN.

Do ponto de vista fitoquímico *A. congestiflora* é pouco estudada, tendo recentemente Pereira (2017) isolado o ferulato 2-ácido propenóico, 3-(4-hidroxi-3-metoxifenil) decil éster do extrato hexânico de suas raízes para comprovar sua ação analgésica e anti-inflamatória. O ferulato e sua forma não esterificada, o ácido ferúlico, são compostos fenólicos derivados do ácido cinâmico, sendo considerados poderosos antioxidantes (PAIVA, 2014). Os ácidos fenólicos possuem a capacidade de ligar-se às glicoproteínas, modificando a estrutura química dos receptores celulares ou bloqueando o sítio de ligação dos vírus à célula (BRUM, 2006). O ácido ferúlico na concentração de 120 µg/mL apresentou ação antiviral, como profilaxia, com eficácia de 46,2%. Nas concentrações de 100 a 150 µg/mL apresentou uma ação virucida, como tratamento, com eficácia de 99%. A maior eficácia do ácido ferúlico no tratamento do que na profilaxia da cinomose deve estar relacionada a sua ação como inibidor da replicação do vírus (BRUM, 2006).

O modo de utilização de *A. congestiflora* relatado pelo informante, cortando em pedaços pequenos e colocando na água de beber das aves, é semelhante aos métodos referidos na literatura para extração do ácido ferúlico (SCHNEIDER et al, 2015).

Não foram encontradas publicações que relatem a ação dos metabólitos produzidos por *H. indicum* e *A. congestiflora* sobre o vírus da doença de Newcastle, mas os metabólitos secundários nelas encontrados por Kumar, Chaudhury & Balachandran (2014) e Pereira et al (2017), apresentam uma ação eficiente contra vírus semelhantes ao VDN.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: Ed. Comunigraf/ NUPEEA, 2008.

ANDRADE JÚNIOR, L. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 95-112, dez. 2013.

ARAÚJO, I. M. et al. Atividade acaricida de *Nicotiana tabacum* sobre ovos de *Rhipicephalus (Boophilus) microplus*. **ACTA Veterinaria Brasilica**, Mossoró, v. 10, n. 2, p. 190-193, jun. 2013.

BRANDÃO, L. G. N. et al. Valor nutricional de componentes da planta e dos coprodutos da *Agave sisalana* para alimentação de ruminantes. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**. Belo Horizonte, v. 63, n. 6, p. 1493-1501, dez. 2011.

BRUM, L. P. **Atividade antiviral dos compostos fenólicos (ácido ferúlico e transcinâmico) e dos flavonoides (quercetina e kaempferol) sobre os herpesvírus bovino 1, herpesvírus bovino 5 e vírus da cinomose canina**. Viçosa, 2006. Tese (Doutorado em Bioquímica Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa. 2006.

CARNEIRO, C. C.; MARINHO, M. L.; SILVA, N. S. Tratamento da sarna sarcóptica em cães com hidroalcoólatura de *Momordica charantia*. **Agropecuária Científica no Semiárido**. Campina Grande, v. 9, n. 4, p. 83-86, dez. 2013.

COELHO, F. A. **Os Ciganos de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

CORDEIRO, J. M. P.; FÉLIX, L. P. Conhecimento botânico medicinal sobre espécies vegetais nativas da Caatinga e plantas espontâneas no agreste da Paraíba, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicináveis**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 685-692, set. 2014.

COSTA, J. C. **Estudo etnobotânico de plantas medicinais em comunidades rurais e urbanas do Seridó paraibano, Nordeste do Brasil**. Patos, 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal de Campina Grande. 2013.

COSTA, R. S. da. **Estudo de pré-formulação e formulação de *Heliotropium indicum* (L.) DC (Boraginaceae)**. Belém, 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal do Pará. 2010.

DANTAS NETO, A. M.; MARINHO, M. L.; LIMA, E. R. de. Estudo comparativo do efeito sarnicida do melão de São Caetano (*Momordica charantia*) e sarnasol (*Monosulfureto de tetraetiltiuran*) em coelhos. 2017. In: Congresso Brasileiro da Anclivepa, 38, 2017, Recife. **Anais...** Recife, 2017.

DASH, G. K.; ABDULLAH, M. S. A review on *Heliotropium indicum* L. (Boraginaceae). **Internacional Journal of Pharmaceutical Sciences and Research**, v. 4, n. 4, p. 1253-1258, dez. 2013.

DERLON, P. **A medicina secreta dos ciganos**. Algés: Difel/Difusão Editorial S/A. 1979.

DI STASI, L. C.; HIRUMA-LIMA, C. **A. Plantas Medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica**. São Paulo: ed. UNESP. 2002.

FERNANDES, C. C. Genoma completo de uma estirpe patogênica do vírus da doença de Newcastle isolada no Brasil na década de 70. **Ars Veterinaria**, Jaboticabal, v. 29, n. 4, dez. 2013.

GARCIA, L. de A. Análise sobre práticas tradicionais na cultura cigana, com enfoque na quiromancia e no nomadismo. 2014. In: Semana de Pós Graduação em Ciência Política, II, 2014, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCAR, 2014.

GOLDFARB, M. P. L.; LEANDRO, S. S.; DIAS, M. D. O cuidar entre os *Calin* – concepções de gestação parto e nascimento entre as ciganas residentes em Sousa – PB. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 11, n. 33. p. 851-876, dez. 2012.

HOSSAIN, M. T. et al. A Preliminary Study of the Health Management Practices of the Bede Community of Savar, Bangladesh and some of their Ethnomedicinal Formulations. **American-Eurasian Journal of Sustainable Agriculture**, Amman, v. 4, n.2, p. 136-146, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. Brasília, 2011.

KUMAR, M. S.; CHAUDHURY, S.; BALACHANDRAN, S. In vitro callus culture of *Heliotropium indicum* Linn. for assessment of total phenolic and flavonoid content and antioxidant activity. **Applied Biochemistry and Biotechnology**, v. 174. n. 8, p. 2897-2909, dez. 2014.

LIMA, R. J. P. Plantas utilizadas para produção artesanal no semiárido brasileiro. 2017. In: Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, II, 2017, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, 2017.

LIMA, S. T. **Paisagem viva: fragmentos ciganos**. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/585.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas cultivadas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

MACEDO, M; PEREIRA, M. L. de S.; SILVA, F. H. B. da. Plantas com provável ação antifúngica utilizadas pelos moradores do bairro Cidade Verde, Cuiabá, Mato Grosso. **FLOVET**, Cuiabá, v.1, n.3, dez. 2011.

MENDIZABAL, I. et al. Reconstructing the population History of European *Romani* from genome-wide data. **Current Biology**, v. 22, p. 2342–2349, dez. 2012.

MEYER, L.; QUADROS, K. E. de; ZENI, A. L. B. Etnobotânica na comunidade de Santa Bárbara, Ascurra, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v.10, n.3, p. 258-266, set. 2012.

MODAK, B. et al. Inhibitory effect of aromatic geranyl derivatives isolated from *Heliotropium filifolium* on infectious pancreatic necrosis virus replication. **Veterinary Microbiology**, v. 141, n. 1-2, p. 53-58, fev. 2010.

_____. Antiviral activity in vitro and in vivo of natural flavonoids isolated from *Heliotropium sinuatum* against infectious salmon anemia virus (ISAV). **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, Santiago, v. 11, n. 4, p. 377-384, dez. 2012.

MOONEN, F. **Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil**. 3 ed. Digital. Recife, 2011.

MORENO-COUTIÑO, A; BELLO, B. C. *Nicotiana tabacum* L. usos y percepciones. **Etnobiología**, Cidade do México, v. 10, n. 2, p. 29-39, ago. 2012.

MOURA, C. L.; ANDRADE, L. de H. C. Etnobotânica em quintais urbanos nordestinos: um estudo no Bairro da Muribeca, Jaboatão dos Guararapes – PE. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v.5, supl.1, p. 219-221, jul. 2007.

OLIVEIRA, F. C. S.; BARROS, R. F. M.; MOITA NETO, J. M. Plantas medicinais utilizadas em comunidades rurais de Oeiras, semiárido piauiense. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 12, n. 3, p. 282-301, set. 2010.

OLIVO, C. J. Extrato aquoso de fumo em corda no controle do carrapato bovinos. **Revista Ciência Rural**, Santa Maria, v. 39, n. 4, p. 1131-1135, jul. 2009.

PAIVA, C. L. **Ácidos fenólicos e amins bioativas livres e conjugadas em sorgo: teores e atividade antioxidante**. Belo Horizonte, 2014. 191 f. Tese (Doutorado em Ciência de Alimentos) – Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

PEREIRA, H. N. et al. Atividade anti-inflamatória de extrato e furalato isolado de *Apodanthera congestiflora* Cogn. Simpósio de Plantas Mediciniais do Vale do São Francisco, VI, 2017, Petrolina. **Anais...** Petrolina – UNIVASF, 2017.

PIZARRO, A. P. B. O aproveitamento do resíduo da indústria do sisal no controle de larvas de mosquitos. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 32, n.1, p. 23-29, fev. 1999.

PRANCE, G. T. et al. Quantitative Ethnobotany and the Case for Conservation in Ammonia. **Conservation Biology**, Montpellier, v.1, n. 4, p. 296-310, dez. 1987.

REYNIERS, A. Gypsy populations and their movements within Central and Eastern Europe and towards some OECD countries. **Organization for Economic CoOpertaion and Development**, n. 1. Paris, 1995.

ROQUE, A. A.; ROCHA, R. M.; LOIOLA, M. I. B. Uso e diversidade de plantas medicinais da Caatinga na comunidade rural de Laginhas, município de Caicó, Rio Grande do Norte (Nordeste do Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 12, n. 1, p. 31-42, mar. 2010.

SCHNEIDER, A. L. S. et al. Caracterização química e atividade biológica de extratos aquosos de *Brunfelsia cuneifolia* J.A. Schmidt (Solanaceae). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Campinas, v. 17, n. 4, p. 1103-1111, dez. 2015.

SERAJ, S. et al. Tribal formulations for treatment of pain: a study of the bede community traditional medicinal practitioners of porabari village in dhaka district,

Bangladesh. **African Journal of Traditional, Complementary and Alternative Medicines**, v. 10, n. 1, p. 26-34, dez. 2013.

SILVA, C. G. et al. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais em área de Caatinga na comunidade do Sítio Nazaré, município de Milagres, Ceará, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 133-142, mar. 2015.

SILVA, D. M. da. Plantas tóxicas para ruminantes e equídeos no Seridó Ocidental e Oriental no Rio Grande do Norte. **Pesquisa Veterinária Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 223-236, dez. 2006.

SILVA, I. C. M. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**. 176 f. Tese (Doutor em Zootecnia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SILVA, J. P. R. **Perfil etnobotânico: uso de plantas medicinais pela população de Nova Olinda – PB**. 47 f. TCC (Bacharelado em Farmácia) – Universidade Estadual da Paraíba. 2014.

SOARES, B. V.; TAVARES-DIAS, M. Espécies de *Lippia* (Verbenaceae), seu potencial bioativo e importância na medicina veterinária e aquicultura. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 3, n. 1, p. 109-123, mar, 2013.

TEIXEIRA, R. C. **História dos Ciganos no Brasil**. Belo Horizonte, 2000. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

VILELA, V. L. R. et al. Potencial anti-helmíntico da raiz de *Solanum Paniculatum* Linnaeus (1762) em ovelhas do semi-árido paraibano. **ACTA Veterinaria Brasilica**, Mossoró, v. 3, n. 1, p. 20-24, mar. 2009.

ANEXO A – DECRETO DE DESTERRO DE JOÃO DE TORRES

1574

Dom sebastiam etc. faço saber que Johão de torres, çiguanos preso no lymoeyro, me eujou diser per sua petição que estando na villa de momtalluão morador e jmdo e vjmdo a castella fora preso he acusado pela justiça, dinzemdo que semdo ley deste Reyno que toda geração de çiguanos não vjuesem neste Reyno e delle se sahysem em certo tempo e por elle não ser sabedor da tall ley por jr he vyr ha castella, fora preso he acusado pela justiça, elle he sua molher amgylyna e condenado per sentença da mor allçada, elle em çimquo anos de degredo pêra as gualles e açoutados publicamente, cõ baraço e preguão, e a dita sua molher se sahyrya do Reyno em dez dias, visto como se não mostrava certidão de quando hally fora pobricada em momtalluão, homde forão presos, como todo se mostrava da sentença que oferecia, he por que dos haçoutes, baraço he preguão hera feita execuçam e a dita sua molher hera fora do Reyno e ele ser presente, estaua no lymoeiro, homde perecia ha mjmgoa, e hera fraquo he quebrado, e não hera pêra serujr em cousa de mar e muito pobre, que não tjnha nada de seu, me pedy a que ouuese por bem que se sahyse loguo do Reyno ou que fose pêra o brasyll pêra sempre e podese levar sua molher avemdo respeito a pena que já tinha Recebyda etc.; e eu vemdo o que me asy dise he pedir emvyou, queremdo lhe fazer mercê visto hu parece com o meu pase (?), ey por bem e me praz se assy he como dis, de lhe cumutar os cimquo anos em que foy condenado pêra as gualles, pelo caso de que faz menção, visto ho que halegua e declara, em outros cimquo anos pêra o brasyll, homde leuara sua molher e filhos, visto outrosy como he feyta execuçam dos haçoutes ; por tamto vos mando etc. na forma dada em allmeyrim a vij dias dabrill. el Rey noso snr ho mamdou pelos doutores paullo affonso e amtonjo vaaz castello etc. dioguo fernandez a fez, ano do naçimento de noso snr Jhu xpo de m v*ⁱ lxxiiij" anos. Roque vieira a fez escrever.

(COELHO, 1892. p. 232, SIC)

ANEXO B – DOCUMENTO PROPONDO O MAPEAMENTO CULTURAL DAS COMUNIDADES CIGANAS DE PERNAMBUCO

COORDENAÇÃO PARA POVOS TRADICIONAIS E POPULAÇÕES RURAIS

A Coordenação para Povos Tradicionais e Populações Rurais tem esses segmentos sociais como o seu principal foco de atenção. As suas ações compõem a estratégia da FUNDARPE/SECULT, que se orienta pelo objetivo de 'Ampliar e consolidar a Política Pública de Cultura no Estado com ações de fomento, formação, regionalização, reconhecimento e valorização da diversidade cultural'.

Trata-se de um olhar diferenciado da gestão pública para esses povos e populações, dotadas de rico acervo cultural, e que durante séculos exerceram estratégias de produção e reprodução de seus saberes tradicionais.

A proposta está ancorada na descentralização da política cultural, com a interiorização das ações para todas as regiões de desenvolvimento do Estado; na valorização das especificidades étnicas e territoriais; e no fortalecimento das memórias, histórias e identidades culturais desses grupos.

Existem populações ciganas em 22 municípios distribuídos em 11 RD's (Regiões de Desenvolvimentos).

- | | |
|-------------------|---------------|
| 1. ITAMBÉ | 12. SALGUEIRO |
| 2. FEIRA NOVA | 13. ARCOVERDE |
| 3. PAULISTA | 14. AFOGADOS |
| 4. OLINDA | 15. FLORES |
| 5. JABOATÃO | 16. TABIRA |
| 6. CARUARU | 17. EXU |
| 7. ALTINHO | 18. OURICURI |
| 8. GARANHUNS | 19. AFRÂNIO |
| 9. SALOÁ | 20. PETROLINA |
| 10. LAGOA DE OURO | 21. FLORESTA |
| 11. PESQUEIRA | 22. CUIPIRA |

As atividades e ações para populações rurais e povos tradicionais são definidas a partir dos seguintes eixos estruturantes:

- Articulação;
- Produção de Estudos e Pesquisas;

- Formação;
- Apoio, Fomento e Difusão das Atividades Culturais.

METODOLOGIA

Para realizar o mapeamento cultural foi construído um instrumental de pesquisa, definido os procedimentos de campo, o quadro e o plano de trabalho com cronograma. Na elaboração dos instrumentos, considerou-se documentos utilizados pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA (orientador de laudos antropológicos de reconhecimento territorial) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Como procedimentos metodológicos foram definidos três instrumentais:

- a) Linha da Vida da Comunidade – feita com a participação das pessoas mais velhas das comunidades, entre homens e mulheres, com vasto conhecimento sobre a origem e os processos da comunidade, que serão instigados a responder algumas questões relacionadas a origem da comunidade até os dias atuais, destacando-se os principais eventos entre conquistas e conflitos.
- b) Cartografia ou Mapa da Comunidade - o grupo 'retrata' o território cigano (imemorial e reivindicado), localizando as vilas/sítios, a área de manejo direto dos recursos naturais e aquela(s) onde realizam suas atividades produtivas, religiosas e culturais.
- c) Calendário socioeconômico e cultural – registro das atividades cotidianas e sazonais da comunidade, com ênfase para as narrativas dos festejos, rituais, brincadeiras e demais manifestações culturais.

Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/publicacoes/>>

ANEXO C – DECRETO 10841 DE 2006 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2006.

Institui o Dia Nacional do Cigano.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano.

Art. 2º As Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos da Presidência da República apoiarão as medidas a serem adotadas para comemoração do Dia Nacional do Cigano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Dilma Rousseff

Disponível em:

<file:///C:/Users/Ricardo/Documents/mestrado/ciganos/demografia/DNN%2010841.html>

ANEXO D – PORTARIA 940 DE 2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**Ministério da Saúde****Gabinete do Ministro****PORTARIA Nº 940, DE 28 DE ABRIL DE 2011**

Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; Considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que a dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Considerando o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando a Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e aprova as diretrizes operacionais do referido Pacto;

Considerando a necessidade de adotar medidas no campo da saúde objetivando a melhoria e a modernização da gestão e do seu sistema de gerenciamento de informações;

Considerando a racionalização e a interoperabilidade tecnológica dos serviços de saúde, no território nacional, para permitir o intercâmbio das informações e a celeridade dos procedimentos;

Considerando a importância da identificação dos usuários das ações e serviços de saúde, para os sistemas de referência, com a finalidade de garantir a integralidade da atenção à saúde e de organizar o sistema de referência e contrarreferência das ações e dos serviços de saúde;

Considerando a necessidade da identificação unívoca dos usuários das ações e serviços de saúde para aprimorar a qualidade dos processos de trabalho, viabilizando

a utilização adequada de informações no planejamento, acompanhamento e avaliação da atenção à saúde;

Considerando que um efetivo e eficiente sistema de registro eletrônico poderá contribuir para o gerenciamento das ações e serviços de saúde, garantindo ao cidadão o registro, num sistema informatizado, dos dados relativos à atenção à saúde que lhe é garantida;

Considerando que o registro eletrônico é, segundo a norma ABNT-ISO/TR 20.514:2005, um repositório de informações a respeito da saúde de indivíduos, numa forma processável eletronicamente;

Considerando que um efetivo e eficiente sistema de registro de atendimento em saúde contribuirá para a organização de uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada e para a gestão das ações e serviços de saúde no território nacional;

Considerando que o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão) fornece a base cadastral para a identificação dos usuários das ações e serviços de saúde no território nacional a ser utilizada pelos demais sistemas de informação de base nacional, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Durante o processo de cadastramento, o atendente solicitará o endereço do domicílio permanente do usuário, independentemente do Município em que esteja no momento do cadastramento ou do atendimento.

§ 1º Não estão incluídos na exigência disposta no caput os ciganos nômades e os moradores de rua.

§ 2º No caso de brasileiros residentes no exterior e de estrangeiros não residentes no país, será registrado como endereço de domicílio permanente apenas o país e a cidade de residência.

(continua)

Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html>

ANEXO E – RESOLUÇÃO 3 DE 2012 DO C.N.E.**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE MAIO 2012 (*)**

Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 14/2011, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 10 de maio de 2012,

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96); o Plano Nacional de Direitos Humanos de 2006; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil, por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único. São considerados crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Art. 2º Visando à garantia dos direitos socioeducacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes.

Art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante autodeclaração ou declaração do responsável.

§ 1º No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a autodeclaração.

§ 2º A instituição de educação que receber matrícula de estudante em situação de itinerância deverá comunicar o fato à Secretaria de Educação ou a seu órgão regional imediato.

Art. 4º Caso o estudante itinerante não disponha, no ato da matrícula, de certificado, memorial e/ou relatório da instituição de educação anterior, este deverá ser inserido no grupo correspondente aos seus pares de idade, mediante diagnóstico de suas necessidades de aprendizagem, realizado pela instituição de ensino que o recebe.

§ 1º A instituição de educação deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

§ 2º A instituição de ensino deverá realizar avaliação diagnóstica do desenvolvimento e da aprendizagem desse estudante, mediante acompanhamento e supervisão adequados às suas necessidades de aprendizagem.

§ 3º A instituição de educação deverá oferecer atividades complementares para assegurar as condições necessárias e suficientes para a aprendizagem dessas crianças, adolescentes e jovens.

Art. 5º Os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores deverão proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias pedagógicas, materiais didáticos e de apoio pedagógico, bem como procedimentos de avaliação que considerem a realidade cultural, social e profissional do estudante itinerante como parte do cumprimento do direito à educação.

Art. 6º O poder público, no processo de expedição do alvará de funcionamento de empreendimentos de diversão itinerante, deverá exigir documentação comprobatória de matrícula das crianças, adolescentes e jovens cujos pais ou responsáveis trabalhem em tais empreendimentos.

Art. 7º Os Conselhos Tutelares existentes na região, deverão acompanhar a vida do estudante itinerante no que se refere ao respeito, proteção e promoção dos seus direitos sociais, sobretudo ao direito humano à educação.

Art. 8º Os Conselhos da Criança e do Adolescente deverão acompanhar o percurso escolar do estudante itinerante, buscando garantir-lhe políticas de atendimento.

Art. 9º O Ministério da Educação deverá criar programas, ações e orientações especiais destinados à escolarização de pessoas, sobretudo crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de itinerância.

§ 1º Os programas e ações socioeducativas destinados a estudantes itinerantes deverão ser elaborados e implementados com a participação dos atores sociais diretamente interessados (responsáveis pelos estudantes, os próprios estudantes, dentre outros), visando o respeito às particularidades socioculturais, políticas e econômicas dos referidos atores sociais.

§ 2º O atendimento socioeducacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei.

Art. 10 Os sistemas de ensino deverão orientar as escolas quanto à sua obrigação de garantir não só a matrícula, mas, também, a permanência e, quando for o caso, a conclusão dos estudos aos estudantes em situação de itinerância, bem como a elaboração e disponibilização do respectivo memorial.

Art. 11 Os sistemas de ensino, por meio de seus diferentes órgãos, deverão definir normas complementares para o ingresso, permanência e conclusão de estudos de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, com base na presente resolução.

Art. 12 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/91/pdf>>